



Universidade Federal de Juiz de Fora
Programa de Pós-Graduação em História

Daniele Michael Trindade Neves

TERIA SIDO UMA TRANSIÇÃO SEM TRAUMAS ?

Uma análise da trajetória de Datila: uma mulher negra em busca de estratégias
de inserção social no pós - abolição em Piedade do Rio Grande - MG.

Juiz de Fora
2024

Daniele Michael Trindade Neves

TERIA SIDO UMA TRANSIÇÃO SEM TRAUMAS ?

Uma análise da trajetória de Datila: uma mulher negra em busca de estratégias de inserção social no pós - abolição em Piedade do Rio Grande - MG.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para a obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Professora Doutora Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro

Juiz de Fora
2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da
Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Neves, Daniele Michael Trindade.

Uma análise da trajetória de Datila : Uma mulher negra em busca de estratégias de inserção social no pós-Abolição em Piedade do Rio Grande - MG. / Daniele Michael Trindade Neves. -- 2024.

120 p. : il.

Orientador: Dra. Hebe Maria Mattos

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

I. Memória. 2. Trabalho. 3. Trauma. 4. Pós-Abolição. 5. Escravidão. I. Mattos, Dra. Hebe Maria, orient. II. Título.

Daniele Michael Trindade Neves

TERIA SIDO UMA TRANSIÇÃO SEM TRAUMAS ?

Uma análise da trajetória de Datila: uma mulher negra em busca de estratégias de inserção social no pós - abolição em Piedade do Rio Grande - MG.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para a obtenção do grau de mestre.

Aprovado em 26 de agosto de 2024

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro - orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Professora Doutora Silvia Maria Jardim Brügger - membro
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

Professora Doutora Fernanda Thomaz - membro
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Professora Doutora Lívia Nascimento Monteiro - suplente
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)

Agradecimentos

Confesso que é um alívio escrever os agradecimentos para todos que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho. O processo de pesquisa e escrita foi mais desafiador do que eu pensava. Contar com a ajuda e a compreensão de todos foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho.

Por mais clichê que seja, é impossível começar os agradecimentos sem colocar Deus em primeiro lugar. Por mais que eu não professe nenhum credo, acredito na ação de uma força maior que nos sustenta neste mundo e, indo ao encontro do senso comum, achei conveniente chamá-la de Deus.

Agradeço, principalmente, por ter me trazido ao mundo através da principal responsável pelo desenvolvimento deste trabalho: minha mãe, Rosimeire do Carmo Trindade. Mesmo sem entender muito bem o mundo acadêmico, minha mãe nunca poupou esforços para que Alice, minha irmã mais nova, e eu pudéssemos realizar nossos sonhos. Sei quantos obstáculos minha mãe, uma mulher preta, pobre e analfabeta tem que enfrentar todos os dias para que meus sonhos sejam realizados.

Alice e eu somos a personificação da frase: “A casa grande pira quando a senzala aprende a ler”. Digo isso porque há um tempo passei a conviver com os olhares de surpresa, e até mesmo de estranhamento, toda vez que digo que sou professora e mestrande no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. É como se os olhares me questionassem: “uma preta e pobre, filha de empregada doméstica, lá do Desbarrancado, é capaz de tudo isso?”.

Agradeço também à minha mãe por ter me dado a Alice, que, com certeza, é minha maior inspiração. Sua calma e sua persistência me inspiram. Além disso, agradeço também por ser escuta ativa em cada etapa do desenvolvimento da dissertação.

Agradeço a mulher sobre a qual trata este estudo, Cecília (*in memoriam*) por me permitir contar a sua história e, com isto, me descobrir como mulher negra. Acredito realmente que nosso encontro não foi por acaso. Cada lágrima e cada riso que eu dei enquanto buscava entender a sua trajetória contribuíram para uma tomada de consciência que foi um divisor de águas na minha vida. À medida que falo da Cecília, acabo falando um pouco de mim e, conseqüentemente, dos “Marcelinos”. Sendo assim, cabe agradecer a cada um deles por me permitir contar a nossa história. Para não correr o risco de esquecer, optei por não citar nomes. Cada um já teve a oportunidade de ouvir pessoalmente os meus agradecimentos. Agradeço também por terem sido calmaria em meio ao caos da pesquisa e escrita da

dissertação, além de terem oferecido escuta ativa para as problemáticas da pesquisa e para a maneira escolhida por mim de abordá-las, priorizando sempre o respeito a cada um de nós.

Contudo, à minha avó Esperança Maria Jesus e ao João Bosco do Nascimento, sobrinho-neto de Cecília e meu primo, os agradecimentos acabam sendo um pouco mais especiais. Foram principalmente as memórias narradas por esses dois que deram corpo a essa dissertação. Sou grata à minha avó Esperança por me ajudar nos trabalhos da escola, como ela, uma mulher preta, analfabeta, que passou a vida toda na comunidade do Cruzeiro do Rio Grande, define as entrevistas concedidas a mim. Sou grata por terem partilhado comigo um pouco daquilo que permanece vivo em suas memórias. Ambos cumprem bem a função de *Griot*, ao guardarem e transmitirem as histórias dos “Marcelinos”.

Agradeço também a Maria Selma de Carvalho, Ana Emília de Carvalho e dona Maria Eni da Silva Ribeiro por terem me recebido e se disposto a me contar as suas memórias sobre a Cecília.

Agradeço também ao professor doutor José Murilo de Carvalho (*in memoriam*). Apesar de não termos tido a oportunidade de debater pessoalmente nossas ideias, suas dicas dadas em meio a uma breve troca de emails contribuíram para o engrandecimento deste trabalho.

Também agradeço à minha avó Maria José Araújo – minha avó branca. Foi ela quem me apresentou os livros ainda na infância, me ensinou a ler e contribuiu para minha criação e, desse modo, para os caminhos trilhados por mim posteriormente. É inegável que há uma parte de você em mim. Começando pela escolha do ofício. Não me tornei professora por acaso. É uma pena que o Alzheimer venha te consumindo e, talvez, você não se dê conta do quanto eu tenho caminhado e do quanto você se faz presente em cada passo meu. O desenvolvimento desta pesquisa perpassa pelas nossas relações, levando em consideração todos os prós e contras envolvidos. Mas, sempre tendo em conta o amor que nutrimos uma pela outra ao longo da vida.

Agradeço também à professora doutora Livia Monteiro, sem a qual todo esse processo talvez nem teria tido início. Foi a Livia quem me apresentou a Silvia Brügger enquanto eu ainda era aluna da graduação em História na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Também foi por conta da Livia Monteiro que decidi tentar o mestrado na Universidade Federal de Juiz de Fora. Livia se tornou uma grande companheira em meio ao processo solitário que é a escrita acadêmica. Por isso, ganhou o título, criado por mim, de madrinha acadêmica. Obrigada por não soltar a minha mão, por se preocupar e me tranquilizar sobre a importância e a qualidade do meu trabalho. Obrigada também pelas

contribuições enquanto membro da banca examinadora. É uma benção poder contar com você nesse caminho.

Agradeço também à professora doutora Silvia Brügger, que foi quem me apresentou a pesquisa através da participação em um projeto de iniciação científica em 2017. Essa dissertação é um desdobramento dessa iniciação científica. Foi ela quem conduziu meus primeiros passos até a Cecília. Obrigada por ter me incentivado a ser uma pesquisadora, a estar e me fazer presente no espaço acadêmico. E por confiar tanto no meu potencial. Continuamos caminhando juntas. Afinal, o trabalho não poderia chegar ao fim sem o parecer daquela que o viu nascer. Obrigada também pelas contribuições enquanto membro da banca examinadora.

Agradeço também à professora doutora Hebe Mattos. Um bom orientador faz toda a diferença na trajetória do aluno. Hebe e Silvia são a prova disso. Hebe acolheu de bom grado e com sensibilidade todas as minhas dificuldades para o desenvolvimento da dissertação. Auxiliou-me a encontrar maneiras para tratar temas difíceis, mas necessários. Ajudou-me com os prazos, como a excelente orientadora que é. A professora doutora Hebe Mattos é a prova viva que o espaço acadêmico pode ser acolhedor mesmo em meio ao caos dos prazos apertados, à ausência de recursos e ao caminho solitário da escrita acadêmica.

Agradeço também aos integrantes do Grupo de Trabalho Emancipações e Pós-Abolição por me acolherem como quem oferece um abraço carinhoso. Nossas discussões sobre as experiências de liberdade vivenciadas pelos egressos do cativo durante a vigência do sistema escravista e no pós-Abolição foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Aqui também optei por não citar nomes para não correr o risco de esquecer alguém.

De igual modo, agradeço a toda a equipe do Memorial Clara Nunes: Alan, Jéssica, Marlon, Tayane e Maicon. A experiência de trabalhar ao lado de vocês durante todo o período da graduação contribuiu enormemente para minha formação enquanto pesquisadora.

Agradeço também às minhas grandes amigas Eloisa Aparecida Vitor Martins e Fabíola Aparecida Silva de Resende por me acolherem durante a loucura que foram esses últimos anos em meio ao desenvolvimento da dissertação. Foi para elas que eu corri todas as vezes que bateu o desespero e tive medo de não dar conta. Eloisa sempre categórica em dizer: “que isso Dani, você dá conta”, acreditando em mim mais do que eu mesma em vários momentos e, com isso, fazendo com que eu também acreditasse. Fabíola sempre acalmando meu coraçãozinho ansioso, foi quase uma terapeuta, me ajudando a encontrar a saída em meio ao caos que vez ou outra eu acabo criando. Ela dizia: “Calma, amiga, vamos tentar fazer assim, procurar essa e essa ajuda”. Até que eu me acalmasse, ela contribuía para que tudo se

resolvesse. Lembro exatamente o quanto a Fabíola chorou de alegria quando eu liguei para contar que havia passado no mestrado. Tanto a Fabíola quanto a Eloisa sempre agiram como se as minhas conquistas fossem delas. Auxiliaram-me por todo o caminho. Eu amo vocês e sou muito grata por tê-las ao meu lado.

Agradeço, igualmente, ao meu companheiro Altair Sousa. Nossas trocas nesse finalzinho também foram essenciais para a conclusão deste trabalho e manutenção da minha saúde mental. Nossa relação tem sido fundamental para que eu aprenda a escolher minhas batalhas.

Obrigada também à minha terapeuta, Ariane Oliveira, e às minhas companheiras Fabíola Silva e Lívia Monteiro por chamarem a minha atenção para a importância da terapia. Tenho aprendido a lidar com aquilo que é real e isto, com certeza, tem tornado a vida mais leve.

Ao meu companheiro, Maier Carvalho, pela acolhida, muitas vezes silenciosa, em meio ao processo de pesquisa e escrita da dissertação e durante a vida.

Também agradeço à equipe do LABHOI/AFRIKAS. As discussões empreendidas em nossos seminários internos contribuíram para o engrandecimento deste trabalho. Entre os membros do LABHOI/AFRIKAS, agradeço especialmente à professora doutora Giovana Castro. O contato com a Giovanna, com certeza, foi um divisor de águas na minha vida. A postura de enfrentamento adotada por Giovana, os questionamentos feitos por ela a mim e até mesmo a acolhida dela colaboraram para que muitas discussões que eu havia optado por silenciar, indo ao encontro de uma estratégia de inserção social, viessem à tona neste trabalho. Também foi a Giovana que despertou o meu olhar para o privilégio que é poder pesquisar a própria história e ter acesso fácil às fontes, mesmo com todas as dificuldades envolvidas no tratamento dessas fontes.

Sou grata à professora doutora Fernanda Thomaz, primeiro pelas contribuições em meio às discussões empreendidas durante os seminários internos do LABHOI/AFRIKAS como também por suas contribuições na minha banca de qualificação e defesa. Muitas questões analisadas ao longo da dissertação vieram à tona por conta dos seus questionamentos incisivos, que a todo o tempo me convidaram a romper com o lugar de subalternidade no qual fui criada. Confesso que relutei bastante e não fui capaz de incorporar tudo aquilo que foi apontado como necessário. Mas, sinto que cresci muito, enquanto mulher negra, desde que nos conhecemos.

Agradeço a Capes pela bolsa concedida ao longo de nove meses. Durante este período, pude me dedicar exclusivamente à pesquisa, visitar arquivos, participar de eventos

acadêmicos nos quais tive contato com discussões que, com certeza, enriqueceram minha trajetória universitária.

Mostro minha gratidão às minhas amigas de Piedade do Rio Grande, em especial a Morgana, Tatiane, Gêssica, pelos encontros esporádicos que funcionaram como um ponto de luz em meio à loucura que tem sido os últimos anos entre trabalho, pesquisa e escrita, e pela escuta, mesmo sem, muitas vezes, entender qualquer palavra que eu dissesse. Morgana e Tati até votaram no Lula nas últimas eleições apoiadas na ideia de que ele investiria mais na educação e, com isso, talvez eu conseguisse acessar recursos financeiros para continuar a vida acadêmica. Obrigada!

Cabe agradecer também aos governos que acolheram as demandas dos movimentos negros e criaram políticas públicas que tornaram possível o meu ingresso e a minha permanência na educação pública, gratuita e de qualidade. Esse caminho, com certeza, foi impensável para muitos que vieram antes de mim. Mas, seus esforços não foram em vão. Estou trilhando os caminhos abertos pelos meus ancestrais e, de algum modo, contribuindo para que estejam abertos para aqueles que vierem depois de mim.

Às minhas mais velhas e aos meus mais velhos, aos meus companheiros, aos meus mais novos e às minhas mais novas, meu muito obrigada. Por mais que em alguns momentos tenha me encontrado com a solidão, esta dissertação é fruto de um trabalho coletivo.

Resumo

Ao tomar como ponto de partida a análise da trajetória de Maria Cecília de Jesus, o presente trabalho tem como intuito chamar a atenção para as estratégias de inserção social adotadas por homens e mulheres negras que optaram por permanecer próximos aos antigos cativeiros logo após a Abolição da escravidão no Brasil e ao longo de todo o século XX.

Maria Cecília de Jesus foi uma mulher preta, nascida em 1905 na comunidade do Cruzeiro do Rio Grande (popularmente conhecida como Desbarrancado), onde viveu até se casar e mudar para um lugarejo chamado Chapada. Mais tarde, fincou residência na Fazenda da Santa Cruz, uma das muitas da região cuja origem remonta ao período escravista.

Cecília foi lavadeira na Fazenda de Santa Cruz, onde também exerceu a arte de contar histórias. Os contos narrados por ela deram origem à obra *Histórias que a Cecília contava*, organizada por alguns daqueles que, durante a infância, lhe importunavam para que contasse histórias.

Mais tarde, Cecília se tornou uma espécie de ama-seca ainda na Fazenda de Santa Cruz, onde viveu até a década de 1980, quando foi posta no asilo Lar das Velhinhas, em Barbacena - MG, onde faleceu em 1984.

Analisar a trajetória de Cecília à luz da historiografia sobre o tema nos permite entender diversos elementos atrelados à vivência dos negros após a Abolição – sobre os quais ainda se sabe muito pouco.

A fim de entender esses elementos ligados à vivência dos negros após a Abolição, recuamos até o século XIX, levando em consideração que os projetos de liberdade construídos ao longo dos tempos do cativo foram decisivos para os caminhos trilhados pelos libertos e seus descendentes após a abolição.

Por fim, este trabalho examina as estratégias de inserção social adotadas por homens e mulheres negros a partir da experiência de cativo ao longo de todo o século XX. Tal caminho se realiza na contramão daquilo que é posto pelo historiador José Murilo de Carvalho, ao afirmar que a “transição do trabalho escravo para o livre em Piedade do Rio Grande parece ter-se verificado sem traumas”.¹ Diante disso, leva-se em consideração o lugar de fala do autor mencionado como homem, branco e membro da elite local e o meu lugar de fala enquanto mulher, preta, pobre e descendente dos cativos dos quais trata o autor.

Palavras-chave: escravidão; pós-Abolição; rupturas; permanências; estratégias.

¹ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.). **Histórias que a Cecília contava**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 14.

Abstract

By taking as a starting point the analysis of the trajectory of Maria Cecília de Jesus, the present work aims to draw attention to the social insertion strategies adopted by black men and women who chose to remain close to former captivity shortly after the abolition of slavery in Brazil and throughout the 20th century.

Maria Cecília de Jesus was a black woman, born in 1905 in the community of Cruzeiro do Rio Grande (popularly known as Desbarrancado), where she lived until she got married and moved to a place called Chapada. Later, she took up residence at Fazenda da Santa Cruz, one of many farms in the region whose origins dates back to the slavery period.

Cecília was a washerwoman at Fazenda de Santa Cruz, where she also practiced the art of storytelling. The stories narrated by her gave rise to the book *Histórias que a Cecília contava* (Stories that Cecília used to tell), organized by some people who, during their childhood, pestered her to tell stories.

Later, Cecília became a kind of nursemaid, still at Fazenda de Santa Cruz, where she lived until the 1980s, when she was placed in the Lar das Velhinhas nursing home in Barbacena, a city in the state of Minas Gerais, where she died in 1984.

Examining Cecília's trajectory in light of the historiography on the subject allows us to understand several elements linked to the experience of black people after abolition, about which very little is still known.

In order to understand these elements, linked to the experience of black people after abolition, we go back to the 19th century, taking into account that the freedom projects built throughout the times of captivity were decisive for the paths taken by the freedmen and their descendants after abolition.

Finally, this work examines the social insertion strategies adopted by black men and women based on the experience of captivity throughout the 20th century. This approach is the opposite of the one presented by the historian José Murilo de Carvalho when he states that the "transition from slave to free labor in Piedade do Rio Grande seems to have occurred without trauma"². In view of this, the place of speech of the author mentioned as a white man and member of the local elite and my place of speech as a black and poor woman and also descendant of the captives of which the author talks about are taken into account.

Keywords: slavery; post-Abolition; ruptures; permanence; strategies.

² CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1 – tradução nossa.

Sumário

1	Introdução	12
2	Os caminhos que me levaram até Cecília	20
2.1	<i>A produção do racismo cotidiano no Brasil</i>	22
2.2	<i>Produção do discurso acadêmico</i>	24
2.3	<i>Meu lugar de fala</i>	28
3	A origem dos Marcelinos	44
3.1	<i>Os tempos do cativo</i>	44
3.2	<i>Entre cativos e senhores ao longo do século XIX</i>	55
3.3	<i>A origem dos Marcelinos</i>	62
4	Para além das histórias que a Cecília contava: uma análise das estratégias de inserção social adotadas por Maria Cecília de Jesus ao longo do século XX	67
4.1	<i>Uma breve análise dos debates acerca do pós-Abolição no Brasil</i>	70
4.2	<i>O silêncio da historiografia sobre o negro após a Abolição e a construção de estereótipos</i>	75
4.3	<i>Redes de solidariedade construídas nos tempos do cativo e seu impacto no pós-Abolição</i>	78
4.4	<i>Para além das histórias que a Cecília contava</i>	83
4.5	<i>Os contratos de trabalho e os sentidos conferidos à liberdade pelos libertos e seus descendentes</i>	85
4.6	<i>Afetos construídos em meio a relações de poder</i>	88
5	Teria de fato sido uma “transição sem traumas”?	96
5.1	<i>“As histórias que a Cecília contava”: o pontapé inicial para a análise</i>	96
5.2	<i>Movimentos de libertos e seus descendentes rumo à afirmação da liberdade</i>	97
5.3	<i>Reinvenção do poder moral dos senhores após a Abolição</i>	103
5.4	<i>Teria, de fato, sido uma “transição sem traumas”?</i>	107
6	Conclusão	111
	Referências	114

1 Introdução

As páginas a seguir tratam da trajetória de Maria Cecília de Jesus. Cecília foi uma mulher preta, nascida em 1905 na comunidade do Cruzeiro do Rio Grande (ou Desbarrancado) em Piedade do Rio Grande - MG. Cecília era filha de uma mãe nascida livre nos tempos do cativo e de um pai nascido livre nos tempos do cativo, por conta da Lei do Ventre Livre, aprovada em 1871, mas obrigado a trabalhar como cativo até a assinatura da Lei Áurea, em 1888.³

Uma vez que o nascimento de Maria Cecília de Jesus ocorreu pouco mais de uma década após a Abolição, a partir da análise de sua trajetória, conseguimos perceber algumas das estratégias de inserção social adotadas pelos negros durante o período escravista e no pós-Abolição. Isso é relevante porque, ao que tudo indica, as estratégias de inserção social adotadas pelos negros no pós-Abolição está atrelada aos referenciais materiais e simbólicos construídos por seus antepassados ainda nos tempos do cativo.

No entanto, essa não foi a razão que me levou a esta pesquisa. Como veremos ao longo do capítulo 1, Cecília não é um simples objeto de trabalho. Cecília – ou Datila, como era chamada pelos seus familiares – era irmã da minha bisavó Sebastiana e, por mais que não tenhamos nos conhecido pessoalmente, ao falar de Cecília, acabo também falando um pouco de mim.

Meu questionamento inicial beirava a uma certa indignação. Isso porque a imagem que eu tinha de Cecília estava atrelada a alguém que passou toda a vida na Fazenda Santa Cruz. Uma das muitas fazendas da região cuja origem remonta ao período escravista.⁴

Por mais que ela não tivesse tido filhos, nossa família é extensa e poderia ter cuidado dela, mesmo com todas as dificuldades, sem terceirizar esse cuidado. Em um primeiro momento, percebi a permanência de Cecília na Fazenda de Santa Cruz como um certo abandono feito pela sua própria família, o que para mim era inadmissível.

Tendo tudo isso em conta, adentrei em uma análise sobre a trajetória de Cecília, buscando entender quais os fatores a levaram a permanecer por tanto tempo em um espaço que havia servido como cativo para os seus antepassados.

Esse questionamento foi especialmente difícil porque, de uma certa forma, a minha vida também está atrelada a uma descendente dos antigos senhores escravistas da região. Desde que me entendo por gente, até os dias atuais, sempre convivi e nutri fortes laços afetivos com a minha avó branca, Maria José de Araújo, descendente das famílias escravistas

³ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1. p. 12.

⁴ *Ibid.*, p. 177-201.

da região. Até me encontrar com a Cecília, nunca havia questionado aquela relação. Até então tudo aquilo era tido como natural para mim.

Quando eu me encontrei com Cecília, em meio às fontes, e passamos a estreitar laços conforme a pesquisa caminhava, fui em busca dos relatos orais daqueles que conviveram com ela na tentativa de encontrar respostas ao meu questionamento. “O que fez com que a Cecília passasse grande parte da vida na Fazenda Santa Cruz, sendo muitas vezes representada como um membro honorário de uma família branca⁵ e não como parte dos Marcelinos?”

Cabe apontar que não há registros escritos, ou ao menos não foram encontrados por mim, produzidos pela própria Cecília. Isto não é razão de espanto porque o analfabetismo é uma realidade no Brasil, sobretudo entre as pessoas pretas.

A principal fonte escrita relacionada à trajetória de Cecília é o livro *Histórias que Cecília contava*, organizado pelos irmãos José Murilo de Carvalho, Ana Emília de Carvalho e Maria Selma de Carvalho. Além de trazer os contos narrados por Cecília ao longo da vida às diferentes gerações de filhos dos proprietários da Fazenda Santa Cruz, a obra traz um rico levantamento historiográfico sobre a genealogia de Cecília e a circulação dela e de seus familiares, que permaneceram na região após a Abolição, pelas fazendas da região.⁶

A obra *Histórias que Cecília contava* junto aos relatos orais daqueles que conviveram com Cecília se tornaram o principal aporte para o desenvolvimento desta pesquisa.

Cheguei a visitar o IPHAN em busca dos registros cartoriais e paroquiais da época. Todavia, essas visitas não me renderam muito além daquilo que já está posto na obra citada acima. Por isso, optei por me ater a ela e aos registros orais.

Cabe apontar que, de acordo com as historiadoras Hebe Mattos e Ana Lugão, no artigo intitulado, *o pós-Abolição como problema histórico*:

(...) a exploração dos depoimentos orais de descendentes da última geração de escravos brasileiros, que começaram a ser produzidos de forma mais ou menos sistemática por diferentes pesquisadores desde o centenário da Abolição, em 1988, apresentou-se como uma fonte alternativa para a abordagem histórica do período pós-emancipação.⁷

Isso porque, ainda tendo em conta o que é posto pelas autoras, com a Abolição da escravidão, a cor sumiu dos registro. Essa realidade acaba dificultando o encontro dos egressos do cativo e seus descendentes nas fontes. Dessa forma, a história oral tem sido o caminho através do qual tem se aprendido sobre as trajetórias do negros no pós-Abolição.

⁵ COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within**: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016.

⁶ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1.

⁷ CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de; RIOS, Ana Maria Lugão. O pós-Abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, v. 5, n. 8, jan./jun. 2004, p. 176.

Assim, encontramos seus anseios, seus projetos, suas estratégias e os obstáculos que enfrentavam diante da nova ordem social instaurada.

Cabe apontar que a Escola dos Annales é de suma importância para a ampliação daquilo que é entendido como fonte histórica. Por muito tempo, imperou a ideia de que apenas documentos escritos podiam ser considerados fontes na historiografia. Com o advento e o crescimento da escola dos Annales foram descobertas novas fontes, por assim dizer, e novos métodos para explorá-las.⁸ Entre essas novas fontes estão os registros orais.

Em relação à análise da trajetória de Cecília, os relatos orais nos dão dimensões de aspectos – como as relações afetivas, o cotidiano e as relações de trabalho – que outras fontes provavelmente não dariam. De acordo com as autoras Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, por abordar aspectos que muitas vezes não são contemplados por outras fontes, a história oral se constituiu ligada à história dos excluídos.⁹

A história oral nos permite trazer à tona discursos silenciados ou relegados a um pequeno grupo ao longo do tempo.

Apesar de me valer da ampliação da concepção daquilo que pode ser considerado fonte histórica, disseminada pela Escola dos Annales, ao tratar da trajetória de Cecília, recorri à micro-história, metodologia de pesquisa que caminha na contramão daquilo que é posto pela Escola dos Annales.

A partir do que é posto pelo historiador Jacques Revel, entendemos a micro-história enquanto uma metodologia de pesquisa que reduz a escala de observação a fim de evidenciar aquilo que está sendo observado. À medida que procedemos dessa forma, a partir do que é posto pelo autor, somos levados a crer que evidenciamos sujeitos que fazem parte da sociedade, mas são marginalizados em prol da construção de um discurso oficial.¹⁰

Tal situação ocorre também com as mazelas da população negra que foram silenciadas em prol da construção do mito da democracia racial, criado e difundido a partir da obra *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre.

Em posse desses conhecimentos e de um questionamento inicial, fui em busca de depoentes que pudessem contribuir para que eu pudesse responder ao meu questionamento inicial. Estabeleci um recorte entre aqueles que tiveram convívio cotidiano com a Cecília ao

⁸ BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos Annales 1929 -1989. Tradução: Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991. p. 89.

⁹ AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2008. p. 14.

¹⁰ REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: _____ (org). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 15-38.

longo da vida tanto na comunidade do Cruzeiro do Rio Grande (ou Desbarrancado) quanto na Fazenda Santa Cruz, onde ela passou grande parte da vida.

Cabe apontar que há escassez de fontes do período que se estende desde o nascimento de Cecília até mais ou menos a década de 1940. Por razões óbvias, não foram encontrados documentos escritos por Cecília ou que falem sobre ela. E não há depoentes vivos que tenham convivido com Cecília antes da década de 1940.

É importante ter em conta que, a partir do que é posto pelas historiadoras Ana Lugão e Hebe Mattos, com o fim da escravidão, não houve uma atenção da historiografia em relação aos libertos.¹¹ Tampouco houve consideração por parte do poder público. O interesse surgiu efetivamente apenas a partir da década de 1980, com o centenário da Abolição. Além disso, em meio ao processo de democratização do Brasil, movimentos negros emergiram na cena pública, reivindicando seu direito de memória e a adoção de políticas públicas que tenham como intuito reparar as mazelas experimentadas pela população negra no Brasil ao longo do tempo.

Ao passo que fui para as fontes, percebi que as narrativas dos depoentes caminhavam em um único sentido. A razão pela qual Cecília permaneceu por grande parte da vida na Fazenda Santa Cruz eram os fortes laços afetivos nutridos entre ela e os patrões, principalmente com os filhos dos patrões.

Apesar de todas as narrativas irem nessa direção, aquilo não era suficiente para mim. Aos meus olhos, o afeto por si só não era uma razão plausível para a permanência de qualquer pessoa em um espaço, sobretudo, se levarmos em consideração que, a partir da década de 1940, diversas ondas migratórias aconteceram rumo a Volta Redonda, e mais tarde para São Paulo¹², a partir da região por onde Cecília circulava.

Expus esse questionamento para os meus depoentes e, com isso, uma outra narrativa veio à tona: a idade já avançada também pode ter contribuído para que a Cecília permanecesse por ali.

Até esse ponto, não havia considerado o referencial material e simbólico que Cecília detinha e, como vem sendo posto pela historiografia sobre o tema, esse fator foi determinante nas escolhas dos egressos do cativo e seus descendentes após a Abolição.

A partir do momento em que passei a analisar a trajetória de Cecília levando isso em consideração, passei a abordar a permanência dela no Cruzeiro do Rio Grande (ou Desbarrancado), na Chapada e na Fazenda Santa Cruz para além das relações afetivas e da

¹¹ CASTRO; RIOS, ref. 4, p. 170.

¹² CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 14.

velhice. Além destes dois pontos que apareceram com clareza em mais de uma entrevista, quando olhadas com mais profundidade, as narrativas empreendidas pelos depoentes deixavam subentendidas que a permanência de Cecília nesses espaços também era uma estratégia de inserção social. As relações afetivas e até mesmo a velhice foram consequências das estratégias de inserção social adotadas pela Cecília ao longo da vida.

São essas estratégias de inserção social, bem como a conjuntura que as fizeram possíveis e necessárias, que busco entender neste trabalho.

É importante deixar claro que, ao falar sobre Cecília, acabo também falando um pouco de mim. Ao longo do capítulo 1, discuto isso mais minuciosamente, levando em consideração a importância de deixar claro para o leitor o meu lugar de fala.

Tendo isso em conta, a historiadora Giovana Xavier apontou que a pesquisa acadêmica de mulheres negras que tratam de temas que lhe são próximos ainda é um processo em andamento. De acordo com a autora, é um processo de “construção de novas abordagens e formas de se relacionar com a história a partir da aproximação, em vez do distanciamento, entre um suposto sujeito neutro e um objeto estático, e da enunciação dos interesses de quem pesquisa”.¹³

Cabe ressaltar que, por mais que a história da escravidão e do pós-Abolição no Brasil tenha sido revisitada por volta da década de 1980, levando em consideração o negro enquanto agente¹⁴, poucos desses trabalhos foram escritos por pessoas negras. Desse modo, a história do negro vista e “contada de baixo”¹⁵ – como colocado por Giovanna Xavier –, ainda é um processo em andamento capaz de trazer novos olhares para práticas cotidianas de mulheres pretas.

Como já mencionado, os pontos positivos e negativos dessa proximidade com o sujeito da pesquisa serão retomados ao longo do capítulo 1.

Enquanto avançava nas questões que passaram a nortear este trabalho, a partir da análise da historiografia sobre o tema e em conjunto com as fontes disponíveis, percebi que os projetos de liberdade construídos ao longo dos tempos do cativo foram determinantes nos caminhos trilhados para os negros no pós-Abolição.¹⁶

¹³ XAVIER, Giovana. História Intelectual de Mulheres Negras: um novo “território existencial” historiográfico. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 349-365, 2022.

¹⁴ CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de; RIOS, Ana Maria Lugão. **Memórias do cativo**: família e cidadania no pós-Abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 26.

¹⁵ XAVIER, Giovana. Ciência de Mulheres Negras: um experimento de insubmissão. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1 (especial), out. 2021. p. 53.

¹⁶ Cf. FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014; CASTRO; RIOS, ref. 12; CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista. 3 ed. rev. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2013; RIOS, Ana Maria Lugão. **Família e transição**: famílias negras em Paraíba do Sul,

Com isso, não havia a possibilidade de entender a trajetória de Cecília sem ao menos conhecer o mínimo sobre a trajetória de seus antepassados durante a vigência do sistema escravista. Neste ponto, recorri ao censo de 1831 e ao rico levantamento historiográfico elaborado pelos irmãos José Murilo de Carvalho, Ana Emília de Carvalho e Maria Selma de Carvalho sobre a trajetória familiar de Cecília desde os tempos do cativo. Juntas, as duas fontes tornaram possível mapear o elo mais antigo da família de Cecília na região que hoje corresponde a Piedade do Rio Grande. Perpétua, a bisavó materna de Cecília, é esse elo, e o seu nascimento data de 1822. É por conta desta data de nascimento que o recorte temporal desta pesquisa tem início em 1822.

Levando em consideração que, como posto, os projetos de liberdade e as redes de solidariedade verticais e horizontais, construídos ainda nos tempos do cativos, foram determinantes para a escolha dos caminhos trilhados pelos libertos e seus descendentes após a Abolição, discutiremos esse assunto com mais atenção ao longo do capítulo 3.

A partir do momento em que conseguimos entender, sobretudo, as redes de solidariedade verticais e horizontais estabelecidas pelos antepassados de Cecília, começamos a clarear o entendimento da sua trajetória. Como mencionado, os familiares de Cecília estavam há gerações na região de Piedade do Rio Grande. Com isso, “possuíam uma política de aprendizagem de negociação desenvolvida no campo dos costumes e do poder dos senhores”.¹⁷ Essa política era transmitida ao longo de gerações. Assim, somos levados a crer que a cada geração o domínio dessa política se tornava cada vez mais requintado.

Com certeza, Cecília tinha domínio pleno dessas políticas, mesmo que frequentemente muitas ações fossem adotadas de maneira inconsciente, como respostas simples às necessidades cotidianas.¹⁸

Arelado a isto, a conjuntura que se desenhou no Brasil após a Abolição e a Proclamação da República em relação aos corpos negros também é um fator que precisa ser atentado ao discutirmos as estratégias de inserção adotadas por homens e mulheres pretos após a Abolição no Brasil.

Cabe apontar que as políticas públicas que visam a inclusão social da população negra no Brasil são demasiadamente recentes e caminham a passos extremamente lentos. Somos

1872-1920. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

¹⁷ CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. Laços de Família e direitos no final da escravidão. In: NOVAIS, Fernando A; ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil**. Império: a Corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 2 v. p. 337-384.

¹⁸ THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

uma nação construída sobre o racismo e aqueles que são beneficiados por isso, salvo algumas raras exceções, não estão dispostos a contribuir para a mudança desta realidade.

Olhados em conjunto, todos esses fatores contribuem para que possamos entender as estratégias de inserção social adotadas por Cecília, levando-a em consideração enquanto sujeito da sua própria trajetória.

Se tivéssemos partido do meu questionamento inicial e nos contentado com as respostas dadas a ele sem analisar a conjuntura na qual Cecília estava inscrita, corríamos o risco de empreender uma análise reducionista, sem dar importância a fatores elementares para a escolha dos caminhos trilhados por Cecília e por tantos outros corpos negros ao longo do tempo. Foi nessa armadilha que o historiador José Murilo de Carvalho caiu ao analisar superficialmente a manutenção das relações entre ex-senhores e egressos do cativeiro no pós-Abolição na região em que Cecília estava inscrita.

Nas palavras do historiador:

A transição do trabalho escravo para o livre parece ter-se verificado sem traumas. Os ex-escravos saíram das senzalas, se nelas ainda viviam, construíram suas casas em terrenos cedidos pelos proprietários ou em terras públicas, e continuaram a trabalhar para os antigos donos, ou para fazendeiros vizinhos. O salário era muitas vezes substituído por parcerias, à meia ou à terça, por trocas e por serviços, como moagem de milho. Esse sistema sobreviveu com poucas alterações até 50 anos após a Abolição. Somente a partir da década de 1940, a nova geração de descendentes de escravos começou a emigrar, inicialmente para Volta Redonda, atraída pela construção da Companhia Siderúrgica Nacional, depois para São Paulo.¹⁹

Ao tratar apenas a manutenção das relações entre os antigos senhores e os egressos do cativeiro, o autor não contempla uma série de fatores que contribuiriam para essa manutenção. Infelizmente, por conta de seu falecimento, não tivemos a oportunidade de conversar sobre a afirmativa de que “a transição do trabalho escravo para o livre parece ter-se verificado sem traumas”.

No entanto, na medida em que analisamos as estratégias de inserção social adotadas por Cecília e pelas gerações posteriores, caminhamos na contramão da afirmativa do autor. Desse modo, teria realmente sido uma transição sem traumas? É justamente essa discussão que ganha corpo no último capítulo deste trabalho.

A afirmação do autor vista sob a luz das estratégias de inserção social adotadas por Cecília em meio à conjuntura que se desenhou no Brasil para homens e mulheres negras após a Abolição será o tema discutido nas páginas que seguem.

¹⁹ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 14.

2 Os caminhos que me levaram até Cecília

Ela era cega, então a gente tinha que ajudar ela ir ao banheiro.

Na época não tinha banheiro, era fossa (...).

O trecho acima é uma memória narrada a mim pela minha mãe, Rosimeire do Carmo Trindade, e por muito tempo foi tudo o que eu soube sobre Maria Cecília de Jesus, a mulher sobre a qual versa este estudo. Cecília – ou Datila, como era chamada por seus familiares –, nasceu onde hoje é a comunidade do Cruzeiro do Rio Grande (conhecida popularmente como Desbarrancado), sobre a qual falaremos mais no decorrer deste estudo e que fica situada em Piedade do Rio Grande/MG.

Cecília era irmã da minha bisavó materna, Sebastiana, e, mesmo com essa proximidade, por muito tempo tudo o que eu soube sobre ela foi essa memória narrada a mim pela minha mãe. Nem ao menos sabia que Cecília tinha sido uma exímia contadora de histórias, tampouco lavadeira na Fazenda Santa Cruz. Nas minhas memórias, a obra *Histórias que Cecília contava*, mesmo carregando seu nome, estava associada a Maria das Dores Alves, tia Doia.

Recordo-me dos comentários acerca das idas do pessoal da Santa Cruz, provavelmente Maria Emília de Carvalho e Ana Emília de Carvalho, até a casa da tia Doia no Cruzeiro do Rio Grande (ou Desbarrancado), decerto, com intuito de realizar tanto o levantamento historiográfico quanto o literário para confecção da obra. Até pouquíssimo tempo atrás, a obra *Histórias que Cecília contava* era o livro da tia Doia. Não é que não seja o livro da tia Doia, porque também é. Mas, no meu imaginário, Cecília ocupava um papel coadjuvante. Cecília era uma espécie de *outsider* para mim. Alguém que eu sabia que havia existido e mais nada muito além disso. Isso porque Cecília passou grande parte da vida dela na Fazenda Santa Cruz.

Apesar da relação consanguínea, Cecília e eu nos “encontramos” somente em 2017, na cidade de Tiradentes/MG, a cerca de 90 km do nosso lugar de origem. Na época, eu era estudante do curso de graduação em História da Universidade Federal de São João del-Rei e bolsista do projeto de iniciação científica Memórias do Cativo e da Liberdade entre os Congadeiros da Região das Vertentes, coordenado pela professora doutora Sílvia Brügger.

No período em questão, o projeto se debruçava sobre a trajetória de Claudinei Matias do Nascimento, Capitão Prego, do terno de congada Nossa Senhora do Rosário e Escrava Anastácia, da cidade de Tiradentes/MG. A origem familiar do Capitão Prego também remonta a Piedade do Rio Grande/MG. Como apontado pela historiadora Sílvia Brügger. De acordo

com Capitão Prego, seu avô teria sido escravizado na região de Tiradentes e vendido para Piedade do Rio Grande ainda muito pequeno. Após a Abolição, seu avô teria permanecido na região e trabalhado na agricultura até que as “desventuras” – termo usado pela autora –, que lhe foram impostas, obrigaram-no a migrar para Barroso/MG.²⁰

Em uma das etapas do projeto fomos a Tiradentes entrevistá-lo. As narrativas do Capitão Prego que remetiam a Piedade do Rio Grande eram muito familiares para mim. Cheguei a comentar isso em algum momento. Diante disso, levantamos a hipótese de sermos parentes. O projeto seguiu adiante e, através da análise de fontes orais e escritas, aprofundamo-nos sobre as “venturas e desventuras do Capitão Prego e sua família” – título dado por Silvia Brügger ao texto em que trata essas questões – e descobrimos que realmente somos parentes.

Capitão Prego faz parte do eixo familiar que, diante do fim da escravidão, optou por migrar, caracterizando o que as historiadoras Hebe Mattos e Ana Lugão, em análise sobre o Vale do Paraíba, denominaram “campesinato itinerante”²¹. Com base no que é posto pelas autoras, o campesinato itinerante pode ser descrito como libertos, seus filhos e netos, que, após a Abolição e nas primeiras décadas do século XX, tiveram dificuldades para se fixar como posseiros ou parceiros estáveis e, por isso, protagonizaram ondas migratórias.²²

Por sua vez, Cecília e eu fazemos parte do eixo familiar que, durante o período escravista, no imediato pós-Abolição e, em certa medida, até os dias atuais, optou por permanecer em áreas próximas aos antigos cativeiros. Resguardadas as devidas proporções, essa permanência protagonizada por nós e nossos familiares se assemelha ao que as autoras citadas acima chamaram de “pacto paternalista”.²³

De maneira resumida, o “pacto paternalista”, a partir do que é posto pelas autoras, pode ser caracterizado por aqueles que pouco se afastaram do cativo e continuaram estabelecendo relações com os antigos senhores.²⁴ Ou seja, os antigos cativos e, mais tarde, seus descendentes optaram por permanecer nas áreas próximas aos seus antigos cativeiros, usufruindo das redes de solidariedade verticais e horizontais estabelecidas ao longo do tempo.

Sabendo disso, ao me encontrar com Cecília em meio às fontes sobre a trajetória familiar do Capitão Prego, propus-me a entender as razões que a levaram a permanecer nesse

²⁰ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Venturas e Desventuras do Capitão Prego e sua família: memórias de um congadeiro da região das Vertentes, Minas Gerais. **XII Encontro Regional Sudeste de História Oral**, 2017, p. 2-4.

²¹ CASTRO; RIOS, ref. 12, p. 199-200.

²² *Ibid.*

²³ *Ibid.*, p. 204 -211

²⁴ *Ibid.*

espaço. Cecília se fez presente em meio às fontes de pesquisa sobre a trajetória do Capitão Prego porque a obra conta com uma genealogia dos familiares de Cecília e, ao lado dos relatos orais, esta genealogia nos conduziu até o galho da árvore genealógica no qual o Capitão Prego estava situado.

Meu questionamento quanto à trajetória de Cecília se aproximava daquele feito pelo pai de Ponciá Vicêncio diante dos desmandos do sinhozinho ao avô da filha no romance escrito por Conceição Evaristo: “se eram livres, porque continuaram ali?”²⁵.

Em posse desse questionamento, adentrei em um terreno bastante familiar, afinal, Cecília e eu compartilhamos a mesma cor da pele, o mesmo lugar de origem, o mesmo eixo familiar e, em certa medida, até mesmo algumas de nossas vivências são semelhantes.

2.1 A produção do racismo cotidiano no Brasil

Na época da escolha do tema, ainda para a construção de um trabalho de conclusão de curso, me recorde de ter perguntado à professora doutora Silvia Maria Jardim Brugüer, que na época era minha orientadora, se a minha proximidade com o tema não seria um problema. À medida que o tempo passou, percebi que meu maior problema não era a proximidade com o tema e sim a crença de que produzir conhecimento não era coisa para mulheres pretas e pobres. Estar no ensino superior já era uma grande conquista e isso bastava.

Cabia a nós narrar histórias para ninar os filhos das famílias brancas que compõem a elite piedense, tal como feito por Cecília, e não produzir conhecimento.

Hoje percebo que a minha crença estava atrelada ao que é posto pela filósofa Djamila Ribeiro, tendo em conta a pensadora e feminista negra Lélia Gonzalez. Nas palavras da autora:

(...) quem possui o privilégio social possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado de ciência é branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e, assim, inviabilizando outras experiências de conhecimento.²⁶

Ou seja, não cabia a mim produzir qualquer tipo de conhecimento. Porque, como posto acima, “quem possui o privilégio social possui o privilégio epistêmico” e, por mais que, a duras penas, o meu lugar social tenha dado um salto, em comparação com o lugar social ocupado pelos meus antepassados, ainda estou longe de possuir o privilégio social.

²⁵ EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003. p. 14.

²⁶ RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, Minas Gerais: Letramento, 2017. p. 17.

No Brasil, levando em consideração a produção historiográfica brasileira nas primeiras décadas do século XX, aqueles que possuíam o privilégio epistêmico construíram uma narrativa que afirmava a existência da democracia racial no Brasil. Ao fazerem isso, silenciaram narrativas de afrodescendentes e povos indígenas. Por mais que, há décadas, o mito da democracia racial venha sendo rebatido, ele ainda impera no imaginário social.

Nesse sentido, a historiadora Martha Abreu sublinha o seguinte:

Por muitos anos a ideia que se fazia do Brasil era constantemente associada, nos livros didáticos ou nos canais de comunicação, à existência de uma democracia racial, já que o país era fruto da mestiçagem cultural e racial. Sem dúvida, a mestiçagem cultural e racial é uma marca histórica da sociedade brasileira, mas ela não evitou práticas racistas, como são exemplos as perseguições aos batuques e candomblés. Nem impediu inúmeras tentativas de inferiorização e exclusão das populações afrodescendentes. No século XX, a história dos descendentes de africanos e escravos, suas lutas e conquistas, ainda é pouco estudada. Esses esquecimentos e silenciamentos são também exemplos evidentes de práticas racistas que começam a ser revertidas pelos direitos e deveres à memória, à história e à diversidade.²⁷

Esses silenciamentos e esquecimentos não foram por acaso, tampouco tinham como intuito promover a igualdade entre os diferentes grupos étnicos que compõem o Brasil diante da nova ordem social e política que se desenhava no Brasil com a abolição da escravidão e a proclamação da República. Muito pelo contrário, o silêncio tinha como intuito promover a exclusão social da população negra no Brasil.

A produção do conhecimento foi ao encontro dos interesses políticos da nação. Ao silenciar o racismo, por meio do mito da democracia racial, o poder público pode simplesmente fechar os olhos para as mazelas vivenciadas pela população negra ao longo do tempo. Diante disso, homens e mulheres negros são obrigados a adotar estratégias de inserção social em meio às possibilidades que surgem na realidade em que estão inseridos.

Chamo a atenção para as estratégias de inserção social adotadas pela população negra desde o período escravista até os dias atuais a partir dos referenciais simbólicos que foram construídos e transmitidos ao longo de gerações. Até mesmo o silêncio diante das violências sofridas no cotidiano, em sua maioria “simbólicas”, pode ser visto como estratégias de inserção social.

De acordo com Pollak, tendo em conta os sobreviventes dos campos de concentração que, após serem libertados, retornaram à Alemanha ou à Áustria, “seu silêncio sobre o passado está ligado em primeiro lugar à necessidade de encontrar um *modus vivendi* com

²⁷ABREU, Martha. Diversidade cultural, reparação e direitos. In: LOBATO, Glauber (org.). **Educação e relações étnico-raciais**. Rio de Janeiro: CEAD; Niterói: UFF, 2015. p. 167.

aqueles que, de perto ou de longe, ao menos sob a forma de consentimento tácito, assistiram sua deportação”²⁸.

Acredito que o silêncio, muitas vezes, também pode ter sido o *modus vivendi* encontrado pelos afrodescendentes em meio à estrutura excludente que se desenhou a sua volta. Cabe antecipar aqui a frase que dá início ao terceiro capítulo deste trabalho: “o bezerro manso mama em qualquer vaca, o bravo morre de fome”. Entre silenciar e mamar em qualquer vaca ou enfrentar e morrer de fome, a primeira opção é mais convidativa.

Portanto, o silêncio não é sinônimo de uma falta de conhecimento sobre as violências vivenciadas cotidianamente. E sim, uma estratégia de inserção social. Mas, isso é imperceptível para aqueles que veem homens e mulheres negros apenas como objetos.

É claro que existem limites para esse silêncio. Veremos isso ao tratar a trajetória do avô de Cecília, Gabriel de Lima, ao longo do capítulo 2.

Também cabe apontar que as estratégias de inserção social adotadas durante a escravidão e após a Abolição podem ter sido traçadas das maneiras mais diversas. Muitos não optaram pelo silêncio e sim, pela revolta. Não há certo ou errado nisso, porque, enquanto pessoas pretas, somos vítimas de uma estrutura de poder que atua sobre os nossos corpos. Tendo isso em conta, cada qual trilha os caminhos de acordo com a realidade que se desenha em seu entorno. Assim, o que vale é que os caminhos trilhados por cada um façam sentido para quem os trilha.

2.2 Produção do discurso acadêmico

Ao passo que os corpos negros foram silenciados e marginalizados na sociedade também o foram no espaço acadêmico. E nem digo como produtores de conhecimento, mas como sujeitos nas análises empreendidas sobre a organização social do Brasil. De acordo com as historiadoras Hebe Mattos e Ana Lugão,

(...) o processo de Abolição da escravidão no Brasil foi bem mais estudado do ponto de vista econômico e político do que de uma perspectiva social ou cultural. Enquanto problema econômico, quase naturalmente tendeu-se a privilegiar a questão da substituição do trabalho nas áreas mais prósperas da cafeeira paulista e a substituição quase absoluta do escravo negro pelo imigrante europeu. Aparentemente substituído pelo imigrante no Oeste Paulista e, em parte, também na cidade de São Paulo, tendeu-se a generalizar a experiência paulista para o conjunto do país.²⁹

²⁸ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. p. 5.

²⁹ CASTRO; RIOS, ref. 5, p. 174.

É importante ter em conta que aquilo que é discutido no espaço acadêmico vai ao encontro dos movimentos em direção ao poder e, conseqüentemente, àquilo que é construído no imaginário social. Tudo isso ocorre em um processo que se retroalimenta. Ou seja, o discurso acadêmico é de suma importância para tratar as mazelas sociais que acometem a sociedade brasileira.

Contudo, ainda caminhamos a passos lentos no que tange a inclusão da população negra nos debates historiográficos. De acordo com a historiadora Martha Abreu, “no século XX, a história dos descendentes de africanos e escravos, suas lutas e conquistas, ainda é pouco estudada”.³⁰

Na medida em que caminhamos a passos lentos para incluir a população negra nos debates acadêmicos, também o fazemos em relação à construção e implantação de políticas públicas que tenham como intuito o combate ao racismo. Um bom exemplo disso é a Lei n. 10639/03 que obriga o ensino de história da África nas escolas, mas tem pouca ou nenhuma aplicabilidade porque faltam profissionais capacitados para tratar desses temas.

Em outras palavras, ao longo dos anos, a grande maioria da população brasileira tem contribuído para construção e manutenção da marginalização dos corpos negros nos mais variados espaços. Diante disso, homens e mulheres negros são obrigados a adotar estratégias de inserção social em meio às possibilidades que surgem na realidade em que estão inseridos.

Todavia, nos debates acadêmicos, muitas vezes, homens e mulheres negros são vistos apenas como objetos de pesquisa e não como sujeitos capazes de atuar sobre a realidade na qual estão estabelecidos.

A partir desse ponto de vista, que relega aos corpos negros apenas o lugar de objetos, práticas cotidianas adotadas por Cecília foram percebidas, tanto nos textos escritos quanto em algumas narrativas orais, como docilidade, passividade e até mesmo inércia. Tal percepção vai ao encontro de uma visão estereotipada do negro, construída ao longo do tempo, mas com a qual historiadores tem procurado romper.

Sob essa perspectiva, há também a ideia da existência de uma relação harmônica entre antigos senhores, seus descendentes, ex-escravizados e seus descendentes. De acordo com o historiador José Murilo de Carvalho, tendo em conta a região na qual Cecília esteve inserida, “a transição do trabalho escravo para o livre parece ter-se verificado sem traumas”.³¹ O historiador continua a sua análise, mas em nenhum momento parece levar em consideração as estruturas de poder envolvidas nessas relações.

³⁰ ABREU, ref. 26, p. 167.

³¹ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 14.

De forma sucinta, tendo como base uma discussão empreendida por José Jorge de Carvalho, somos levados a crer que a ideia da convivência harmônica vai ao encontro do mito da democracia racial, popularizado a partir da obra de Gilberto Freyre. Ela coloca a branquitude em um lugar confortável, uma vez que silencia as tensões raciais responsáveis por produzir privilégios e desigualdades e contribui para que essa realidade não seja questionada e, com isso, se perpetue como tem acontecido.³²

Olhar as relações empreendidas entre pessoas brancas e negras em um país racista sem levar em consideração as estruturas de poder envolvidas nessas relações contribui para a perpetuação do racismo. Cabe apontar que o racismo é entendido aqui enquanto uma estrutura de poder que atua em todos os setores da sociedade, relegando os corpos negros a um lugar de subalternidade. Até mesmo os corpos brancos que não são diretamente racistas se beneficiam da atuação racista e, por isso, para grande maioria, não há porque contrapô-la.

A partir do que é posto pela autora Lélia Gonzalez, somos levados a crer que nossa mente constrói mecanismos para ocultar aquilo que não é bom, ou não é socialmente aceito, mas nos traz benefícios. Desse modo, somos libertados da angústia que seria, por exemplo, nos defrontar com aquilo que fazemos e sabemos que não é bom.³³

É assim que a sociedade brasileira lida com o racismo. Finge não ver. Isso porque, como bem diz o dito popular, “não se mexe em time que está ganhando”.

É justamente contra essa corrente que estamos nadando. Não somos os primeiros. Muitos vieram antes de nós abrindo esse caminho, mas foram silenciados por não serem detentores do privilégio epistêmico. Cabe lembrar que quem possui o privilégio social possui o privilégio epistêmico. Mas, de acordo com a historiadora Giovana Xavier, esse silenciamento não foi capaz de apagar o legado das intelectuais negras. Nas palavras da autora:

(...) seus legados inspiram-me a iluminar a intelectualidade desse grupo [mulheres negras], praticando uma ciência que parte do nosso reconhecimento como agentes de conhecimento no discurso científico, em que, tradicionalmente, ocupamos o lugar de objeto. Uma missão que se situa mais na luta por ampliação de espaço institucional para uma agenda acadêmica feminista negra do que na disputa de narrativas com a academia tradicional.³⁴

³² CARVALHO, José Jorge de. As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras. **Teoria e Pesquisa**, São Paulo, n. 42/43, p. 303-340, jan./jul. 2003. p. 11-15.

³³ GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, São Paulo, [s.n.], p. 223-244, 1984. p. 232.

³⁴ XAVIER, ref. 13, p. 52.

Nesse sentido, Giovana Xavier fala em uma “ciência de mulheres negras”, definida por ela como “uma teoria crítica que se caracteriza pela valorização dos pontos de vista, da experiência e da articulação entre pensar e fazer de mulheres negras”.³⁵

A partir da perspectiva da autora, uma “ciência de mulheres negras é capaz de olhar a mulher negra a partir de um novo viés que vai além dos estereótipos construídos e difundidos ao longo do tempo.

Tendo em conta esses estereótipos, cabe apontar que, de acordo com Lélia Gonzalez, a mulher negra é sempre atrelada às “noções de mulata, doméstica e mãe preta”.³⁶ Esses são alguns dos estereótipos construídos e difundidos ao longo do tempo sobre a mulher negra. Todas essas noções estão de algum modo relacionadas à representação da mulher negra a partir da sua relação com a branquitude.

É importante deixar claro que o intuito aqui não é deslegitimar a validade da produção de conhecimento que atrele mulheres ou homens negros a pessoas brancas, até porque muitas das vezes as fontes que possuímos estão atreladas a esta relação. No entanto, mesmo relacionada a pessoas brancas, homens e mulheres negros podem e devem ser vistos como sujeitos. Levando em consideração que o sujeito é aquele que tem capacidade de ação.

Ao olharmos a mulher preta enquanto protagonista na realidade à sua volta, mesmo a partir das relações empreendidas com corpos brancos, conseguimos perceber que ela não está limitada às noções de mulata, doméstica e mãe preta.

O que muitas vezes impede que homens e mulheres negras sejam vistos enquanto sujeitos é o lugar de fala ocupado por aqueles que têm a prerrogativa de produzir e difundir o conhecimento científico. Cabe apontar que o espaço acadêmico não é uma instituição alheia ao que acontece no restante da sociedade. Muito pelo contrário, a produção do conhecimento científico está intrinsecamente atrelada ao imaginário social em um processo que se retroalimenta. De acordo com a filósofa Djamila Ribeiro, “existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções e, para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos”.³⁷

Tendo tudo isso em conta, somos levados a crer que é justamente no olhar para a ação de mulheres negras enquanto sujeitos que reside, na proposta da historiadora Giovana Xavier, uma história vista e “contada de baixo”.

³⁵ *Ibid.*, p. 53.

³⁶ GONZALEZ, ref. 32, p. 225.

³⁷ RIBEIRO, ref. 25, p. 22.

A história vista e “contada de baixo” traz um novo olhar sobre as práticas cotidianas de mulheres negras. Nesse sentido, em consonância com a historiografia sobre o tema, a análise da trajetória de Cecília a partir desse viés (história vista e “contada de baixo”) nos permite perceber estratégias de inserção social adotadas por ela em cada prática cotidiana, desde a mudança para a Fazenda Santa Cruz na década de 1950 até as idas estratégicas ao Desbarrancado nas épocas de mais fartura e, conseqüentemente, mais “sobras” na fazenda.

Perceber essas práticas cotidianas como estratégias de inserção social vai ao encontro daquilo que é posto por Giovana Xavier sobre gerar “(...) novas interpretações relativas à inteligência e à criatividade de quem queima o bolo para ter o que levar para casa e alimentar os filhos (...)”.³⁸ Tendo isso em conta, vale apontar que o principal objetivo deste estudo é entender as estratégias de inserção social adotadas por Cecília em meio a práticas cotidianas.

Ainda de acordo com a historiadora Giovana Xavier, a análise empreendida por mulheres pretas sobre seus pares “(...) abriu novas portas para a compreensão do pensar de mulheres negras. Portas nas quais a cozinha e o quintal passam a ser examinados como espaços de produção de suas políticas do cotidiano”.³⁹

A escrita de uma história a partir dessa perspectiva, rompendo com o lugar de objetos relegado aos corpos negros e os colocando no lugar de sujeito, vem sendo defendida por diversos autores. Lélia Gonzalez, citada na obra da filósofa Djamila Ribeiro, “defendeu um feminismo afrolatinoamericano colocando em evidência o legado de luta, a partilha de caminhos de enfrentamento ao racismo e ao sexismo percorridos”.⁴⁰

A necessidade de entender esses caminhos a partir da perspectiva de quem os trilha vai ao encontro da “proposta de descolonização do conhecimento e refutação da neutralidade epistemológica”⁴¹ posta por Lélia Gonzalez e citada por Djamila Ribeiro.

2.3 Meu lugar de fala

A crença na existência de uma neutralidade epistemológica não se fez presente durante a minha formação. Partilhei o caminho acadêmico trilhado por mim até aqui com colegas que direta ou indiretamente acabavam falando um pouco de si a partir de seus objetos de pesquisa. Isto, com certeza, contribuiu para uma ruptura particular com a ideia da existência de uma neutralidade epistemológica. Contudo, ainda que a acolhida dos meus pares tenha feito com

³⁸ XAVIER, ref. 13, p. 53.

³⁹ *Ibid.*, p. 54.

⁴⁰ RIBEIRO, ref. 25, p. 17.

⁴¹ *Ibid.*, p. 17.

que a minha trajetória acadêmica fosse mais amena nesse sentido, o fato é que muitos outros têm sofrido por conta da crença na existência de uma neutralidade epistemológica.

Contrapor um discurso hegemônico, produzido a partir de relações de opressão que colocam os corpos negros em um lugar apenas de objeto, tem sido o meu principal obstáculo, porque as relações de opressão infiltram em nós a ideia de que não somos capazes, de que não é esse o caminho etc. Romper com o lugar de submissão construído ao longo de décadas tem sido o meu maior desafio. Principalmente, por conta da minha proximidade, espacial e afetiva, com os produtores desse discurso hegemônico.

Em uma sociedade embebida pelo racismo, o movimento de uma mulher preta, pobre e periférica (ou da zona rural) de uma pequena cidade no Campo das Vertentes, com certeza, atua com menor intensidade que o movimento de um homem branco, cis e membro de uma elite local desta mesma pequena cidade no Campo das Vertentes. Mas, à medida que eu tenho avançado e percebido a importância de uma escrita de si – ou a produção de saberes localizados, termos usados por Donna Haraway⁴² –, tenho notado que a movimentação em intensidades diferentes não invalida meu discurso. Muito pelo contrário, deixa clara a sua emergência já apontada acima. Sem contar que, como posto pela filósofa Donna Haraway, a crença na existência de uma única forma válida de produção de conhecimento é uma crença reducionista.⁴³

Para além dos feitos dos grandes homens e das datas emblemáticas, que mudaram o curso da história da humanidade, é importante entender as batalhas cotidianas, porque é da eclosão delas que nascem os grandes feitos. A Revolução Francesa, evento histórico que marca o início da Idade Contemporânea, eclodiu a partir da insatisfação dos camponeses que não tinham o que comer. Ou seja, os grandes eventos ganham forma a partir da soma de batalhas cotidianas.

Ao construir uma narrativa sobre grandes eventos históricos, historiadores estabelecem um recorte e privilegiam um grupo social em detrimento do outro. Essa escolha está atrelada a uma série de fatores como, por exemplo, lugar social ocupado pelo historiador, disponibilidade e acesso às fontes, até mesmo a aquisição de recursos financeiros para custear o desenvolvimento de uma pesquisa são levados em consideração na hora da escolha de um tema.

⁴² HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

⁴³ *Ibid.*, p. 15-16.

Mesmo que todos nós que estamos no ambiente acadêmico saibamos de todos esses fatores, ainda existem aqueles que erroneamente se apoiam na crença da existência da neutralidade na produção do conhecimento acadêmico.

De acordo com Djamila Ribeiro:

Essa insistência em não se perceberem como marcados, em discutir como as identidades foram forjadas no seio de sociedades coloniais, faz com que pessoas brancas, por exemplo, ainda insistam no argumento de que somente elas pensam na coletividade; que pessoas negras, ao reivindicarem suas existências e modos de fazer político e intelectuais, sejam vistas como separatistas ou pensando somente nelas mesmas. Ao persistirem na ideia de que são universais e falam por todos, insistem em falarem pelos outros, quando, na verdade, estão falando de si ao se julgarem universais.⁴⁴

Na medida em que rompemos com a ideia da existência de neutralidade na produção do conhecimento acadêmico e “reivindicamos nossa existência e modos de fazer políticos e intelectuais”, além de enfrentarmos os obstáculos já postos por Djamila Ribeiro, também enfrentamos dores, por tratar de temas, em certa medida particulares, que foram silenciados ao longo do tempo por conta da atuação de uma estrutura de poder, e também vivenciamos uma carência de aportes teóricos que contemplem uma escrita de si. Assim sendo, há uma série de desafios para o desenvolvimento de “uma história vista e contada de baixo”, como colocado pela historiadora Giovana Xavier.⁴⁵

Ainda com os desafios, trazer à tona discursos silenciados ao longo do tempo que vão contra o discurso hegemônico tem sido cada vez mais necessário. Caminhei um longo percurso até perceber aquilo que é posto categoricamente pela filósofa Donna Haraway: “quem tem interesses políticos não pode permitir que o construcionismo social se desintegre nas emanções radiantes do cinismo”.⁴⁶ Aos meus ouvidos, é como se a autora dissesse: se atenha aos seus interesses políticos e caminhe sem se deixar levar por todas as limitações impostas pelo espaço acadêmico e pela sociedade como um todo.

O interesse político intrínseco à análise da trajetória de Cecília é perceber as estratégias de inserção social adotadas pelos negros durante o período escravista e após a Abolição em Piedade do Rio Grande, levando em consideração a atuação do racismo cotidiano construído e mantido ao longo do tempo no Brasil. Neste caminho, vamos de encontro àquilo que é posto pelo historiador José Murilo de Carvalho ao afirmar que “a transição do trabalho escravo para o livre em Piedade do Rio Grande teria se verificado sem traumas”.⁴⁷

⁴⁴ RIBEIRO, ref. 25, p. 20.

⁴⁵ XAVIER, ref. 13, p. 53.

⁴⁶ HARAWAY, ref. 41, p. 10.

⁴⁷ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 14.

Ao mesmo tempo que contestamos a fala do historiador José Murilo de Carvalho, vamos ao encontro daquilo que é apresentado por Linda Alcoff, citada por Djamila Ribeiro.

(...) [A autora] chama a atenção para o fato de que, para descolonizarmos o conhecimento, precisamos nos ater à identidade social, não somente para evidenciar como o projeto de colonização tem criado essas identidades, mas para mostrar como certas identidades têm sido historicamente silenciadas e desautorizadas no sentido epistêmico, ao passo que outras são fortalecidas.⁴⁸

Tendo como base o que é exposto pelas autoras, a partir do momento que estabelecemos nossas pesquisas com base nesse viés, a análise desestabiliza e transcende a autorização discursiva branca, masculina, cis e heteronormativa, e debate como as identidades que foram construídas nesses contextos.⁴⁹

De acordo com a autora Djamila Ribeiro:

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experienciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar o lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos. Estamos dizendo, principalmente, que queremos e reivindicamos que a história da escravidão no Brasil seja contada por nossas perspectivas também e não somente pela perspectiva de quem venceu (...). Estamos apontando para a importância de quebra de um sistema vigente que inviabiliza essas narrativas.⁵⁰

Em meio a essas questões e tendo percebido alguns pontos com o avanço da pesquisa, ou seja, anos após o encontro com a Cecília, lembro da resposta categórica da Dra. Silvia Maria Jardim Brügger diante do meu questionamento: “basta que você deixe claro ao seu leitor o seu lugar de fala”.

Compreende-se, portanto, que o lugar a partir do qual falamos influencia o nosso ponto de vista e, conseqüentemente, o discurso que produzimos. Nas palavras de Djamila Ribeiro, “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas”.⁵¹

Citada por Djamila Ribeiro, Patrícia Hill Collins salienta o seguinte:

(...) ocupar uma localização comum em relações de poder hierárquicas não implica em se ter as mesmas experiências, porque a autora não nega a dimensão individual. Todavia, aponta para o fato de que, justamente por ocuparem a mesma localização social, esses indivíduos igualmente compartilham experiências nessas relações de poder. E seriam essas experiências comuns aos objetos de análise.⁵²

⁴⁸ RIBEIRO, ref. 25, p. 19.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 18.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 48.

⁵¹ *Ibid.*, p. 39-40.

⁵² *Ibid.*, p. 17.

É nesse ponto da partilha de experiências nessas relações de poder que, ao falar de Cecília, acabo produzindo um discurso no qual também falo um pouco de mim. Por isso, em alguns momentos, recorro a algumas memórias minhas para tratar certas situações.

Ainda tendo em conta o que é afirmado por Patrícia Hill Collins, citada por Djamila Ribeiro, é importante entendermos a experiência individual de Cecília. No entanto, é mais significativo ainda entender as condições sociais que constituem o grupo do qual ela faz parte, no qual me incluo, e quais são as experiências compartilhadas por todo o grupo.⁵³

Nas palavras de Djamila Ribeiro, demarcar o lugar a partir do qual falamos,

(...) nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que os homens brancos, que se pensam universais, se socializem, entendam o que significa ser branco como metáfora do poder (...). Com isso, pretende-se também refutar uma pretensa universalidade. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva.⁵⁴

A partir do que é posto por Foucault, Djamila Ribeiro indica a importância “(...) de não pensar o discurso como amontoado de palavras ou concatenação de frases que pretendem um significado em si, mas como um sistema que estrutura determinado imaginário social, pois estaremos falando de poder e controle”.⁵⁵

Cabe apontar que todo discurso produzido ou contribui para a afirmação ou para a ruptura do discurso hegemônico. Nesse sentido, Djamila Ribeiro mostrou que “os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contra discursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias”.⁵⁶

Por mais que uma breve análise sobre a trajetória de Cecília tenha sido feita na obra *Histórias que Cecília contava*, uma investigação na mesma rota pode ser empreendida a partir de outros olhares e geografias. Tendo isso em conta, e também levando em consideração os meus medos e as minhas inseguranças ao empreender esse exame, optei por dar início a este trabalho deixando claro o meu lugar de fala.

Nesse caminho, além da memória narrada a mim pela minha mãe, soube que Cecília era uma exímia contadora de histórias. Os contos narrados por ela a diferentes gerações de proprietários da Fazenda Santa Cruz deram corpo ao livro *Histórias que Cecília contava*, organizado pelos irmãos Maria Selma de Carvalho, José Murilo de Carvalho e Ana Emília de

⁵³ *Ibid.*, p. 38.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 40.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 32.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 43.

Carvalho, que eram netos do proprietário da fazenda e viveram lá durante a infância quando tiveram contato com Cecília e com as histórias que ela contava.⁵⁷

Além de exímia contadora de histórias, Cecília também era lavadeira na Fazenda Santa Cruz, umas das muitas da região cuja origem remonta ao período escravista⁵⁸, onde passou a maior parte da vida cuidando e sendo cuidada por diferentes gerações de proprietários. Assim, Cecília teve toda a sua trajetória de vida entrelaçada à família de antigos senhores da região e, por mais distantes no tempo que estejamos, compartilhamos essa vivência.

Enquanto Cecília passou grande parte da vida na Fazenda Santa Cruz, eu nasci e vivi por muito tempo na casa de uma das herdeiras da Fazenda do Patrimônio. Minha mãe trabalha como empregada doméstica ali e, até os dias atuais, eu mantenho fortes laços afetivos com a proprietária do local. A Fazenda do Patrimônio foi fundada no início do século XX⁵⁹ e seus herdeiros descendem dos antigos senhores da região.

Resguardadas as devidas proporções, posso dizer que Cecília e eu fomos criadas em meio a estruturas de poder semelhantes. Ocupamos um lugar no seio das antigas famílias senhoriais que nos concede certos privilégios em relação aos nossos pares. Foi tendo isso em conta que, logo no início deste capítulo, afirmei que, em certa medida, Cecília e eu compartilhamos até mesmo algumas vivências.

Cecília foi amada, cuidada e, com certeza, experimentou em menor escala as misérias materiais vivenciadas pelos seus pares.

De acordo com a socióloga Patrícia Hill Collins, “por muito tempo, mulheres afro-americanas participaram dos segredos mais íntimos da sociedade branca (...) e, frequentemente, tornavam-se membros honorários da suas ‘famílias’ brancas”.⁶⁰ Em continuidade, a autora pontuou que, “por outro lado, essas mesmas mulheres negras sabiam que elas jamais pertenceriam a suas ‘famílias’ brancas. Apesar de seu envolvimento, permaneciam como *outsiders*”.⁶¹ Em outras palavras, essa participação não livrou Cecília do racismo produzido ao longo do tempo e vivenciado, inclusive, no espaço mencionado. Da mesma maneira, não livrou a mim e não livra a qualquer outro.

Ao termos isso em conta, de acordo com Collins:

Uma revisão cuidadosa da emergente literatura feminista negra revela que muitas intelectuais negras, especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em

⁵⁷ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 195.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 196-197.

⁶⁰ COLLINS, ref. 3, p. 99.

⁶¹ *Ibid.*, p. 100.

contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero.⁶²

Por mais que esse texto não se enquadre em uma literatura feminista, uma vez que as questões de raça se sobrepõem às questões de gênero, acredito que estou produzindo uma análise distinta das questões de raça, classe e gênero. Ao menos, distinta daquela que é feita por uma elite branca, cis e heteronormativa, como posto por Djamila Ribeiro.

Assim sendo, destaca-se também a seguinte afirmação da filósofa e militante feminista Djamila Ribeiro: “(...) quando se insiste nessa visão homogênea de homens e mulheres, homens negros e mulheres negras ficam implícitos e acabam não sendo beneficiários de políticas importantes e, estando mais apartados ainda, de serem aqueles que pensam tais políticas”.⁶³

Em outras palavras, para que haja a criação de mecanismos, inclusive políticas públicas, que promovam a inserção social dos corpos negros, é necessário delimitar esse lugar, denunciar as mazelas às quais os corpos negros são submetidos e como isso afeta a sociedade como um todo.

De acordo com Patrícia Hill Collins, tendo em conta a produção do discurso acadêmico, “trazer esse grupo – assim como outros que compartilham um status de *outsider within* ante a sociologia – para o centro da análise pode revelar aspectos da realidade obscurecidos por abordagens mais ortodoxas”.⁶⁴

Sabendo disso, é inegável que, ao falar sobre Cecília, acabo falando também um pouco sobre mim, enquanto uma mulher negra criada em meio a relações cuja origem remonta e conserva elementos do período escravista. Por mais que a questão de gênero não seja o tema central desta pesquisa, é impossível não esbarrar nesse debate ao tratar a trajetória de uma mulher preta. Ao considerarmos isso, cabe apontar que, tal como posto por Collins ao tratar o pensamento feminista negro, esta pesquisa é produzida por uma mulher preta que elucida um ponto de vista de e para pessoas pretas.⁶⁵ De acordo com a autora,

(...) é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras. Dessa forma, enquanto o pensamento feminista negro [ou neste caso, a vivência de pessoas negras] pode ser registrado por outras pessoas, ele é produzido por mulheres [pessoas] negras.⁶⁶

⁶² *Ibid.*, p. 100.

⁶³ RIBEIRO, ref. 25, p. 25.

⁶⁴ COLLINS, ref. 3, p. 101.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 101.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 101.

Em continuidade, a autora nos leva a crer que, por mais que tenhamos uma série de elementos em comum, por uma série de fatores, podemos experimentar uma mesma realidade de maneiras diferentes.⁶⁷ Mesmo tendo vários pontos em comum, Cecília e eu não experienciamos a realidade da mesma forma. Mas, com certeza, eu estou mais próxima de Cecília que a elite branca, cis e heteronormativa. Com isso, muitas vezes consigo ter um outro olhar sobre práticas cotidianas que talvez fossem passar despercebidas para outros. Ou mesmo que não passassem despercebidas, talvez não seriam atribuídas à devida importância.

Ao passo que a pesquisa vem se desenrolando, por vezes me esbarro com o meu lugar social na academia e na vida. Em um trecho de seu artigo, ao tratar o lugar das mulheres pretas na academia, Patrícia Hill Collins nos leva a refletir que a produção de conhecimento é feita a partir de uma elite formada por homens brancos. Desse modo, para realmente pertencer ao ambiente acadêmico, “as mulheres negras teriam de agir de acordo com o seu lugar em uma visão de mundo de homens brancos. Isto implica aceitar a própria subordinação (...)”.⁶⁸

Nesse sentido, tendo em conta a obra *Intelectuais Negras*, Bell Hooks sublinha que “dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca toda a cultura atua para negar as mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente, torna o domínio intelectual um lugar interdito”.⁶⁹

Da mesma forma, a historiadora Giovana Xavier ressalta que “o modelo de formação eurocêntrica, baseado em aulas monólogos e nos pressupostos científicos de neutralidade e afastamento, torna a experiência acadêmica de um número significativo de pessoas dolorosa e traumática”.⁷⁰

Nunca cheguei a me sentir assim no ambiente acadêmico. Mas, durante a escrita da dissertação, por vezes, me causou um incômodo romper com o lugar social no qual eu fui criada. Em um trecho da obra em que trata “o que é o lugar de fala”, tendo em conta o que é posto por Grada Kilomba, Djamila Ribeiro apontou para a

(...) dificuldade da pessoa branca em ouvir, por conta do incômodo que as vozes silenciadas trazem, do confronto que é gerado quando se rompe com a voz única. Necessariamente, as narrativas daquelas que foram forçadas ao lugar do Outro, serão narrativas que visam trazer conflitos necessários para a mudança. O não ouvir é a tendência a permanecer num lugar cômodo e confortável daquele que se intitula poder falar sobre os Outros, enquanto esses Outros permanecem silenciados.⁷¹

⁶⁷ *Ibid.*, p. 102.

⁶⁸ COLLINS, ref. 3, p. 119.

⁶⁹ HOOKS, Bell. *Intelectuais Negras*. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995. p. 468.

⁷⁰ XAVIER, ref. 13, p. 56-57.

⁷¹ RIBEIRO, ref. 25, p. 44.

O que a autora não leva em consideração, ou pelo menos não pontua, é que também não é confortável para o “Outro” produzir narrativas que visam trazer conflitos necessários para a mudança. Cecília, eu e tantos outros fomos socializados em meio a essas relações de poder. Aprendemos a usufruir dessas relações a partir do lugar que nós ocupamos. Nunca paramos para pensar que ocupamos o lugar do “Outro”. Apenas assumimos o lugar que nos cabe nas relações sem qualquer questionamento.

A indagação e a produção de uma narrativa que visa trazer conflitos necessários para a mudança têm início a partir de um estímulo externo. Para mim, esse estímulo – ou a “conversão”⁷², tendo em conta o termo utilizado por Bell Hooks – veio através da minha entrada no ensino superior. Há décadas, esse estímulo, ou conversão, veio para minha avó Maria Esperança de Jesus através do diálogo com um parente que migrou e em uma das muitas visitas sazonais ao Cruzeiro do Rio Grande. Nessa conversa, falaram sobre a importância de receber pelo seu trabalho em dinheiro e não através de trocas.⁷³

Não quero dizer com isso que, até que haja um estímulo externo, não temos consciência das relações de dominação nas quais estamos inseridos, ocupando um lugar de subalternidade. É claro que temos. As memórias traumáticas que ainda são restritas apenas ao círculo familiar atreladas aos relatos de fome, aos trabalhos com horário para início e sem horário para o fim, às refeições feitas tarde por ter que primeiro servir aos patrões, aos restos de comida que eram dados, e às vezes não tinham ao menos condições de ser aproveitados, são exemplos claros de que os subalternos têm consciência das relações de dominação às quais são submetidos.

Em zonas rurais como o Cruzeiro do Rio Grande ao longo do século XX, a garantia de condições de sobrevivência para aquela população eram acessadas através dos mandatários locais.

É tão interessante a forma como as estruturas de poder se construíram em Piedade do Rio Grande que, enquanto ainda existiam mandatários locais cujas origens remontam ao período escravista, a população do Cruzeiro do Rio Grande tinha a quem recorrer. À medida que essas relações foram deixando de existir, pela morte dos mais velhos, pelas ondas migratórias etc, a comunidade foi posta de lado. Não há mais mandatários locais a quem a população possa recorrer e o poder público pouco se importa. Com isso, é perpetuada uma condição de marginalização que vem desde o período escravista. Essa realidade atesta o

⁷² HOOKS, ref. 68. p. 465 - 466.

⁷³ Maria Esperança de Jesus em entrevista concedida a Daniele Neves, na comunidade do Desbarrancado, Piedade do Rio Grande/MG em 19/09/2020.

quanto Piedade do Rio Grande é um microcosmo do racismo, especialmente, o racismo estrutural.

Nós que nascemos até o final do século XX na comunidade do Cruzeiro do Rio Grande ainda fomos criados em meio a esses mandatários locais, sem muita consciência daquilo que eles representavam, mas pedindo a benção a eles, por assim dizer. Diante dessa realidade, produzir narrativas que visam trazer conflitos necessários para a mudança me tira de um lugar naturalizado por séculos e também me gera um desconforto.

Talvez, o desconforto seja até maior para mim, que em um dia estava pedindo bênção e no outro, produzindo narrativas que visam trazer conflitos, porque a pessoa branca pode simplesmente optar por não ouvir.

Em continuidade, ainda tendo em conta o que é posto por Grada Kilomba, Djamila Ribeiro assinala:

(...) o medo branco em não ouvir o que o sujeito negro pode eventualmente revelar pode ser articulado com a noção freudiana de repressão, no sentido de afastar algo e mantê-lo à distância da consciência. Ideais e verdades desagradáveis seriam mantidas fora da consciência por conta da extrema ansiedade, culpa e vergonha que elas causam. Mais além: o medo branco ou manter-se “inconsciente” diante dessas verdades e realidades protegeria o sujeito branco de ter que lidar com os conhecimentos dos “Outros”.⁷⁴

Trazendo para minha realidade o que é posto pela autora sobre o medo branco, talvez seja isso que eu sinto. Obviamente, não o medo branco. Mas, a necessidade de afastar a tomada de consciência sobre as relações de poder e o racismo intrínseco em relações que até então eram vistas por mim apenas como relações afetivas. Ou como fruto da minha condição social, em uma análise bastante marxista que associa tudo a luta de classes, sendo essas classes apenas classes econômicas, sem levar em consideração cor, gênero, opção sexual, etc.

A tomada de consciência do racismo é muito dolorosa. No entanto, como colocado por Audre Lorde em um contexto de discussões sobre gênero e racismo, é importante que “cada uma de nós mergulhe naquele lugar profundo de conhecimento que há dentro de si e chegue até o terror e a aversão a qualquer diferença que ali habite. Veja o rosto que têm. Só aí o pessoal como algo político pode começar a iluminar todas as nossas escolhas”.⁷⁵

Cabe apontar que, ao menos para mim, o racismo por muito tempo esteve associado ao racismo explícito. Mas, visto que tenho adquirido letramento racial, tenho percebido que não há nada no cotidiano de uma pessoa negra que não esteja embebido nas diferentes formas que o racismo encontrou para existir no Brasil. Contudo, por serem muitas vezes silenciosas, essas

⁷⁴ RIBEIRO, ref. 25, p. 44 – grafia da autora.

⁷⁵ LORDE, Audre. As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. In: _____. **Irmã Outsider**. Tradução: Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 04.

muitas formas de existir do racismo ou passam batido ou são atreladas a outros problemas, principalmente de ordem econômica.

Conforme analiso a trajetória da Cecília, tenho percebido a presença do racismo em toda a sua trajetória e ao mesmo tempo na minha trajetória e de toda a minha família. São memórias traumáticas que, por mais que não tenham sido vivenciadas por mim, me pertencem, construíram quem eu sou. Ouvir da minha avó que muitas vezes ela ia trabalhar na lavoura com a marmita vazia para ter o que deixar para minha mãe e os meus tios comerem é uma memória traumática que faz parte de mim, mesmo que indiretamente. Entre tantas outras mazelas às quais diferentes membros da minha família foram submetidos, entender que vivências assim são consequências de uma estrutura de poder, chamada racismo, construída e mantida ao longo do tempo para que pessoas brancas possam se beneficiar é doloroso.

Ao mesmo tempo em que analisar a trajetória de Cecília tem me proporcionado essa tomada de consciência e, com isto, me aproximado da minha comunidade, tem me afastado do meu lugar como “membro honorário de uma família branca”.

Por mais que eu tenha nascido mais de cem anos após o fim da escravidão e sido socializada como “membro honorário de uma família branca”, eu sempre soube que o meu lugar de verdade era o lugar de subalternidade. E o acesso à educação formal não combina com o lugar de subalternidade. Romper com esse lugar por vezes me gerou um incômodo. Mesmo sabendo que este deveria ter sido o caminho natural e não aquele socialmente construído e nos enfiado goela abaixo.

Ao tratar aquilo que é reconhecido como ativismo, Bell Hooks apontou para a desvalorização do trabalho intelectual. Por mais que o ativismo não seja um dos meus objetos de análise, as considerações feitas pela autora, ao tratar a desvalorização do trabalho intelectual, se encaixam na minha experiência. De acordo com Bell Hooks, a desvalorização dos trabalhos intelectuais muitas vezes torna difícil para indivíduos que vêm de grupos marginalizados considerarem o trabalho intelectual uma atividade útil e importante.⁷⁶

Mais a frente, a autora afirma que “muitas [alunas negras] manifestam desprezo pelo trabalho intelectual porque não veem como tendo uma ligação significativa com a vida real ou o domínio da experiência concreta”.⁷⁷

Tendo em conta a minha área de produção de conhecimento, qual é o historiador que nunca foi questionado sobre a utilidade da História? A única forma de transformar a realidade é entendendo como ela foi construída. Ao meu ver, é para isso que serve a História e é neste

⁷⁶ HOOKS, ref. 68, p. 464.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 467.

ponto que o trabalho intelectual estabelece uma ligação com a vida real ou o domínio da experiência concreta.

É interessante que, sendo a primeira de uma família grande a ter acesso ao ensino superior, à pós-graduação e, conseqüentemente, a atividades não braçais, são incontáveis as vezes em que eu já fui associada ao não-trabalho, à ausência de cansaço, ou até mesmo à “chiqueza”, por não estar desempenhando um trabalho braçal. É como se eu rompesse um ciclo que vinha sendo repetido há séculos. E isto gera um estranhamento.

Sem falsa modéstia, acredito que minha trajetória gera também um medo na “elite” piedadense, herdeira da tradição senhorial, porque exemplifica com clareza que, a duras penas, o lugar de subserviência que fomos submetidos está, de fato, desmoronando.

Entretanto, ainda considerando o que é apresentado por Bell Hooks:

(...) a decisão de trilhar conscientemente um caminho intelectual foi sempre uma opção excepcional e difícil. Para muitos de nós tem parecido mais um chamado que uma escolha vocacional. Somos impelidos, até mesmo empurrados, para o trabalho intelectual por forças mais poderosas que a vontade individual.⁷⁸

A fala transcrita parece ter uma sacralidade. E eu não nego que essa sacralidade possa existir. Mas, há também um direito à memória que tem sido reivindicado pela população negra do Brasil. E, por mais que eu não me considere uma ativista, meu trabalho vai ao encontro dessas reivindicações.

Ainda tendo em conta a formação de intelectuais negros, Bell Hooks ressalta:

Os motivos pelos quais algumas pessoas negras escolheram tornar-se intelectuais sérios são diversos. Mas na maioria dos casos podem remontar a uma raiz comum. Um experiência tipo conversão religiosa com um professor ou colega muito influente que nos convenceu a dedicar a vida a atividades de leitura, escrita e conversa pelo prazer individual, mérito pessoal e ascensão política dos negros (e muitas vezes outros oprimidos).⁷⁹

Com certeza, a primeira pessoa que despertou o meu prazer pela leitura foi a minha avó branca, Maria José Araújo. Aprendi muito em termos de ensino formal e sociabilidade enquanto membro honorário de uma família branca.

É desse ponto que me valho para afirmar que a vivência na Fazenda de Santa Cruz, com certeza, tornou a realidade da Cecília mais amena. Ao menos no que tange a capitais materiais. A trajetória da minha família é marcada por muita miséria. Algo que eu não cheguei a vivenciar por conta de ter sido um membro honorário de uma família branca.

Não quero dizer com isso que a Cecília não experienciou a miséria. Mas, com certeza em proporções infinitamente menores do que os seus familiares que permaneceram no

⁷⁸ HOOKS, ref. 68, p. 465.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 465.

Cruzeiro do Rio Grande e até mesmo aqueles que optaram por migrar e protagonizar aquilo que as historiadoras Hebe Mattos e Ana Lugão chamaram de “campesinato itinerante”.⁸⁰

Há uma única história, conhecida por mim, de sucesso entre os membros da família que migraram. Um tal de tio Amadeus, que conseguiu uma série de quitinetes em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, que lhe rendiam um bom aluguel. Porém, tio Amadeus teve um fim trágico por lá mesmo e ninguém sequer soube o paradeiro do seu patrimônio. Decerto, os inquilinos devem ter tomado posse.

Eu não me lembro de pensar em cursar o ensino superior durante a infância ou a adolescência. Geralmente, o que preocupa jovens negros é a garantia da inserção no mercado de trabalho. Não me lembro bem o porquê do ensino superior ter entrado no meu horizonte de expectativa.

Todavia, me recordo de sempre ouvir a minha mãe dizer que queria que eu estudasse. E ela nunca poupou esforços para isso. Mesmo com todas as suas limitações econômicas e sociais. Cabe apontar que o estudo de Dill, citado por Patrícia Hill Collins, mostrou que entre os objetivos das domésticas negras estava a adoção de estratégias para que seus filhos pudessem ir mais longe que elas na vida.⁸¹

Minha mãe sempre foi empregada doméstica. Há décadas, é “membro honorário de uma família branca”. E sempre deixou claro que não queria que aquele também fosse o meu trabalho.

Já cursando História na Universidade Federal de São João del-Rei, me aproximei da Dra. Livia Monteiro. Na época, ela havia acabado de defender o doutorado. Juntas, a Dra. Livia Monteiro e a Dra. Silvia Brügger fizeram minha “conversão”, tendo em conta o termo usado por Bell Hooks.

Uma vez que entendi que as relações de poder são construídas ao longo do tempo e não são naturais, passei a problematizar a minha própria realidade. Com isso, fui ao encontro daquilo que é posto por Lélia Gonzalez, quando a autora sublinha que o incômodo gerado acerca da forma como as ciências sociais abordaram a mulher negra, associada às noções de mulata, doméstica e mãe preta, e a necessidade de ir além dessa abordagem.⁸²

Cecília cabe perfeitamente na figura da mãe preta, como veremos adiante. Mas, será que ela realmente se limita a apenas isso? Tanto a mulata quanto a doméstica, ou a mãe preta, são figuras construídas da mulher negra tendo em conta as suas relações estabelecidas com a

⁸⁰ CASTRO; RIOS, ref. 12, p. 199-200.

⁸¹ COLLINS, ref. 3, p. 112.

⁸² GONZALEZ, ref. 32, p. 225.

branquitude. Como se o negro existisse apenas em contraposição ou a serviço do branco, sem considerar sua própria existência, anseios etc.

Na medida em que comecei a perceber isso, algumas falas e acontecimentos, para os quais eu nunca havia me atentado, passaram a chamar a minha atenção. A experiência da participação na iniciação científica foi um divisor de águas. A partir dele, eu vi a necessidade de entender relações de poder construídas ao longo de pelo menos 200 anos que, até então, para mim, eram naturais.

Conforme tenho empreendido a análise sobre os mecanismos utilizados para a construção de relações de poder mantidas e naturalizadas ao longo do tempo, várias vezes me senti como um escravizado ingrato que a qualquer tempo podia ter a sua alforria revogada.

A partir do que é exposto por Patrícia Hill Collins, essa “tensão é vivenciada por qualquer grupo de *outsiders* menos poderoso que se defronta com o pensamento paradigmático de uma comunidade mais poderosa de *insiders*”.⁸³

Ainda tendo em conta a inserção de mulheres negras no espaço acadêmico, produzindo conhecimento sobre e para os seus pares, Patricia Hill Collins afirmou que “(...) encaixar os fatos às teorias existentes e aprofundar o próprio desenvolvimento paradigmático pode advir de forma mais suave para homens brancos de classe média do que para mulheres negras trabalhadoras”.⁸⁴

Atentando-se para as tensões vivenciadas pelo *outsider within*, sobretudo, no espaço acadêmico, Patrícia Hill Collins oferece uma série de alternativas. Entre essas alternativas, para mim, a mais convidativa é aquela em que a autora sugere que

(...) os intelectuais aprendam a confiar em suas próprias biografias pessoais e culturais como fontes significativas de conhecimento. Ao contrário de abordagens que exigem submergir essas dimensões do *self* durante o processo de se tornar um cientista social objetivo, supostamente não enviesado, as *outsider within* reintroduzem essas formas de conhecimento no procedimento de pesquisa. Na melhor das hipóteses, esse *status* parece oferecer às suas ocupantes um equilíbrio poderoso entre os pontos fortes de seu treinamento sociológico e de suas experiências pessoais e culturais. Nenhum se subordina ao outro. Na verdade, a realidade vivenciada é usada como fonte válida de conhecimento para criticar fatos e teorias sociológicas, ao passo que o pensamento sociológico oferece novas formas de ver esta realidade vivenciada.⁸⁵

Para alguns, pode soar estranho que exista tanta proximidade entre o historiador e seu tema de pesquisa. Mas, analisar a trajetória de Cecília a partir de uma perspectiva parcial me confere uma visão única e pouco explorada.

⁸³ COLLINS, ref. 3, p. 122.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 119.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 123.

Ao mesmo tempo em que a perspectiva parcial me confere uma visão única e pouco explorada, além da ruptura com o lugar de subalternidade em que as relações de poder me colocaram, que ainda é um processo em andamento, o trabalho com as fontes orais também tem sido um ponto desafiador nesta pesquisa.

Minha proximidade com alguns dos entrevistados já estava construída há tempos e, com outros, por mais que não houvesse tanta proximidade, ao menos já nos conhecíamos. Isso, com certeza, facilitou a dinâmica das entrevistas. Ao mesmo tempo em que isto é uma dádiva, demanda cuidados redobrados com questões éticas. Costumo dizer que muito daquilo que foi dito a mim em meio a algumas entrevistas é fruto dessa proximidade e, provavelmente, não teria sido dito a outro pesquisador e, portanto, nem sempre cabe no texto escrito. Estabelecer este equilíbrio é uma desafio porque, por mais que haja o anseio do historiador em explorar ao máximo as suas fontes, é importante ter em conta que o texto escrito a partir de relatos orais têm implicações sobre os depoentes.

Em relação à análise da trajetória de Cecília, por mais que impere a ideia de uma convivência harmônica entre antigos senhores, seus descendentes, libertos e seus descendentes, trata-se de um convívio construído em meio a relações de poder que conservam resquícios até os dias atuais. É preciso lançar luz sobre elementos que põem em xeque a ideia de uma convivência harmônica. Mas, ao mesmo tempo, isso precisa ser feito de forma sutil, levando em consideração as possíveis reverberações sobre os protagonistas dessas relações.

Vale reiterar que o silêncio também pode ser entendido como uma estratégia de inserção social que até agora tem dado certo e, por mais que eu também seja uma protagonista dessas relações sociais, não cabe a mim pôr em xeque aquilo que foi construído ao longo de séculos e tem funcionado para os outros.

Como ressaltado pela historiadora Janaína Amado, ao tratar a relação entre ética e história oral, é preciso observar o seguinte:

Conversar com os vivos implica, por parte do historiador, uma parcela muito maior de responsabilidade e compromisso, pois tudo aquilo que escrever ou disser não apenas lançará luz sobre pessoas e personagens históricos (como acontece quando o diálogo é com os mortos), mas trará consequências imediatas para as existências dos informantes e seus círculos familiares, sociais e profissionais.⁸⁶

No entanto, tratar os relatos orais é muitas vezes tortuoso, visto que, em diversos momentos, são repletos de memórias sensíveis de pessoas com as quais nutrimos fortes laços afetivos e que, frequentemente, esbarram na nossa própria vivência.

⁸⁶ AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 15, p. 145-155, abr. 1997. p. 146.

Estabelecer a linha tênue entre aquilo que está sendo dito a mim enquanto neta, prima, sobrinha etc e aquilo que está sendo dito a mim enquanto historiadora é um desafio. Diversas vezes aparecem trechos nas minhas gravações em que a minha avó materna, minha principal fonte, afirma categoricamente que eu devo saber o que pode ou não se tornar público. Inúmeras vezes conversas corriqueiras poderiam ter se tornado excelentes entrevistas e, conseqüentemente, fontes para esta pesquisa, mas ainda cabem somente ao espaço privado.

Por isso, digo com enorme propriedade que ainda existem muitas “memórias subterrâneas” – termo usado por Michael Pollak⁸⁷ –, sendo reproduzidas no espaço privado e esperando o momento certo de vir à tona. Se é que existe o momento certo. Mas, respeitando aqueles que as detêm, sobretudo, os que foram e são marginalizados por conta das estruturas de poder que atuam na nossa sociedade, neste trabalho trazemos à tona apenas as narrativas que eu sabia que podiam se tornar públicas.

Por fim, parafraseando Lélia Gonzalez, o risco que assumimos aqui é o ato de falar com todas as implicações. Exatamente por termos sido falados, neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.⁸⁸ Agora, sigamos para o capítulo seguinte.

⁸⁷ POLLAK, ref. 27.

⁸⁸ GONZALEZ, ref. 32, p. 225.

3 A origem dos Marcelinos

*Cativeiro havia, e muito,
nas terras onde viveram
os antepassados de Cecília.⁸⁹*

3.1 Os tempos do cativo

O trecho acima é uma menção feita pelo historiador José Murilo de Carvalho no prefácio da obra *Histórias que Cecília contava*, já mencionada na introdução deste trabalho, sobre os tempos do cativo na região de Piedade do Rio Grande. O trecho foi escolhido porque é justamente sobre os tempos do cativo que trataremos neste capítulo. Isto porque Cecília era descendente de escravizados e, apesar de ter nascido 17 anos após a Abolição, sua trajetória é marcada por elementos, sobretudo simbólicos, que, por vezes, nos levam de volta aos tempos do cativo.

Essa não parece ser uma característica particular da trajetória de Cecília. A partir do que é posto por historiadores como Hebe Mattos, Ana Lugão e Sidney Chalhoub, somos levados a crer que os significados da liberdade, forjados durante a vigência do sistema escravista, nortearam os caminhos dos egressos do cativo e tiveram influência – quando não foram determinantes – sobre a vida de seus descendentes.⁹⁰ Sabendo disto, é justamente os tempos do cativo, na região por onde os antepassados de Cecília circularam, que busco entender neste capítulo.

A origem da teia de relações na qual Cecília estava inscrita teve origem ao longo do século XIX, quase que acompanhando a origem e trajetória do que é hoje o município de Piedade do Rio Grande. Portanto, a origem do arraial de Piedade, recorte espacial desta pesquisa, é nosso ponto de partida.

De acordo com a historiadora Livia Nascimento Monteiro, “a fundação do pequeno arraial de Piedade (...) remonta ao século XVIII, período em que houve a criação do Curato de Nossa Senhora da Piedade, com fundação da igreja datada de 1748. No fim do século XVIII e meados do XIX, a região manteve-se pelas trocas econômicas com as vilas mineradoras vizinhas, São João del-Rei e São José del-Rei [atual Tiradentes]”.⁹¹

⁸⁹ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 11.

⁹⁰ Cf. CASTRO, ref. 15; CASTRO; RIOS, ref. 12; SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações da família escrava – Brasil sudeste, século XIX**. 2. ed. corrigida. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2011; CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; RIOS, ref. 15.

⁹¹ MONTEIRO, Livia Nascimento. **“A Congada é do mundo e da raça negra”**: memórias da escravidão e da liberdade nas festas de Congada e Moçambique de Piedade do Rio Grande-MG (1873-2015). 2016. 265f. Tese

Além de abastecer as áreas mineradoras, a produção de Piedade do Rio Grande também era vendida na Corte, creio que mesmo antes do declínio da mineração em Minas Gerais. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, “o que hoje se chama município de Piedade do Rio Grande era termo da vila de São João del-Rei no século XIX. Desde o início até hoje, Piedade tem sido uma região de pecuária e agricultura, produtora de leite, queijo, manteiga, arroz, feijão, milho, vendidos para o mercado do Rio de Janeiro”.⁹²

As trocas econômicas com a Corte garantiram a estabilidade econômica da região diante do declínio da mineração. Nas palavras da historiadora Silvia Brügger, tendo em conta a vila de São João del-Rei, cabeça da Comarca do Rio das Mortes, a qual Piedade pertencia:

Se São João del-Rei teve sua origem ligada ao abastecimento de outras regiões das Gerais, a partir do declínio da mineração sua relação com o Rio de Janeiro se tornou fundamental, favorecida que era pela posição geográfica e por estradas – como as do Comércio, da Polícia, o Caminho Novo – que (...) contribuíram para o seu papel de entreposto comercial.⁹³

Foi nesse contexto que os “Ribeiro e Carvalho”, família a qual a trajetória de Cecília esteve entrelaçada, vieram para a região. De acordo com José Murilo de Carvalho, vieram de Portugal, assim como tantos outros, em direção às minas. Todavia, “estabeleceram-se na região do Rio das Mortes, como fazendeiros, comerciantes e tropeiros. Talvez a fertilidade da terra e a grande demanda de alimentos tivessem influenciado a decisão”.⁹⁴

Na medida em que se estabeleceram na região, enriqueceram, a partir do exercício das atividades listadas acima e formaram uma elite local que foi sendo consolidada ao longo do tempo através da formação de parentelas e do acesso a cargos públicos e ao sacerdócio.

Em sua tese de doutorado, a historiadora Livia Monteiro buscou as origens dos congadeiros e moçambiqueiros de Piedade do Rio Grande ainda nos tempos do cativo. Ao fazer isso, a historiadora acabou analisando também a trajetória de algumas das primeiras famílias escravistas da região. Em meio a sua pesquisa, a historiadora analisou algumas famílias cujas trajetórias estão conectadas aos caminhos de Cecília e seus familiares.

De acordo com Livia Monteiro, indo ao encontro do que foi posto acima, essas famílias se estabeleceram na região, principalmente, durante a primeira metade do século XIX

(Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. p. 85.

⁹² CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 12.

⁹³ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal**: família e sociedade (São João del-Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007. p. 35.

⁹⁴ CARVALHO, José Murilo de. Prefácio. In: KANDRATOVICH, José Itabyr Carvalho. **Uma família mineira**: retratos sem retoque. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014. p. 18.

e, no final, já estavam enraizadas. As alianças matrimoniais contribuíam ainda mais para a promoção desse enraizamento e para a manutenção das fortunas em família.⁹⁵

Na medida em que essas famílias se fixaram na região, importaram negros para serem escravizados e servirem de mão de obra em suas empreitadas. A partir dos dados do censo de 1831, somos levados a crer que, em um primeiro momento, prevaleceu o uso de mão de obra de escravizados africanos na região. Entre os escravizados que compunham a força de trabalho em Piedade, inclusive entre aqueles vindos da África, estavam os familiares de Cecília.

Segundo a genealogia feita pelos irmãos José Murilo de Carvalho, Ana Emília de Carvalho e Maria Selma de Carvalho, e apresentada na obra *Histórias que Cecília contava*, Cecília era filha de Maria Januária e Marcelino Carceniro. A mãe de Cecília nasceu em 1881, ao que tudo indica, e era filha de Gabriel Crioulo e Maria Alexandrina – ambos já eram livres na data de nascimento da filha. Pouco se sabe sobre Maria Alexandrina, avó materna de Cecília. Contudo, sabemos que Gabriel de Lima era filho de Perpétua. Ela nasceu em 1822 na escravaria do padre Manoel Coelho de Souza⁹⁶, e era, portanto, uma “cria da casa”.

Com base no censo de 1831, o padre Manoel Coelho de Souza era chefe de um fogo composto por cinco membros cujas condições não são indicadas e uma escravaria com nove cativos. As idades dos membros do fogo, com exceção do pároco que na época tinha 57 anos, variavam entre 6 anos e 50 anos. Havia entre eles dois casais com idades entre 35 e 50 anos, dois indivíduos destes casais se declararam casados africanos, um deles sem informação quanto à condição cativa e, outros indivíduos destes casais se declararam crioulos, ambos escravizados. É possível que esses dois casais fossem pais dos membros do fogo com idades entre 6 e 15 anos.

Na época do censo, Perpétua tinha 9 anos. Com base na análise da composição da escravaria do padre em conjunto com seu testamento, somos levados a crer que Perpétua nasceu nessa escravaria e era filha de ao menos um africano. Ou, mesmo que não fosse filha de africanos, conviveu muito de perto com eles.

Por mais que os relatos presentes em *Histórias que a Cecília contava* não sejam o foco deste trabalho, cabe aqui um parêntese. A possibilidade de Perpétua ter ao menos um dos pais de origem africana ou ter convivido com um africano durante parte da vida corrobora a hipótese de que, por mais que tivessem origem portuguesa, as “histórias que a Cecília

⁹⁵ MONTEIRO, ref. 88, p. 98.

⁹⁶ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 12.

contava” não foram aprendidas com um europeu, como apontado no prefácio da obra que traz este nome, mas trazidas na bagagem por seus antepassados africanos.

Ainda que exista a afirmação da origem europeia dos contos, a todo tempo o historiador José Murilo de Carvalho remete a arte de contar histórias exercida por Cecília à tradição africana. Nas palavras do autor, “de europeu só havia a origem dos contos e a língua portuguesa”.⁹⁷

O convívio familiar foi um solo fértil para que Cecília, anos após o fim do cativeiro, aprendesse esses contos. De acordo com o José Murilo de Carvalho, foi no seio familiar que Cecília aprendeu as histórias que contava.⁹⁸ Levando em consideração a proximidade com as suas origens africanas, fica ainda mais latente que a arte de contar histórias dominada por ela, remonta à origem africana e foi permitida pela formação e manutenção da família ao longo do tempo.

Cabe apontar que, ao tratar da importância da família escrava nos tempos do cativeiro, a historiografia tem caminhado justamente nesse sentido. A partir do que é posto por Gutman, a historiadora Ana Lugão aponta o seguinte: “a família como o centro em torno do qual gira o mundo dos escravos, que tornou possível inclusive a sobrevivência de tradições africanas e a criação e a transmissão de uma cultura afro-americana”.⁹⁹ A arte de contar histórias foi uma sobrevivência da tradição africana.

O historiador Robert Slenes também indicou que “a família é importante para a transmissão e reinterpretação da cultura e da experiência entre as gerações”.¹⁰⁰ Ainda de acordo com Slenes, a família encontrava significados únicos para os cativos que muitas vezes o observador externo não foi capaz de perceber.¹⁰¹

A partir da família escrava eram reunidos referenciais simbólicos e materiais que acabavam tornando o cativeiro mais ameno. Não quero com isso afirmar a ideia da brandura da escravidão no Brasil propagada por um tempo pela historiografia. Muito pelo contrário. Justamente pela sua importância para enfrentar os horrores do sistema escravista é que a família escrava se tornou um espaço de disputa simbólica entre escravizados e seus senhores.

A escravidão estava atrelada ao desenraizamento, tanto no que diz respeito à propriedade da terra quanto às relações familiares e referências culturais. Com isso, a família escrava é justamente o contraponto daquilo que estava associado à escravidão. Cabe apontar

⁹⁷ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 17.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 15.

⁹⁹ RIOS, ref. 15, p. 47-48.

¹⁰⁰ SLENES, ref. 87, p. 124.

¹⁰¹ *Ibid.*

que a noção de família empregada aqui vai além dos laços consanguíneos ou da coabitação. Desse modo, a família escrava, por si só, aproximava os cativos da experiência de liberdade, porque o pertencimento trazido pelas relações familiares era justamente o contraponto daquilo que se entendia como escravidão. A família escrava atenuava as mazelas do cativo porque criava a ideia ou a sensação de pertencimento. Sem contar que potencializa a possibilidade de acesso à terra e à alforria.¹⁰²

Tendo em conta as histórias que a Cecília contava, coincidência ou não, foi justamente a partir das gerações que começaram a protagonizar com maior incidência ondas migratórias, diminuindo, assim, o convívio familiar – como será discutido no próximo capítulo –, que a arte de contar histórias começou a se perder.

Não podia deixar de me valer da deixa para ao menos pontuar algumas hipóteses sobre as histórias que a Cecília contava. Todavia, como já indicado, não é esse o foco deste estudo. Voltemos a Perpétua, elo mais antigo da Cecília que encontramos na região.

No testamento do padre Manoel Coelho de Souza, Perpétua foi indicada como livre. Enquanto Manoel, herdeiro do padre, foi indicado como forro.¹⁰³ Não há menção no testamento do padre a Gabriel de Lima, outro filho de Perpétua, avô materno de Cecília. Com isso, somos levados a crer que, em 1855, Gabriel já havia sido vendido para outra propriedade.

Não localizei a carta de alforria de Perpétua. É possível que tenha se perdido ou que a liberdade lhe tenha sido concedida por meio de um acordo verbal. Ao que tudo indica, o reconhecimento social da liberdade bastava. O documento legal se fazia necessário em situações nas quais a liberdade pudesse ser ameaçada.¹⁰⁴

A análise realizada pelo historiador Roberto Guedes ao tratar as alforrias em Porto Feliz (SP), no século XIX, corrobora a hipótese da possibilidade da alforria concedida a Perpétua ter sido apenas por meio de acordo verbal. O historiador observou que o índice de alforrias registradas não correspondia ao número de forros no local. Ao elencar explicações para isso, apontou que o reconhecimento social da liberdade pesava mais que o registro da alforria em cartório ou testamento. A ameaça de que a liberdade pudesse ser revogada, por quaisquer motivos, parece ter sido a razão pela qual os escravizados buscaram o registro

¹⁰² CASTRO, ref. 15, p. 131-156.

¹⁰³ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 183.

¹⁰⁴ CASTRO, ref. 15, p. 180.

legal.¹⁰⁵ Levando em consideração que Perpétua estava inscrita em redes de solidariedade sólidas, o acordo verbal bastou por toda a sua vida.

Mesmo sem ter em mãos a carta de alforria, é possível levantar algumas hipóteses acerca da conquista da liberdade por Perpétua. Ao que tudo indica, a sua liberdade foi conquistada entre 1847 (data de nascimento de Gabriel de Lima) e 1855 (data do testamento do padre Manoel Coelho de Souza).

Levando em consideração que, na época em que foi redigido o testamento de seu proprietário, tanto Perpétua quanto o filho Manoel já eram livres, é possível que o padre a tenha alforriado sob a condição de que permanecesse junto dele até a morte.

É pouco provável que Perpétua tenha comprado a sua liberdade. Isto porque, em um ambiente predominantemente rural, era difícil que os cativos tivessem condições de exercer atividades que os permitissem acumular pecúlio e comprar a sua liberdade. Obviamente, existiam aqueles que exerciam atividades especializadas, mas não tenho notícias de nenhum familiar de Perpétua, ao longo do tempo, que tenha empregado a sua força de trabalho em outra atividade além da lavoura.

A historiografia tem demonstrado que alforria era um recurso mais acessível às mulheres. Entre as razões atreladas a isso, a historiadora Sheila de Castro Faria observou, em análise sobre as pretas forras no período colonial em São João del-Rei, que as mulheres eram privilegiadas na conquista da alforria porque “elas detiveram mais recursos que os homens para se libertarem do cativo”. Entre esses recursos, estava “o grau de afetividade que elas puderam estabelecer com seus senhores, fossem como ama-de-leite de seus filhos, no serviço doméstico, ou como amante”.¹⁰⁶

Desse modo, os escravizados mais próximos aos seus senhores estavam mais propensos a receber alforria. Apesar da autora analisar um período anterior à concessão da liberdade a Perpétua e se ater mais aos espaços urbanos, creio que alguns padrões não tenham se alterado. O nascimento na escravaria e o convívio cotidiano entre escravizados e senhores, decerto, permitiram que Perpétua estabelecesse certo grau de afetividade com seu senhor. Essa afetividade, com certeza, contribuiu para que ela se livrasse do cativo.

No caso do padre, em um tempo em que já eram discutidos temas relacionados ao direito natural à liberdade, é possível que a libertação dos seus cativos tenha sido um mecanismo para diminuir a culpa cristã. Mas, em meio a essas possibilidades, creio que a

¹⁰⁵ GUEDES, Roberto. A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade (Porto Feliz, SP, século XIX). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 35, p. 83-141, 2007. p. 90-95.

¹⁰⁶ FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras: riqueza e estigma social. *Tempo*, Niterói, n. 9, p. 65-92, jul. 2000. p. 70-71.

proximidade entre eles os tenha levado a nutrir fortes laços afetivos que levaram à alforria de Perpétua, indo ao encontro do que é posto pela historiadora Sheila de Castro Faria.

Nesse sentido, a partir do que é posto pela historiadora Hebe Mattos, compreendemos que os crioulos (escravizados nascidos no Brasil) dominavam os códigos morais que regiam a escravidão, faziam uso disto e por isso estavam mais próximos das possibilidades de conquistar a alforria.¹⁰⁷

Em quaisquer circunstâncias é importante ter em conta que, por mais que a alforria fosse uma concessão senhorial, em nenhum momento era fruto da benevolência do senhor. A partir do que é indicado pelo historiador Sidney Chalhoub, é possível perceber que os cativos valiam-se das brechas do sistema para angariar recursos, materiais ou simbólicos, que os conduzissem à liberdade. No entanto, quando não havia espaço para que essa negociação fosse feita diretamente com o senhor, ela perpassava pelas redes de solidariedade verticais estabelecidas pelos cativos.¹⁰⁸

Uma vez conquistada a liberdade, Perpétua se fixou em terras próximas às fazendas escravistas da região. É provável que tenha se empregado na lavoura, no cuidado com os animais e no serviço doméstico nessas fazendas. Acredito que ela tenha se estabelecido como lavradora de roça em propriedade de terceiros, onde conseguiu acesso costumeiro à terra.

Vale apontar que Perpétua estava inserida em uma rede de sociabilidade sólida que ia além do seu senhor. Acredito que, em qualquer uma das atividades em que tenha se empregado, Perpétua não tenha tido salário. Até porque, até meados do século XX, há indícios de pouquíssima circulação de dinheiro entre os egressos do cativeiro e seus descendentes. Não há razões para acreditar que tenha sido diferente ao longo do século XIX.

Mesmo tendo sido liberta, Perpétua estava próxima do cativeiro em decorrência das relações de dependência que regiam a sociedade escravista. De acordo com a historiadora Elione Guimarães, “obter a liberdade não significava, necessariamente, mudanças nas condições reais de vida (...)”.¹⁰⁹

Acredito que a liberdade tenha ampliado o espaço de negociação de Perpétua, permitindo, por exemplo, que ela escolhesse a quem servir. Ainda assim, permanecia integrada a uma sociedade escravista. Para analisar a trajetória dos antepassados de Cecília, aqui cabe muito bem aquilo que é afirmado pela historiadora Hebe Mattos, ao tratar dos

¹⁰⁷ CASTRO, ref. 16, p. 353-354.

¹⁰⁸ CHALHOUB, ref. 87, p. 68.

¹⁰⁹ GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-Abolição:** família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora-MG, 1828-1928). São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006. p. 235.

significados conferidos à liberdade pelos escravizados e egressos do cativeiro no sudeste durante o período escravista. Nas palavras da autora:

(...) na vigência da escravidão, as expectativas da liberdade que se abriam aos nascidos livres despossuídos e o sonho da liberdade dos escravizados foram culturalmente construídas no interior da sociedade escravista e estavam a ela integradas. Deste modo, “livres pobres” ou escravos (uma vez socializados enquanto tais) agiam socialmente a partir dos códigos culturais correntes naquela sociedade, mesmo que reinterpretados a partir de suas posições específicas.¹¹⁰

Além de ter nascido na escravaria do padre Manoel Coelho de Souza, Perpétua construiu ali a sua família. Diante da ausência de herdeiros forçados, o padre Manoel Coelho de Souza instituiu como seus herdeiros os filhos de suas escravizadas, entre os quais estava Manoel, filho de Perpétua.¹¹¹ Cabe apontar que a ausência de herdeiros forçados parece ter sido quase uma precondição para que os senhores deixassem suas heranças a seus cativos.

Ao considerar as últimas décadas da escravidão nas áreas cafeeiras paulistas, a historiadora Maria Helena Machado afirma que, embora não fossem raras, as doações de terras e/ou pecúlios de senhores a seus escravizados eram mais comuns entre senhores que não tinham herdeiros diretos, ou seja, solteirões, viúvos sem filhos e padres.¹¹²

O historiador Robert Slenes, ao tratar das heranças deixadas por senhores a ex-escravizados na região do Cafundó, em São Paulo, também observou que foi mais comum que senhores sem herdeiros forçados deixassem heranças a seus ex-escravizados.¹¹³

Tendo em conta as heranças deixadas por senhores a seus cativos, a historiadora Elione Guimarães apontou que “geralmente os testadores que nomearam os afrodescendentes herdeiros de seus bens foram proprietários de pequeno porte, com poucos cativos e bens de pequena monta, além de que, logicamente, não possuíam herdeiros necessários”.¹¹⁴

Sem contar que, ainda de acordo com a autora, o testamento poderia não se concretizar.¹¹⁵ No que tange ao padre Manoel Coelho de Souza, somos levados a crer que a vontade do moribundo, ao menos em parte, foi respeitada. Há indícios de que a herança relegada a Manoel tenha sido entregue a Perpétua, como estabelecido em testamento.

Não há menção sobre o que tenha sido essa herança. Entretanto, não há indícios de que o padre tenha sido dono de terras em Piedade. Provavelmente, era dono de bens de pequena

¹¹⁰ CASTRO, ref. 15, p. 47.

¹¹¹ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 183.

¹¹² MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da Abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: EDUSP, 1994. p. 30.

¹¹³ SLENES, Robert W. As doações em testamento: o registro sistemático nos cartórios. In: VOGT, Carlos; FRY, Peter. **Cafundó**: A África no Brasil: linguagem e sociedade. 2. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2013. p. 95-96.

¹¹⁴ GUIMARÃES, ref. 106, p. 175.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 175.

monta. Uma vez que não era proprietário de terras na região, é bastante remota a possibilidade de que esta tenha sido a herança relegada a seus herdeiros.

Sendo os herdeiros menores, foi indicado no testamento que o testamenteiro deveria entregar a parte que cabia a cada um dos herdeiros a suas mães, para que estas pudessem com eles gastar e socorrê-los na saúde e nas enfermidades.¹¹⁶

Ao que tudo indica, entre os senhores que deixavam heranças aos seus cativos, havia a preocupação daqueles em garantir as condições de sobrevivência destes.¹¹⁷

Gabriel tinha fama de ser muito bravo. Lembro de ouvir durante a minha infância que ele havia sido preso injustamente após uma briga com seus patrões. Não sei ao certo quem eram seus patrões na época, tampouco recorro com exatidão as razões da briga. No entanto, sei que foi entregue um bilhete para que Gabriel se entregasse na cadeia do Turvo, atual município de Andrelândia.

Sem saber ler, ele caminhou com aquele bilhete, perguntando a um e outro sobre seu destino, sem saber o que estava escrito. Decerto, era algo que mandava que lhe prendessem. Assim foi feito. Gabriel foi preso na cadeia do Turvo, onde aprendeu a ler. As terras que pertenciam a sua família foram vendidas para lhe tirar da cadeia. Ao sair da cadeia, Gabriel teria voltado para o Cruzeiro do Rio Grande e morrido em decorrência de uma pneumonia contraída na cadeia por conta da umidade. Há uma outra história na qual Gabriel teria morrido após ter sido picado por uma cobra urutu, tão brava quanto ele. Essa narrativa sempre fez parte da minha vida. Era como se a nossa trajetória familiar tivesse tido início com o Gabriel de Lima.

Na obra *Histórias que a Cecília contava*, uma narrativa semelhante foi trazida por José Murilo de Carvalho a partir de uma entrevista concedida por Maria das Dores Alves.

Gabriel era muito brabo, característica que lhe custava constantes surras de bacalhau, um bambu rachado ao meio. Gabriel levou sua brabeza a ponta de morder a própria Sinhá por conta de uma acusação falsa que lhe fizera. Fugiu, mas foi preso e levado para a cadeia do Turvo, onde aprendeu a ler e escrever.¹¹⁸

Não sei ao certo se essa narrativa é real, mas ela atravessou a minha infância e ganhou as páginas da obra *Histórias que Cecília contava*. Sendo real ou não, aqui não cabe discutir isso, a narrativa abre possibilidades de análise. Supondo que as constantes surras de bacalhau tenham sido aplicadas em Gabriel de Lima ainda nos tempos do cativo, somos levados a

¹¹⁶ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 183.

¹¹⁷ Cf. GUIMARÃES, ref. 106, p. 175-180 e MACHADO, ref. 109, p. 50.

¹¹⁸ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), *op. cit.*, p. 12.

crer que, tal como foi observado em outros espaços, havia entre os cativos uma ideia de cativo justo.

Com certeza, os castigos foram vistos como excessivos e ilegítimos e com isto causaram a reação violenta de Gabriel de Lima. Hebe Mattos dá exemplos semelhantes, sobre a ideia de cativo justo, ao tratar a escravidão no sudeste.¹¹⁹ Sidney Chalhoub também o faz ao relatar sobre as últimas décadas da escravidão na Corte.¹²⁰

A necessidade senhorial de recorrer ao poder judiciário para lidar com a indisciplina de um escravizado, algo que por muito tempo foi apenas prerrogativa senhorial, nos faz acreditar que, por mais que tenham se mantido, as bases do poder moral dos senhores não permaneceram inalteradas.¹²¹

De acordo com a historiadora Maria Helena Machado, tendo em conta os acontecimentos nas fazendas cafeeiras paulistas na década de 1880, a reação violenta de escravizados diante de seus senhores, feitores e administradores colocava em xeque o poder senhorial. Nas palavras da autora:

Atitudes como essa [resposta violenta de escravizados], sobretudo quando encabeçadas por escravos estáveis e bem enraizados na propriedade (...) denotavam, mais além da mera revolta, a quebra de códigos de deferência fundamentais às relações escravistas, prenúncio de uma situação em que a perda do controle sobre a mão de obra, de mãos dadas com a vingança dos escravos, colocava o mundo de cabeça para baixo.¹²²

Não quero dizer com isso que a reação violenta dos escravizados, tal como vivenciada por Gabriel de Lima, colocaram fim ao poder moral dos senhores. Tampouco acredito que reações como a de Gabriel de Lima tenham se tornado comuns nas escravarias de Piedade. Muito pelo contrário. O que se quer chamar a atenção aqui é para a necessidade que os senhores tiveram de reinventar suas estratégias de dominação conforme o sistema escravista gradativamente caminhava para o fim.

Por mais que não existam registros que apontem para a atuação do movimento abolicionista em Piedade, ao menos não de forma significativa, os proprietários de escravizados locais não se mantiveram imunes à desagregação do escravismo. Tampouco se mantiveram ou conseguiram manter as suas escravarias imunes às notícias sobre a desagregação do escravismo.

Ao tratar as últimas décadas da escravidão na Corte, o historiador Sidney Chalhoub trouxe exemplos de escravizados que, diante de excessos cometidos pelos seus senhores,

¹¹⁹ CASTRO, ref. 15.

¹²⁰ CHALHOUB, ref. 87.

¹²¹ MACHADO, ref. 109, p. 68.

¹²² *Ibid.*, p. 79.

recorriam à polícia na esperança de serem libertos ou até mesmo vendidos para outros senhores.¹²³ Cabe apontar que falamos sobre um período em que a opinião pública, contrária à manutenção do sistema escravista no Brasil, crescia e influenciava a decisão do poder judiciário.

Por mais que o movimento abolicionista não tenha ganhado fôlego na região, acredito que as notícias não deixaram de circular e, ao mesmo tempo em que chegavam até a casa grande, também chegavam às escravarias.

Os senhores sentiram na pele. Enquanto os cativos tiveram notícia do que era discutido na Corte, sobretudo, através dos tropeiros que, além de circularem mercadorias, também circulavam informações. Sem contar que as discussões empreendidas pelos proprietários de escravizados não passavam batidas aos cativos.

No entanto, ao contrário do que é observado em outras regiões, em que os cativos se aproveitaram das dissidências existentes entre diferentes senhores ou até mesmo do aparato jurídico para alcançar a liberdade, a organização política, social e jurídica de Piedade do Rio Grande conferia uma certa unidade entre a elite, ao menos até as primeiras décadas do século XX. As alianças estabelecidas entre a elite, decerto, contribuiriam para que os cativos não encontrassem apoio entre os rivais de seus senhores.

Com isso, acredito que a proximidade e a dependência da mão de obra cativa existente entre os proprietários de escravizados contribuiu para a manutenção do uso de mão de obra escravizada até as vésperas da Abolição.

Também é possível que as surras de bacalhau tenham acontecido após Gabriel ter conquistado a liberdade. De acordo com a historiadora Wlamyra Albuquerque, tendo em conta a realidade baiana, mesmo após a Abolição, alguns senhores continuaram impondo castigos físicos aos egressos do cativeiro que optaram por permanecer nas áreas próximas aos antigos cativeiros.¹²⁴ Sabendo disso, é possível que a reação de Gabriel de Lima tenha sido um mecanismo de afirmação da sua condição de liberdade.

É importante apontar que tanto os libertos que optaram por permanecer em áreas próximas aos antigos cativeiros quanto aqueles que conquistaram a liberdade durante a vigência do sistema escravista e os que se tornaram livres com a Abolição formal da escravidão em 13 de maio de 1888 buscaram adotar mecanismos que afirmavam a sua

¹²³ CHALHOUB, ref. 87.

¹²⁴ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 118.

liberdade. Os castigos físicos estavam relacionados à condição de cativo e, portanto, não eram compatíveis com a liberdade.

Em qualquer uma das suas possibilidades, a necessidade de empregar constantes surras de bacalhau e a reação de Gabriel de Lima diante dessas surras coloca em xeque a ideia de uma convivência harmoniosa entre senhores e escravizados.

3.2 Entre cativos e senhores ao longo do século XIX

Famoso por sua bravura, Gabriel de Lima nasceu, provavelmente, em 1847, e data de 1855 o inventário do senhor da sua mãe. Assim, é provável que tenha sido vendido ainda criança para Custódio Fagundes do Nascimento. Ou seja, no mesmo período em que houve a proibição do tráfico atlântico e, conseqüentemente, a maior dificuldade para compra de mão de obra escravizada. O mecanismo encontrado para suprir a demanda por mão de obra, em especial, nas grandes propriedades foi o tráfico interno.

De acordo com a historiadora Hebe Mattos, tendo em conta, sobretudo, o Vale do Paraíba Fluminense, se até a primeira metade do século XIX predominava a pulverização da propriedade de cativos, com as dificuldades trazidas pela proibição do tráfico, houve a concentração da mão de obra escravizada nas mãos dos grandes proprietários de terra. A autora fala especialmente sobre os produtores de café do Vale do Fluminense. Mas, acredito que o mesmo movimento tenha acontecido em Piedade. De acordo com a autora, ao considerar o tráfico interno inter e intraprovincial, “o sentido mais geral das vendas seria dos pequenos para os grandes proprietários, em todas as áreas tocadas pelas relações escravistas, destacando-se entre estes, e impondo-se à concorrência, os das novas áreas cafeeiras”.¹²⁵

A julgar pelo contexto no qual aconteceu, acredito que a venda de Gabriel de Lima para Custódio Fagundes do Nascimento tenha atendido exatamente a esse sentido, “dos pequenos para os grandes”: suprir a demanda de mão de obra dos grandes proprietários. Mais adiante, ainda atentando para o sudeste escravista, a autora apontou que “as novas aquisições nos empreendimentos que apenas punham mão de obra tenderam preferencialmente a se concentrar no mercado local, ou seja, nas transferências dos pequenos para os grandes senhores”.¹²⁶

Cabe sublinhar que, obviamente, se comparado com os donos dos plantéis de cana-de-açúcar do nordeste ou até mesmo com os produtores de café do Vale do Paraíba,

¹²⁵ CASTRO, ref. 15, p. 117.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 118.

Custódio não pode ser considerado um grande proprietário de terras ou de cativos. Contudo, para a região e dentro dos padrões da época, pode sim.

Segundo o historiador José Murilo de Carvalho:

A escravidão típica da região compunha-se de pequenos plantéis, fato que propiciava maior proximidade entre senhores e escravos, uma característica continuada, e mesmo reforçada, após a Abolição, agora entre os fazendeiros e trabalhadores. Eram relações quase paternalistas, que, em alguns casos, aproximavam-se de verdadeira amizade.¹²⁷

Ao contrário das fazendas nas quais os proprietários nomeavam administradores ou se ausentavam por longos períodos, em Piedade eles mesmo administravam as suas fazendas e lidavam diariamente com seus cativos.

Essa proximidade foi essencial para as estratégias adotadas pelos negros e pelos antigos senhores tanto na manutenção do sistema escravista quanto na inserção social após a Abolição ou a partir da desagregação do sistema escravista. Veremos isto ao longo deste estudo. Todavia, cabe apontar que em nenhum momento essa proximidade e até mesmo essa aproximação de verdadeira amizade devem ser lidas como sinônimo de relações harmoniosas.

Muito pelo contrário, essas relações foram viabilizadas pelo desenvolvimento de conhecimento dos códigos morais que mantiveram o funcionamento do sistema escravista ao longo de três séculos, em que cada parte reconhecia o seu papel e a sua dependência das relações pessoais e o quanto a proximidade era capaz de otimizar ganhos. Mais uma vez, veremos isto com mais clareza ao longo deste estudo.

De acordo com o censo de 1831, Custódio era lavrador e, na época do censo, possuía 18 cativos – dentre os quais, 8 eram casados e, entre os 10 que não o eram, 8 tinham idades entre 6 e 10 anos, o que sugere que tenham nascido na escravaria de Custódio.

Gabriel de Lima foi deixado como herança por Custódio Fagundes do Nascimento, proprietário da Fazenda do Tejuco, ao filho, Justino Fagundes do Nascimento, proprietário da Fazenda da Vargem. Ambos aparecem como testamenteiros do padre Manoel Coelho de Souza, proprietário da Perpétua, mãe de Gabriel de Lima, o que corrobora a possibilidade dele ter sido escravizado na Fazenda da Vargem.¹²⁸

Entre 1831, data do censo, e 1865, data de seu inventário, não houve crescimento considerável da sua escravaria. De acordo com Livia Monteiro, entre os bens deixados por Custódio a Justino estavam listados 19 cativos, ou seja, apenas um a mais na quantidade que

¹²⁷ CARVALHO, José Murilo de. Prefácio. In: RIBEIRO, Devanir de Oliveira. **Canavial**: uma fazenda mineira. 1. ed. Piedade do Rio Grande, Minas Gerais: DME Editorial, 2022. p. 10.

¹²⁸ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 181-182.

compunha sua escravaria em 1831.¹²⁹ A manutenção do tamanho dessa escravaria por tanto tempo pode ser fruto da dificuldade para a compra de escravizados trazida pela proibição do tráfico atlântico em áreas em que a economia não estava voltada para a exportação. Porém, esta é uma hipótese a qual não tenho neste momento condições para afirmar com maior exatidão.

Ainda assim, de acordo com a autora,

(...) [Justino] herdou de seus pais um patrimônio considerável para a segunda metade do século XIX: culturas da fazenda denominada Tejuco e Bocaina, campos na mesma fazenda, benfeitorias da Fazenda do Tejuco – com quintal e arvoredos, partes na benfeitoria denominada Vargem do Paiol, um moinho e uma morada de casa situada na capela da Piedade, além de um pequeno terreno. No total, um monte mor de 42:396\$000, além de 19 escravos.¹³⁰

Justino casou-se com Maria Baptista Teixeira. Juntos, foram proprietários da Fazenda da Vargem. Ainda de acordo com Monteiro:

Justino faleceu em 1862 e em seu inventário consta que era dono de terras nas fazendas Bocaina, Ponte Alta, Barreira, Tejuco, Chipotle, Boa Vista e Vargem. A extensão territorial dessa herança deixada para seus filhos permite que tenhamos um pouco da dimensão da riqueza, via posse de terras e escravos, pertencentes ao casal.¹³¹

Maria Baptista Teixeira era filha de Jerônimo Ribeiro do Valle e Francisca Bernardina Teixeira, proprietários da Fazenda da Campanha. É neste ponto que a trajetória familiar de Cecília se entrecruza com os Carvalho e Ribeiro da região.

No censo de 1831, Jerônimo aparece como lavrador. Dedicava-se, portanto, a atividades agrárias. Vale lembrar que a produção para o abastecimento era o carro-chefe da economia na região. Junto à sua esposa, eram proprietários de 39 cativos – uma escravaria grande para os padrões da época na região. Quase a metade (15) dos cativos que compunham a escravaria de Jerônimo eram casados em 1831. Se levarmos em consideração que, entre os 15 cativos casados, 8 eram africanos, é possível afirmar que havia um índice considerável de famílias formadas dentro desta escravaria.

Vale apontar que, como se sabe, a família escrava “facilitava” o controle dos senhores sobre os cativos. De acordo com Robert Slenes,

(...) a formação de uma família transformava o cativo e seus parentes em reféns. Deixava-os mais vulneráveis às medidas disciplinares do senhor (por exemplo, a venda como punição) e elevava-lhes o custo da fuga, que afastava o fugitivo de seus entes queridos e levantava para estes o espectro de possíveis represálias do senhor. (...) ao abrir um espaço para o escravo criar uma “vida” dentro do cativo, a estabilidade torna ainda mais terrível a ameaça de uma eventual separação de parentes por venda. Além disso, incita à concorrência por recursos na construção de

¹²⁹ MONTEIRO, ref. 88, p. 93.

¹³⁰ MONTEIRO, ref. 88, p. 93.

¹³¹ *Ibid.*, p. 93.

um “cotidiano” e de um “futuro”, contribuindo, portanto, para a criação de tensões no meio dos escravos, com eventuais repercussões políticas.¹³²

Sem contar que, de acordo com a historiadora Livia Monteiro, ao tratar as gerações do cativo da congada e moçambique de Piedade do Rio Grande, “a reprodução escrava, [foi] muito utilizada durante praticamente todo o período escravista na região”.¹³³ Isto pode ter contribuído para que os antigos senhores incentivassem a união entre os cativos.

Acredito que os antigos senhores compravam uma leva de africanos para dar início aos seus empreendimentos e, em seguida, tentavam ao máximo suprir a necessidade de mão de obra a partir da reprodução escrava. Mas nem sempre a reprodução escrava era capaz de suprir a demanda por mão de obra e, com isto, os antigos senhores tinham que recorrer ao mercado de cativos.

Tendo em conta as últimas décadas da escravidão, Livia Monteiro cita uma carta encontrada no inventário do alferes Antônio José Monteiro em que ele mostra tanto a preocupação em manter a reprodução natural do cabedal quanto a necessidade de recorrer ao comércio de escravizados para suprir a demanda por mão de obra.¹³⁴

A dependência da reprodução escrava para manutenção da disponibilidade de mão de obra, atrelada à teia de relações e à proximidade geográfica dos plantéis, também pode ter contribuído para a formação da família escrava. É possível que os cativos circulassem entre os plantéis, por conta da proximidade geográfica e das relações estabelecidas entre seus proprietários.

Ao tratar das gerações do cativo dos congadeiros e moçambiqueiros de Piedade do Rio Grande, Livia Monteiro ressalta que as relações estabelecidas entre os escravizados estavam interligadas às relações estabelecidas por seus senhores. Ao examinar os registros de batismo, a autora observou que as relações estabelecidas pelos escravizados iam além das fazendas às quais pertenciam.¹³⁵ Tenho observado o mesmo sobre as relações estabelecidas pelos familiares de Cecília nos tempos do cativo e no pós-Abolição.

A proximidade geográfica e familiar entre os proprietários de terras e cativos na região de Piedade do Rio Grande contribuiu para que nem mesmo nos momentos de partilha as famílias compostas por escravizados fossem separadas. A venda do Gabriel de Lima, por exemplo, para Custódio Fagundes do Nascimento e, mais tarde, a sua posse transferida ao

¹³² SLENES, ref. 87, p. 124.

¹³³ MONTEIRO, ref. 88, p. 120.

¹³⁴ *Ibid.*, p. 120.

¹³⁵ *Ibid.*, p. 90-108.

Justino Fagundes do Nascimento não representaram a dissolução dos laços entre ele e a sua mãe.

De acordo com José Murilo de Carvalho, Perpétua também usou parte da herança deixada pelo padre Manoel Coelho de Souza para tirar o filho da cadeia.¹³⁶ Tendo Perpétua se empenhado para tirar o filho da cadeia, mais uma vez fica clara a importância das relações familiares para os cativos.

Também não consegui encontrar a carta de alforria de Gabriel de Lima. Entretanto, a partir do que é posto no levantamento historiográfico na obra *Histórias que a Cecília contava*, Gabriel já estava livre em 1881, data de nascimento de Maria Januária, mãe de Cecília.¹³⁷ Não sei qual o impacto efetivo desta liberdade na formação de Cecília. Como já indicado, por mais que fossem livres, continuaram em um meio pautado a partir das relações escravistas. Mas, ainda assim, é importante indicar que os seus familiares possuíam referenciais simbólicos, atrelados às relações horizontais e verticais estabelecidas ao longo do tempo, suficientes para a conquista da liberdade.

De acordo com Hebe Mattos, sobretudo, para os escravizados do meio rural a alforria raramente era um objetivo individual. Na verdade, o processo só estava completo quando toda a família se tornava livre.¹³⁸ É justamente nesse sentido que caminhou a ação da Perpétua ao comprar a liberdade do filho. Segundo José Murilo de Carvalho, Perpétua usou parte da herança que lhe foi deixada pelo padre Manoel Coelho de Souza para livrar o filho, Gabriel de Lima, do cativoiro.¹³⁹

Quando se tornaram livres, a família materna se estabeleceu na comunidade do Desbarrancado – atualmente denominado Cruzeiro do Rio Grande.

Cabe apontar que a liberdade limitava o poder dos senhores sobre os corpos negros, mas não colocava fim. Como posto pela historiadora Elione Guimarães, é difícil que uma lei mude o costume construído ao longo de um século de convivência.¹⁴⁰

Ao passo que os egressos do cativoiro se estabeleciam em terras próximas aos antigos cativoiros, também formavam relações de dependência com os antigos senhores. A liberdade ampliava o espaço de negociação dos libertos com os antigos senhores. Mas, por uma série de razões, esse espaço continuava limitado.

¹³⁶ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 12.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 12.

¹³⁸ CASTRO, ref. 15, p. 199-200.

¹³⁹ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), *op. cit.*, p. 12.

¹⁴⁰ GUIMARÃES, ref. 106.

Há uma série de exemplos que nos permitem perceber o quanto, mesmo livres, o espaço de circulação dos libertos era limitado. A possibilidade de reescravização é um exemplo claro disto e, dando um salto no tempo, a ação da polícia nos dias atuais é um outro exemplo.

Além de Maria Baptista do Nascimento, Jerônimo era pai de mais outros cinco filhos que fundaram algumas das principais fazendas nas quais os familiares de Cecília trabalharam ao longo das gerações. Justino era cunhado de Custódio Camilo Ribeiro, fundador da Fazenda Santa Cruz, onde Cecília trabalhou e viveu anos mais tarde.

Justino também era concunhado de Antônio José Monteiro, proprietário da Fazenda do Ribeirão. De acordo com o levantamento historiográfico da obra *Histórias que Cecília contava*, o padre Manoel Coelho de Souza, proprietário de Perpétua, “residia, como consta no testamento, na Fazenda Ribeiro dos Cavalos, de propriedade de Antônio José Monteiro”.¹⁴¹ Provavelmente, o padre Manoel Coelho de Souza se mudou para a fazenda do Ribeirão em algum momento da vida. Talvez, para que pudesse ser cuidado na velhice. Isto porque, no censo de 1831, aparece como chefe de um fogo.

A Fazenda Ribeiro do Cavalos ainda existe, sua posse permanece na mesma família e, até pouco tempo, continuava sendo posto de trabalho para os familiares de Cecília. Atualmente, não me recordo de parentes diretos dela que trabalham lá.

Não obstante, Justino também era cunhado do padre Francisco Ribeiro Teixeira, indicado como um dos possíveis doadores das terras que deram origem às comunidades Cruzeiro do Rio Grande e Corguinho.¹⁴²

Com base na teoria de relações que foi sendo destrinchada aqui, é possível perceber que os familiares de Cecília, no tempo do cativo e no pós-Abolição, estavam imbricados em uma rede de relações interligadas. A historiadora Livia Monteiro observou o mesmo ao analisar os tempos do cativo em locais como a Fazenda da Vargem, que pertencia ao Justino Fagundes do Nascimento. Nas palavras da autora, “o complexo escravista nesta região estava entrelaçado pelos laços existentes entre as famílias senhoriais e as famílias escravas”.¹⁴³

Tais laços contribuíram para a formação e a manutenção da família escrava. Sem contar que a antiguidade tanto da família senhorial quanto dos cativos contribuiu para que ambos dominassem com maestria os códigos morais que mantiveram o sistema escravista de

¹⁴¹ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 183.

¹⁴² *Ibid.*, p. 193-201.

¹⁴³ MONTEIRO, ref. 88, p. 93.

pé ao longo de três séculos. Cada lado conhecia bem o seu lugar social e seus deveres e fazia bom uso disso durante e após o fim da vigência do sistema escravista.

A proximidade que existia entre senhores e cativos, intensificada pela antiguidade das escravarias da região, garantiu que os senhores soubessem manobrar as visões da liberdade dos cativos e dos egressos do cativeiros e, deste modo, garantir a mão de obra e a manutenção do seu poder moral mesmo em meio à crise do sistema escravista e por décadas após a Abolição. Veremos isto mais a fundo no capítulo três.

Isso, é claro, não é sinônimo da existência de uma relação harmoniosa, tampouco anula as relações de poder e, muitas vezes, a violência física e simbólica, intrínsecas aos relacionamentos estabelecidos entre senhores e cativos e, mais tarde, entre patrões e empregados.

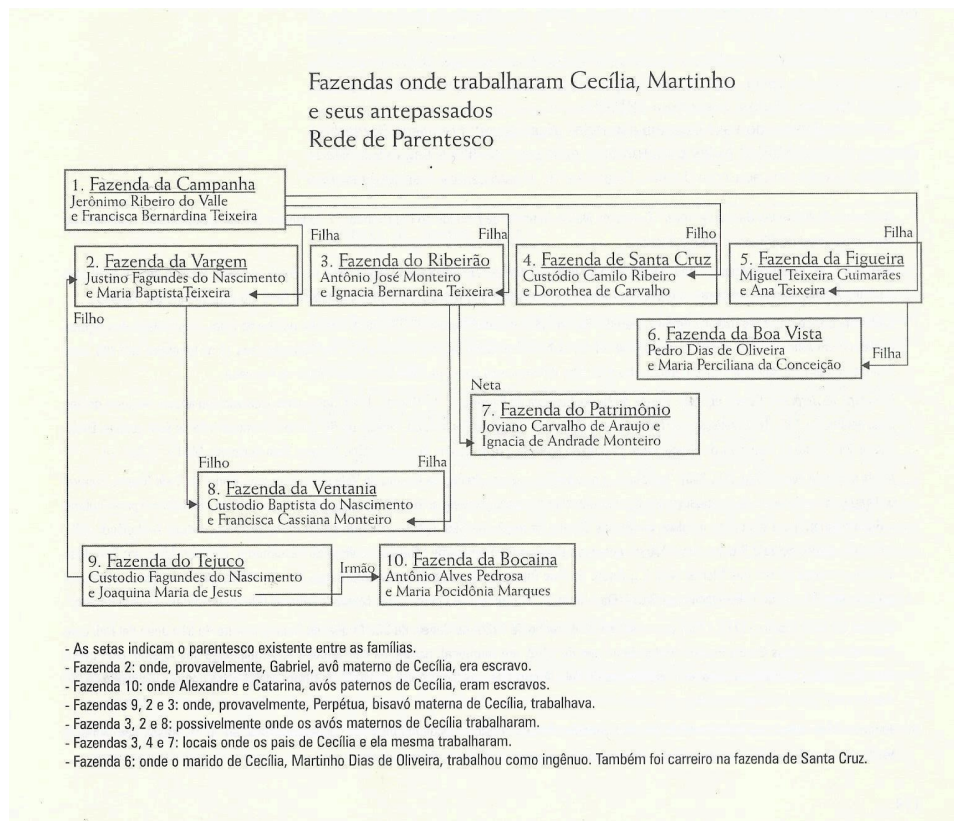
A história da bravura de Gabriel de Lima é um bom exemplo dos conflitos que permeavam essas relações. Existiam limites que não deveriam ser ultrapassados. Durante a vigência do sistema escravista, havia uma ideia de cativeiro justo que devia ser respeitada. O desrespeito, por parte dos senhores, daquilo que era entendido pelos cativos enquanto cativeiro justo foi razão para respostas “violentas” dos cativos. Ou ao menos lidas como violentas por uma elite branca que construiu uma imagem do negro atrelada à passividade ou à violência sem levar em consideração as motivações para a adoção de uma ou de outra postura. Após a Abolição, os egressos do cativeiro, mesmo aqueles que mantiveram relações de dependência com antigos senhores, também procuraram mecanismos para afirmar a sua liberdade.

Vejamos agora a parentela formada a partir do casamento entre Justino e Maria Baptista, cuja trajetória se cruza com a dos cativos. Joaquina Maria de Jesus, mãe de Justino, era irmã de Antônio Alves Pedrosa que, portanto, era tio de Justino. Os avós paternos de Cecília, Alexandre e Catarina, foram propriedade de Antônio Alves Pedrosa e Maria Pocidônia Marques, proprietários da Fazenda de Bocaina. Na época do inventário de Maria Pocidônia Marques, datado de 1865, Alexandre e Catarina tinham 14 anos. Nasceram, portanto, em 1851. Foram deixados como herança a Claudina Maria de Jesus, prima de Justino e, provavelmente, se mantiveram na Fazenda da Bocaina até a Abolição.¹⁴⁴

O fluxograma abaixo faz parte do levantamento historiográfico da obra *Histórias que a Cecília contava* e traz, de forma resumida, por mais que não sejam intituladas desta forma, as redes de solidariedade verticais e horizontais discutidas até aqui.

¹⁴⁴ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 180-181, 193.

Fluxograma 1 – Redes de solidariedade



Fonte: CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.). **Histórias que a Cecília contava**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 193.

3.3 A origem dos Marcelinos

De acordo com José Murilo de Carvalho, não se sabe ao certo a idade de Marcelino, pai de Cecília. Todavia, provavelmente, foi ingênuo, ou seja, nascido após a Lei do Ventre Livre, mas obrigado a trabalhar para os senhores dos seus pais até a Abolição.¹⁴⁵

É possível que tenham mantido apenas o *status* jurídico de escravizados. Isto porque, de acordo com a historiadora Maria Helena Machado, tendo em conta as áreas cafeeiras paulistas nas últimas décadas da escravidão, “ser escravo significava, cada vez mais, estar, simplesmente, submetido aos sistema escravista e ao arcabouço disciplinar a este subjacente”.¹⁴⁶

Com a Abolição, a família paterna de Cecília também se fixou em terras próximas aos antigos cativeiros, em uma comunidade denominada Corguinho. A origem dos Marcelinos

¹⁴⁵ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 12.

¹⁴⁶ MACHADO, ref. 109, p. 27.

está, portanto, intrinsecamente ligada à comunidade do Cruzeiro do Rio Grande (ou Desbarrancado) e à comunidade do Corguinho.

A origem das duas comunidades remonta ao período escravista. E existem algumas hipóteses plausíveis sobre a origem da posse dessas terras. José Murilo de Carvalho apontou que as terras teriam sido doadas pelo padre e fazendeiro Francisco Ribeiro Teixeira, conhecido como padre Chiquinho. De acordo com o autor:

Padre Chiquinho alforriou alguns escravos e lhes doou um terreno chamado Corguinho e permitiu a outros que morassem em outra parte de suas terras de nome Capoeira. Essas terras, além das do Povoado e Desbarrancado (...) transformaram em pequenas comunidades de libertos e seus descendentes.¹⁴⁷

Até aqui, não encontrei documentos escritos que comprovem essa hipótese. Contudo, é possível que eles tenham se perdido e também que a doação tenha sido feita por meio de um acordo verbal.

Existe ainda a hipótese, também levantada pelo historiador José Murilo de Carvalho em uma breve troca de mensagens antes de seu falecimento, de que os libertos tenham se fixado em terras públicas. Essa hipótese também é apresentada no livro de memórias escrito por Devanir Ribeiro Oliveira, proprietário da Fazenda Canavial, próxima à comunidade do Corguinho, onde vivia a família paterna de Cecília. De acordo com o autor, “essa gleba de terras denominada Corguinho foi conquista de invasões de ex-escravos às terras públicas, já que em seu meio passava ramificações da estrada real. Diziam ser um corredor”.¹⁴⁸ Em continuidade, o autor atribui pouca confiabilidade a esta informação. Ainda assim, creio que não cabe descartá-la.

Em meio aos descendentes de alguns dos egressos do cativo que deram origem à comunidade do Cruzeiro do Rio Grande, há a afirmação de que eram donos de uma grande extensão de terras.¹⁴⁹ No entanto, nada é dito sobre a origem desta posse. Recordo-me de ter ouvido durante a infância que éramos donos de uma grande extensão de terras, que foi vendida para tirar Gabriel de Lima da cadeia.

Ao contrário do que tem sido observado por diferentes historiadores ao tratar remanescentes quilombolas, de acordo com a oralidade, a posse de terras dos moradores do Cruzeiro do Rio Grande não foi limitada pela especulação dos fazendeiros e sim, pela ação dos próprios moradores.

¹⁴⁷ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 14.

¹⁴⁸ RIBEIRO, Devanir de Oliveira. **Canavial**: uma fazenda mineira. 1. Ed. Piedade do Rio Grande, Minas Gerais: DME Editorial, 2022. p. 187-188.

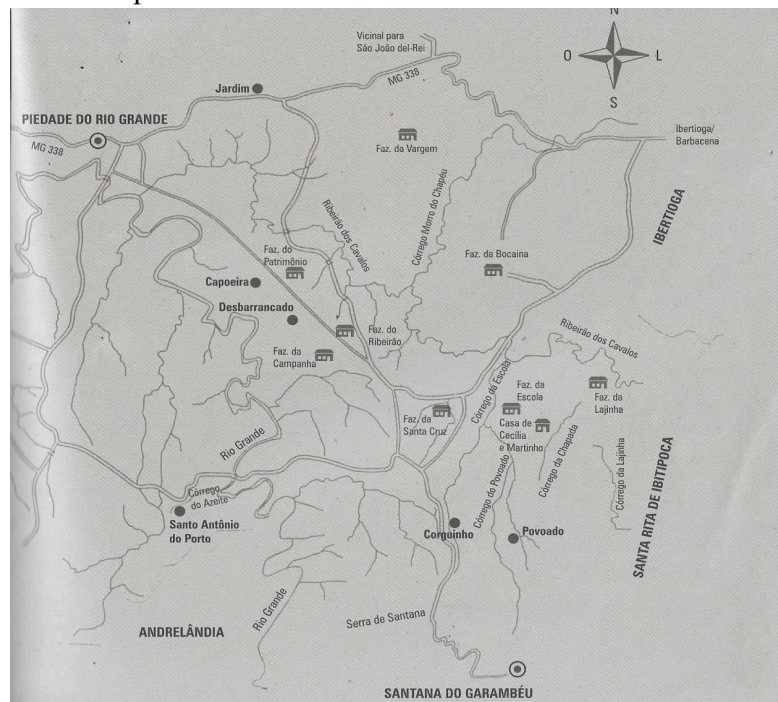
¹⁴⁹ João Bosco Nascimento em entrevista concedida a Daniele Neves, na comunidade do Desbarrancado, Piedade do Rio Grande/MG em 19/09/2020.

Se considerarmos que historiadores como Elione Guimarães¹⁵⁰, tendo em conta Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira, e Robert Slenes¹⁵¹, ao tratar as origens do Cafundó, em São Paulo, observaram que havia um cuidado entre os senhores que relegaram posses a seus escravizados em garantir que estes não pudessem se desfazer destas posses, através da venda ou da troca das terras da comunidade do Cruzeiro do Rio Grande por seus moradores, somos levados a crer que as terras não tenham sido doadas.

Ainda assim, ao que tudo indica, os egressos do cativo se fixaram em terras improdutivas dos senhores, portanto, a manutenção dessas comunidades perpassou pelo crivo senhorial.

Existe também a possibilidade de que, conforme se tornavam livres, os egressos do cativo se fixavam em terras improdutivas dos grandes proprietários da região. Por mais variadas que sejam as hipóteses sobre a origem da posse dessas terras, é fato que, ao se tornarem livres, egressos do cativo se estabeleceram em terras próximas às propriedades de seus antigos senhores, como indicado no mapa abaixo.

Mapa 1 – Zona Rural de Piedade do Rio Grande



Fonte: CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.). **Histórias que a Cecília contava**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 45.

A posse de terras, mesmo que suficientes apenas para a morada, garantiu que os moradores pudessem colocar limite ao poder moral dos antigos senhores sobre as suas vidas ao longo do século XX. Veremos isto ao longo do próximo capítulo.

¹⁵⁰ GUIMARÃES, ref. 106, p. 175-180.

¹⁵¹ SLENES, ref. 110, p. 83-92.

De acordo com João Bosco do Nascimento, quando Marcelino e Maria Januária se casaram, eles se estabeleceram no Cruzeiro do Rio Grande (ou Desbarrancado). Até os dias atuais, seus descendentes, dentre os quais me incluo, se automeiam “os Marcelinos”.

De acordo com o historiador Walter Fraga, enquanto alguns egressos do cativo optaram por adotar o sobrenome de seus antigos senhores, “outros sobrenomes foram transmitidos aos filhos e aos netos, certamente como forma de definir e fortalecer o vínculo entre as gerações. Isso pode evidenciar a preocupação com a manutenção da memória geracional, ligando os mais jovens aos antepassados”.¹⁵²

No que tange aos familiares de Cecília, não foi adotado um sobrenome comum. Mas, passaram a se autoidentificar como “os Marcelinos”. Ao meu ver, essa automeiação vai ao encontro daquilo que é pretendido com a adoção de sobrenomes transmitidos ao longo de gerações, ou seja, se auto-identificar enquanto “os Marcelinos” caminha no sentido de se autoafirmar enquanto grupo.

Nesse sentido, tendo em conta o que é posto pela historiadora Sirléia Arantes, a escolha dos nomes tinha como intuito fortalecer laços familiares e afirmar uma identidade independente da família do seu senhor.¹⁵³

Automeiar-se como “os Marcelinos”, com certeza, caminha, sobretudo, no sentido de fortalecer laços familiares.

Às vésperas da Abolição, a família de Cecília já estava há tempos estabelecida na região. De acordo com o historiador Walter Fraga:

Muitas destas famílias estavam inseridas em redes extensas de parentesco consanguíneo e ritual que formavam a base sólida de comunidades. A proximidade geográfica dos engenhos, nos distritos açucareiros do Recôncavo, permitiu intercâmbio permanente entre escravos de diferentes propriedades. Esses laços eram fortalecidos nas festas, nos batizados, nos casamentos e nos sepultamentos feitos nas capelas dos engenhos ou nas igrejas matrizes das freguesias. (...) Ao longo do tempo, essas comunidades acumularam grande experiência em criar estratégias e gerar recursos que garantiram a sobrevivência material e cultural do grupo.¹⁵⁴

Ao examinar o recôncavo baiano, o historiador Walter Fraga apontou que “a maioria crioula e a existência de laços familiares extensos tiveram implicações importantes na definição de estratégias e escolhas no pós-Abolição”.¹⁵⁵

A produção voltada para o abastecimento, decerto, contribuiu para a permanência dos egressos do cativo, durante o período escravista e no pós-Abolição, na região de Piedade do

¹⁵² FRAGA, ref. 15, p. 294.

¹⁵³ ARANTES, Sirléia Maria. **No rendilhado do cotidiano**: a família dos libertos e seus descendentes em Minas Gerais (C. 1770 - C. 1850). 1. ed. Curitiba: Appris, 2020. p. 115.

¹⁵⁴ FRAGA, ref. 15, p. 32-33.

¹⁵⁵ *Ibid.*, p. 32.

Rio Grande/MG. Isto porque, a partir do que é posto pela historiadora Hebe Mattos, ao analisar os primeiros anos após a Abolição no norte fluminense, somos levados a crer que havia a valorização da lavoura de subsistência entre os nascidos livres e libertos.¹⁵⁶ A produção voltada para o abastecimento, carro-chefe da economia na região de Piedade, ia ao encontro daquilo que era valorizado pelos libertos e nascidos livres. Isso, com certeza, foi um dos fatores que contribuíram para a permanência daqueles que conseguiram firmar contratos de parceria e, deste modo, garantir o acesso costumeiro à terra na região.

Sem contar que a proximidade entre ex-senhores e libertos, citada acima a partir do que é posto pelo historiador José Murilo de Carvalho, favoreceu as negociações empreendidas entre senhores e libertos no pós-Abolição.

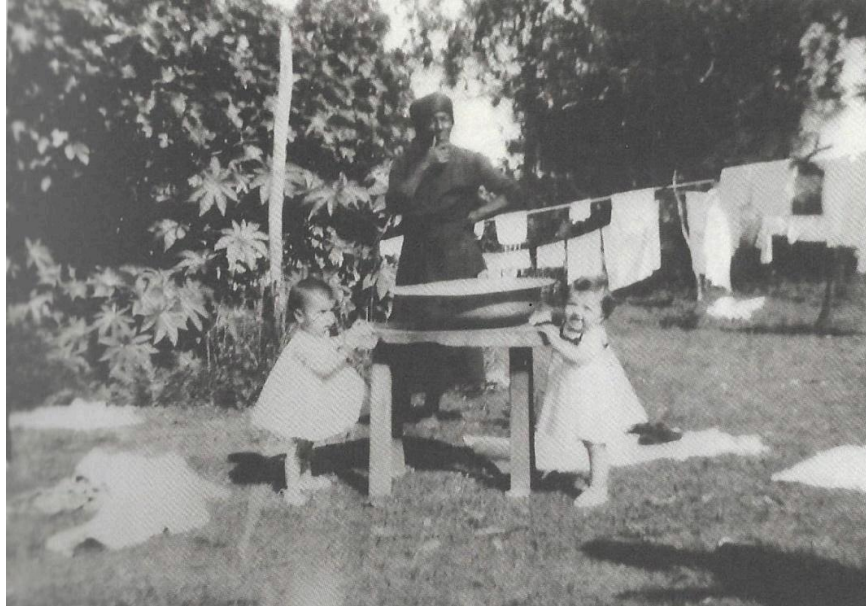
Somados, tais fatores contribuíram para a permanência dos egressos do cativo e seus descendentes em áreas próximas aos seus antigos cativos. Isto, é claro, não significa que as relações permaneceram inalteradas. Na verdade, tiveram que ser reinventadas diante da nova organização social e política que se desenhava no Brasil.

Dito isso, é hora de nos encontrarmos, de fato, com Maria Cecília de Jesus, a Datila dos Marcelinos ou a dindinha das crianças da Fazenda da Santa Cruz.

¹⁵⁶ CASTRO, ref. 15, p. 316-317.

4 Para além das histórias que a Cecília contava: uma análise das estratégias de inserção social adotadas por Maria Cecília de Jesus ao longo do século XX

Foto 1 – Cecília com duas netas do proprietário da Fazenda Santa Cruz em 1952



Fonte: CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.). **Histórias que a Cecília contava**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 31.

Optei por começar este capítulo com uma foto de Cecília tal como eu percebi que ela é representada no imaginário da maioria das pessoas com quem tive a oportunidade de conversar sobre ela. Cecília sempre está atrelada a Fazenda de Santa Cruz e aos ofícios que ela desempenhava por lá. Primeiro como lavadeira e, mais tarde, como uma espécie de ama-seca, que se dedicava ao cuidado com as crianças.

Além disso, a foto nos permite materializar uma imagem de Cecília, mesmo com todas as problemáticas que envolvem a utilização da fotografia como fonte histórica. Aproveito para deixar claro que a foto é meramente ilustrativa. Por mais que eu tenha sido incitada a analisar as poucas imagens que existem de Cecília, todas na Fazenda de Santa Cruz, confesso que não tenho arcabouço teórico para analisar as fotos enquanto fontes históricas. De todo modo, achei válido trazer a imagem. Dito isso, voltemo-nos a Cecília.

Por mais que a imagem trazida acima esteja atrelada à maneira como as pessoas representam a Cecília, é justamente na contramão desta representação que vamos caminhar neste capítulo. O intuito aqui não é desconstruir a imagem criada sobre ela. Mas, olhar essa imagem a partir de um outro viés, colocando-a enquanto sujeito. Isto porque, de acordo com a

autora Sueli Carneiro, conforme observamos as pessoas enquanto sujeitos, conseguimos perceber os processos subjacentes à luta de cada um.¹⁵⁷

O ponto que mais chama a atenção ao examinarmos a trajetória de Maria Cecília de Jesus – ou Datila, como era chamada por seus familiares –, com certeza, é a obra *Histórias que Cecília contava*. Às vezes, nem tanto o conteúdo das histórias, mas a obra em si. Isto porque, como posto ao longo deste trabalho, a obra foi organizada pelos irmãos José Murilo de Carvalho, Maria Selma de Carvalho e Ana Emília de Carvalho. Como se sabe, José Murilo de Carvalho foi um dos maiores historiadores do Brasil. Logo, o seu nome, por si só, traz um peso à obra.

Para além da importância acadêmica do historiador José Murilo de Carvalho, há ainda a importância dos “Carvalho” e dos “Ribeiro”¹⁵⁸, ao lado de outros troncos familiares, nas relações de poder construídas em Piedade do Rio Grande ao longo do tempo. Juntos, esses elementos fizeram com que a obra ganhasse importância, ao menos, em nível local.

Antes de adentrar no mundo acadêmico e me propor a conhecer mais a fundo a trajetória de Cecília, lembro dos meus familiares contarem, com certo orgulho, das idas do pessoal da Santa Cruz até o Cruzeiro do Rio Grande e de ouvirem as narrativas da tia Dóia no processo de construção da obra. Mesmo que vista a partir dos olhos do colonizador, a construção da obra *Histórias que Cecília contava* trouxe alguma centralidade para a Cecília e, conseqüentemente, para a comunidade do Cruzeiro do Rio Grande, o que despertou o olhar, mesmo que de forma muito sucinta, para a riqueza cultural que existe ali.

Por mais que em proporções infinitamente menores, pode-se dizer que o processo de construção da obra *Histórias que Cecília contava* se assemelha à ida dos pesquisadores até o Cafundó. A “descoberta” do Cafundó pelos pesquisadores despertou um novo olhar sobre a comunidade.¹⁵⁹

Foi a obra *Histórias que Cecília contava* e não o conteúdo das histórias em si que me levou a buscar entender a trajetória de Cecília para além das histórias que ela conta.

Como posto, Maria Cecília de Jesus, ou Datila, era uma mulher preta, nascida em 1905 – ou seja, dezessete anos após a Abolição – na comunidade do Desbarrancado, hoje Cruzeiro do Rio Grande, em Piedade do Rio Grande/MG.

Nascida 17 anos após a Abolição, Cecília era filha de Marcelino Carceniro. Marcelino teria nascido na fazenda da Bocaina, após a promulgação da Lei do Ventre Livre. Mas foi

¹⁵⁷ CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 49, n. 17, p. 117-132, 2003. p. 119.

¹⁵⁸ CARVALHO, ref. 91, p. 17-25.

¹⁵⁹ VOGT; FRY, ref. 110.

obrigado a trabalhar como escravizado até a Abolição. Ou seja, era ingênuo. Após a Abolição, Marcelino passou a viver na comunidade do Corguinho. Ao que tudo indica, a comunidade teve origem a partir da fixação de egressos do cativeiro em terras improdutivas que pertenciam aos senhores da região. Por sua vez, a mãe de Cecília era Maria Januária, nascida livre ainda nos tempos do cativeiro e, ao que tudo indica, era natural da comunidade do Cruzeiro do Rio Grande, onde parte da sua família reside ainda hoje.

Não há documentos escritos que tratem a origem da comunidade, tampouco relatos orais. Ainda assim, as hipóteses sobre a origem de ambos os povoados foram exploradas ao longo do capítulo 1. Em suma, vale reiterar que tanto a comunidade do Corguinho quanto o Cruzeiro do Rio Grande tiveram origem a partir da fixação de egressos do cativeiro durante o período escravista e no pós-Abolição. Posto fim a escravidão, um grande contingente de escravizados optou por permanecer nessas comunidades.

Atrevo-me a dizer que, em Piedade do Rio Grande, o Cruzeiro do Rio Grande é a única comunidade formada por egressos do cativeiro que ainda resiste. As demais se tornaram pontos de visita sazonais ou foram chegando ao fim conforme os membros mais velhos foram morrendo e os mais jovens migrando em busca de melhores oportunidades de trabalho.

Em um primeiro momento, os egressos do cativeiro passaram a povoar as terras próximas aos seus antigos cativeiros. Com o passar do tempo, seus descendentes continuaram a viver nas terras próximas aos antigos cativeiros dos seus antepassados. Assim, passaram a vivenciar aquilo que foi chamado pelas historiadoras Hebe Mattos e Ana Lugão, ao tratar as memórias do cativeiro, de “pacto paternalista”.¹⁶⁰

Resumidamente, o “pacto paternalista” pode ser caracterizado por aqueles que pouco se afastaram do cativeiro e continuaram estabelecendo relações com os antigos senhores.¹⁶¹ Ou seja, os antigos cativos e, mais tarde, seus descendentes optaram por permanecer nas áreas próximas aos seus antigos cativeiros.

Essa permanência não quer dizer que as relações entre antigos senhores e egressos do cativeiro permaneceram inalteradas. Por mais que estas relações tenham conservado uma série de elementos que remontam ao período escravista, tiveram que ser reinventadas diante da nova realidade que se desenha no Brasil. Cabe apontar que, como ressaltado pelo historiador Rodrigo Weimer ao analisar a trajetória da “Gente de Felisberta” no sul do Brasil, a Abolição foi um terreno de incertezas ao mesmo tempo em que foi um terreno de possibilidades. Nas palavras do autor:

¹⁶⁰ CASTRO; RIOS, ref. 12, p. p. 204 -211.

¹⁶¹ CASTRO; RIOS, ref. 12, p. 204-211.

Se a definição dos papéis a serem desempenhados dali em diante criava *incerteza*, criava também *possibilidades* a serem ocupadas e desempenhadas pelos ex-escravos e seus descendentes. Creio que o melhor *locus* de observação dessas possibilidades e limites encontrados pelos sujeitos sociais consistia nas ações de famílias, sujeitos coletivos por excelência da ação dos ex-escravos e seus descendentes no pós-Abolição.¹⁶²

4.1 Uma breve análise dos debates acerca do pós-Abolição no Brasil

As incertezas e possibilidades trazidas com a Abolição da escravidão foram um terreno fértil para que antigos senhores e egressos do cativeiro reinventassem suas estratégias de inserção social conforme a nova ordem estabelecida. É claro que esta foi uma “queda de braço” desigual, uma vez que os antigos senhores tinham todo o aparato jurídico e político a seu favor enquanto os negros tinham apenas a sua força de trabalho como moeda de troca. Porém, isso não impediu que os negros adotassem estratégias de inserção social diante da nova ordem estabelecida.

Antes de adentrarmos, de fato, na trajetória de Cecília, com intuito de compreender algumas das estratégias de inserção social adotadas pelos negros no pós-Abolição, é importante entendermos o que é este pós-Abolição.

Como se sabe, após mais de 300 anos de vigência, a escravidão chegou oficialmente ao fim no Brasil em 13 de maio de 1888, através da assinatura da Lei Áurea que conferiu a liberdade a todos os negros que ainda estivessem no cativeiro. Ao contrário do que muitos acreditam, “não veio do céu nem das mãos de Isabel a liberdade”.¹⁶³

A aprovação da lei foi fruto da pressão externa, sobretudo, da Inglaterra, e da ação de movimentos abolicionistas influenciados pelas ideias iluministas e pelos ideais da Revolução Francesa. Nomes como Luís Gama e o famoso Dragão do Mar figuram entre importantes lideranças negras que deram corpo para movimento abolicionista que pressionou o governo imperial a pôr fim na escravidão.

A partir do que é posto pela historiadora Wlamira Albuquerque, a Abolição da escravidão trouxe consigo o medo, para a elite e o poder público, dos desdobramentos do fim da escravidão.¹⁶⁴

¹⁶² WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente da Felisberta**: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação. 2013. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p. 06. *Grafia do autor*.

¹⁶³ SANTOS, Elisiane; LOPES, Ludmila Reis Brito. **Não veio do céu nem das mãos de Isabel a liberdade**. Portal Geledés, 2019. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/nao-veio-do-ceu-nem-das-maos-de-isabel-a-liberdade/>. Acesso em: 10 out. 2020.

¹⁶⁴ ALBUQUERQUE, ref. 121, p. 94.

Ao que tudo indica, duas questões parecem ter roubado a cena a partir da crise do sistema escravista e, posteriormente, da Abolição. Uma destas questões era encontrar mecanismos para garantir a manutenção do acesso à mão de obra, enquanto a outra questão que parece ter roubado a cena após a Abolição foi: posto fim ao domínio senhorial, como os negros vão ser “controlados”?

Com intuito de solucionar o problema da mão de obra foram criadas políticas públicas de incentivo à vinda de mão de obra imigrante para o Brasil, com o objetivo de garantir a manutenção do acesso à mão de obra pelos antigos senhores, sobretudo os cafeicultores do oeste paulista. A entrada massiva de imigrantes europeus capazes de substituir a mão de obra escrava no oeste paulista em muito se deve à proeminência econômica e à influência política da região. Vale apontar que o café era o carro-chefe da economia brasileira.

O território que hoje corresponde a Piedade do Rio Grande sempre esteve integrado à economia a partir do fornecimento de gêneros de abastecimento para as áreas em que a produção era voltada para a exportação. Primeiro, eram atendidas as áreas mineradoras e, depois, a Corte.¹⁶⁵

Tendo isso em conta, tal como observado pela historiadora Wlamyra Albuquerque, levando em consideração a realidade da Bahia entre as últimas décadas do cativo e a Abolição, Piedade não tinha capital econômico e político para se tornar um chamariz para a mão de obra imigrante. Em suas narrativas, Esperança Maria de Jesus cita em alguns momentos um turco que existia na cidade.¹⁶⁶ Há também indícios da vinda de um pequeno contingente de imigrantes italianos. Contudo, não havia nada que fosse capaz de substituir a mão de obra negra na região.

Diante desse cenário e do temor pela possibilidade de faltar braços nos seus empreendimentos, restou aos antigos senhores adotar estratégias para garantir a manutenção ao acesso de mão de obra depois da saída dos egressos dos seus próprios cativos.¹⁶⁷

Uma vez que houve a perda da legitimidade da escravidão, surgiu a necessidade de encontrar outros mecanismos de controle social. Se antes o controle dos corpos negros era atribuição majoritária dos senhores, com o fim da escravidão, passou para o poder público a obrigação de fazê-lo.

¹⁶⁵ Cf. MONTEIRO, ref. 88, p. 85 e CARVALHO, José Murilo de. Prefácio. *In*: CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.). **Histórias que a Cecília contava**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 12.

¹⁶⁶ Maria Esperança de Jesus em entrevista concedida a Daniele Neves na comunidade do Cruzeiro do Rio Grande, Piedade do Rio Grande - MG, em 04 de março de 2023.

¹⁶⁷ ALBUQUERQUE, ref. 121, p. 101-104.

Além da necessidade de adotar estratégias para garantir o acesso à mão de obra, com a Abolição, os antigos senhores também tiveram que adotar estratégias para garantir sua posição social.¹⁶⁸

De acordo com a historiadora Wlamyra Albuquerque, partindo da análise das últimas décadas da escravidão e das primeiras décadas do pós-Abolição na Bahia, com o fim da escravidão as balizas que organizavam socialmente o país foram postas em xeque. Em vista disto, o Ministro da Agricultura da época sugeriu que fosse banida a palavra escravo, mas fosse mantida a palavra senhor. Com intuito de assegurar que de algum modo a organização social vigente até então se mantivesse.¹⁶⁹

Em sua análise sobre o “Drama Social da Abolição”, Denilson de Cássio Silva afirmou que, durante as lutas abolicionistas, a elite escravista se apoiou no discurso de que os negros não estavam preparados para a liberdade e, com a Abolição, o discurso passou a ser o de que os negros eram estranhos à civilização e, por isso, se tornaram o alvo principal das ações repressivas do Estado e não houve qualquer política pública efetiva que visasse a inclusão social do negro.¹⁷⁰

Nesse cenário e com a multiplicação de leis repressivas, o ambiente urbano se tornava ainda mais penoso para os negros. Isto fez com que muitos egressos do cativeiro tivessem uma predileção por continuar onde poderiam gozar de redes de solidariedade já estabelecidas.¹⁷¹

De acordo com Ana Lugão, a antiga classe senhorial usou seu poder político para “limitar as alternativas de sobrevivência dos libertos fora das grandes fazendas”.¹⁷²

Tendo em conta a construção do código civil brasileiro, a historiadora Wlamyra Albuquerque mostrou que as elites se empenharam para transportar para a sociedade regras sociais do mundo escravista. Uma das formas usadas para alcançar essa finalidade foi a garantia de exclusividade da condição de cidadão.¹⁷³

Com tal objetivo, criaram uma série de leis coercitivas ao trabalho que envolviam tanto a repressão à “vadiagem” e à mobilidade dos libertos quanto as altas taxações sobre pequenas propriedades camponesas¹⁷⁴.

¹⁶⁸ *Ibid.*, p. 125.

¹⁶⁹ ALBUQUERQUE, ref. 121, p. 125.

¹⁷⁰ SILVA, Denilson de Cássio. **O drama social da Abolição: escravidão, liberdade, trabalho e cidadania em São João del-Rei (1871-1897)**. Dissertação - Mestrado em História – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2011.

¹⁷¹ ALBUQUERQUE, ref. 121, p. 91-102.

¹⁷² RIOS, ref. 15, p.75.

¹⁷³ ALBUQUERQUE, ref. 121, p. 123.

¹⁷⁴ RIOS, ref. 15, p.75.

Analisando o mesmo contexto, a partir das páginas de diversos jornais do sudeste, Hebe Mattos indicou que, em um período de reestruturação das relações, os antigos senhores buscaram mecanismos para manter suas relações de poder.¹⁷⁵

Cabe apontar que pessoas pertencentes a grupos privilegiados são beneficiadas pelas opressões que infligem outros grupos¹⁷⁶, ainda que não sejam diretamente os algozes destas injustiças. Em outras palavras, mesmo aqueles que não participaram diretamente da criação dessas leis, foram beneficiados por elas. Por mais que Piedade em si não tivesse proeminência econômica e política no cenário nacional, os antigos senhores não deixaram de ser beneficiados com a maneira como o pós-Abolição vem se desenrolando no Brasil.

Sublinha-se também que não foram adotadas nenhuma política pública que visasse a inclusão de egressos do cativeiro como mão de obra nacional. Muito pelo contrário, o governo brasileiro aprovou leis de repressão à vadiagem que iam ao encontro dos corpos negros que circulavam pelo país. As ações do Estado atuavam de modo a garantir a manutenção do poder senhorial. Durante a Primeira República, o poder público se estruturou quase que como uma extensão do poder privado. Um bom exemplo disto foi a prática do voto de cabresto.

A Abolição tirou juridicamente o negro da condição de subserviência. Todavia, a sociedade encontrou meios para que socialmente isso fosse mantido. Atrrelaram ao negro a ideia de desordem e, a partir disso, começaram a adotar políticas públicas em todo o Brasil que tornassem válidas a vigilância e a repressão sobre corpos negros. Nesse sentido, “o empenho dos republicanos em racializar o conflito servia para desqualificar a monarquia e seus defensores”¹⁷⁷.

Tendo em conta os debates entre monarquistas e republicanos na Bahia em 1889, a historiadora Wlamyra Albuquerque apontou que “uma extensa malha de comunicação e colaboração funcionava com eficiência em meio à circulação de mercadorias e pessoas”¹⁷⁸. Sabemos que em Piedade predominou a simpatia à monarquia. Por mais que em Piedade o debate político não tenha ganho o mesmo fôlego que na Bahia, o mesmo não pode ser dito para a extensa malha de comunicação.

Tal como na Bahia, as notícias também circulavam em meio às mercadorias e pessoas em Piedade. Além de transportar a produção das fazendas mineiras para a Corte, ou mais tarde para a capital, os tropeiros também traziam notícias. É provável que Cecília e os seus familiares tenham tido notícias da realidade enfrentada pelos negros nas cidades e isto tenha

¹⁷⁵ CASTRO, ref. 15, p. 281-295.

¹⁷⁶ COLLINS *apud* RIBEIRO, ref. 25, p. 39.

¹⁷⁷ ALBUQUERQUE, ref. 121, p. 148.

¹⁷⁸ *Ibid.*, p. 125.

contribuído para que optassem por permanecer nos espaços onde podiam usufruir de extensas redes de solidariedade.

Ao tratar as distinções entre raça emancipadora e a raça emancipada, a partir do que é posto por Rui Barbosa, Wlamyra Albuquerque nos leva a crer que, para o jurista, a raça emancipada era infantilizada. Isto era uma herança da escravidão que impedia o exercício pleno da cidadania.¹⁷⁹ A argumentação da autora vai além disso. Ative-me a esse ponto porque é justamente essa ideia que em alguns momentos é associada à Cecília.

Ao mesmo tempo em que aponta para a visão do jurista, a autora também argumenta que para os ex-escravizados a senzala, ou a escravidão, foi o espaço no qual foram construídas compreensões e atitudes frente aos jogos e negócios cotidianos.

Rui Barbosa chamou a atenção para o quanto as tensões raciais entre negos e brancos poderiam ser perigosas. Mas, a partir do que é apresentado pela historiadora Wlamyra Albuquerque, somos levados a crer que, ao invés de procurar mecanismos que pudessem pôr fim a essas tensões, Rui Barbosa procurou silenciá-las.¹⁸⁰

Cabe apontar que esse silêncio, imposto em prol da construção de um discurso oficial, não foi capaz de apagar as tensões raciais. Nos últimos 40 anos, a população negra tem reivindicado de forma veemente seu direito à memória e políticas públicas que reparem os crimes cometidos ao longo da história contra a população negra.

De volta a Wlamyra Albuquerque, em síntese, ao longo da obra *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*, a autora sublinhou que “o processo de racialização no Brasil no fim do século XIX, apesar de essencialmente velado, foi fundamental para o estabelecimento de critérios diferenciados de cidadania e para a construção de lugares sociais qualitativamente distintos”.¹⁸¹

Nesse sentido, tendo em conta as teorias raciais que adentraram o Brasil entre o final do século XIX e início do século XX, a historiadora Lilia Schwarcz afirmou o seguinte:

Em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava. Para além dos problemas prementes relativos à substituição da mão de obra ou mesmo a conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania.¹⁸²

¹⁷⁹ ALBUQUERQUE, ref. 121, p. 183-914.

¹⁸⁰ *Ibid.*, p. 189-190.

¹⁸¹ *Ibid.*, p. 242.

¹⁸² SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 16.

A racialização caminha no sentido de construir e legitimar um lugar de subalternidade para o negro no Brasil. Seja por conta de uma diferenciação genética ou em decorrência de uma herança da escravidão, foi contruída a ideia de que o negro era inferior e, portanto, inapto para o exercício da cidadania.

De acordo com Djamila Ribeiro, “(...) as desigualdades são criadas pelo modo como o poder articula essas identidades; são resultantes de uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimentos de outros”.¹⁸³

Com isso, ao invés de existir um empenho do poder público para criar estratégias de inserção do negro na sociedade, houve um esforço em reprimir os corpos negros. Isso fez com que os negros usassem estratégias particulares de inserção social.

Cabe sublinhar ainda que, de acordo com a historiadora Lívia Monteiro, tendo em conta o que é posto pelos autores Thomas C. Holt, Rebecca J. Scoot e Frederick Cooper, “geralmente, os trabalhos sobre o período do pós-Abolição remetem ao fim da escravidão e não tem data limite para acabar, como afirmam os autores”.¹⁸⁴

É por isso que, mesmo Cecília tendo nascido 17 anos após a Abolição formal da escravidão e morrido na década de 1980, ou seja, cerca de 100 anos após o fim do cativeiro, toda a anáse empreendida aqui leva em consideração o fato de toda a sua vivência ter acontecido no pós-Abolição. Toda a vida de Cecília foi marcada por estratégias de inserção social que pudessem tornar a sua vida e a de seus familiares mais amena.

Entendida, mesmo que brevemente, a realidade que se desenhou no Brasil com o fim da escravidão, sobretudo diante dos corpos negros, podemos analisar a trajetória de Maria Cecília de Jesus à luz deste debate, levando em consideração as estratégias de inserção social adotadas pela população negra no Brasil diante de um cenário de exclusão.

4.2 O silêncio da historiografia sobre o negro após a Abolição e a construção de estereótipos

Pouco se sabe sobre os primeiros quarenta anos da vida de Cecília. Aqueles que conviveram com ela neste período e poderiam contribuir com relatos já se foram. A única fonte sobre Cecília antes dos seus 40 anos que encontrei foi o batistério que já havia sido localizado por Ana Emília na obra *Histórias que Cecília contava*.

¹⁸³ RIBEIRO, ref. 25, p. 20.

¹⁸⁴ MONTEIRO, ref. 88, p. 30.

Essa ausência de informações parece ter sido um traço comum no pós-Abolição. De acordo com a historiadora Hebe Mattos, na obra *Das cores do silêncio*, “desde que os libertos deixam de ter um estatuto jurídico específico, nas antigas sociedades escravistas torna-se bem mais difícil encontrá-los nas fontes da época”.¹⁸⁵

As cores desapareceram das fontes, mas não se ausentaram da distinção social feita tanto pela população como um todo quanto pela polícia – e essa realidade se mantém até os dias atuais.

Atenta-se então para o problema das fontes tratado pela autora Hebe Mattos em conjunto com Ana Lugão quando apontam para a importância da história oral para a produção historiográfica sobre o pós-Abolição.¹⁸⁶

Desse modo, os relatos orais são considerados na presente pesquisa e trazem à tona informações a partir de 1940, época em que Cecília já era lavadeira na Fazenda Santa Cruz. Tal ofício, provavelmente, aprendeu com a mãe, assim como a arte de contar histórias, que exercia nas horas vagas. Ao contrário das lavadeiras no espaço urbano que, geralmente, prestavam serviços a diversas famílias e desenvolviam suas atividades no espaço público¹⁸⁷, de acordo com Maria Esperança de Jesus, sobrinha de Cecília, sua tia nunca trabalhou em outro lugar¹⁸⁸ e desempenhava seu ofício no espaço privado da família, tanto que “às vezes atrasava e tinha que dormir na fazenda”.

Segundo Maria Selma de Carvalho, neta de José Custódio Ribeiro que, por sua vez, foi patrão de Cecília em Santa Cruz, “ela era lavadeira e quando tinha muita roupa para lavar, às vezes, atrasava e tinha que dormir na fazenda, e era nessas noites que ela contava as histórias”¹⁸⁹.

Nesse sentido, José Murilo de Carvalho, irmão da Maria Selma, afirmou que, posto fim às atividades do dia, Cecília se tornava o centro das atenções. “As crianças lhe exigiam que contasse histórias. Fingia não querer, desconversava. Mas, concordava sempre, sem conseguir esconder o prazer que lhe davam essa atividade e o fato de se tornar o centro das atenções”.¹⁹⁰

Há um trecho de um artigo que trata justamente da relação entre patroas, empregadas e as crianças filhas dessas patroas. Por mais que o recorte proposto por esse artigo seja bastante

¹⁸⁵ CASTRO, ref. 15, p. 31.

¹⁸⁶ CASTRO; RIOS, ref. 5.

¹⁸⁷ GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência:** criadas e seus patrões no Rio de Janeiro – 1860-1910. Tradução: Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 54.

¹⁸⁸ Maria Esperança de Jesus em entrevista concedida a Daniele Neves, na comunidade do Desbarrancado, Piedade do Rio Grande/MG em 19/09/2020.

¹⁸⁹ Maria Selma de Carvalho em entrevista concedida a Daniele Neves, Belo Horizonte/MG, em 11/03/2020.

¹⁹⁰ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 9.

distante daquele que é fixado aqui, um trecho, em especial, nos permite entender a relação estabelecida entre Cecília e as crianças que exigiam que lhe fossem contadas histórias. Percebem que a exigência deixa explícito um mando e demarca bem os lugares sociais ocupados por cada um nesta relação?

De volta ao artigo, que me trouxe esse *insight*, a partir de uma conversa entre uma empregada e uma criança, a autora mostrou que a cena, que remete ao cuidado da empregada com a criança, “aponta para o afeto que existe entre a empregada e as crianças das quais ela cuida. Mas mostra também a consciência de ambas as partes – crianças e empregadas – da enorme distância social que as separa”.¹⁹¹

Sem contar que, ao se tornar o centro das atenções das crianças da Fazenda de Santa Cruz, Cecília se assemelha à mãe preta, citada por Conceição Evaristo, no artigo intitulado *Escrevivências e seus subtextos*. Neste artigo, ao abordar a origem do termo *escrevivências*, Conceição Evaristo traz a imagem da mãe preta. A “mãe preta” mencionada pela linguista e escritora é uma figura do período escravista. Contudo, resguardadas as devidas proporções, conserva pontos em comum com Cecília. Ela não chegava a se encaminhar para os aposentos das crianças. Ainda assim, contava histórias, cantava e ninava os futuros senhores e senhoras, que nunca abririam mão de suas heranças e de seus poderes de mando sobre ela e sua descendência.¹⁹²

No entanto, ao afirmar isso, vamos de encontro ao lugar de subserviência construído para o negro durante a escravidão e reforçado após a Abolição. É justamente esse estereótipo que queremos romper. Por isso, olharemos a trajetória de Cecília atrelada à família para a qual ela trabalhou, porque foi essa a imagem construída acerca dela e, portanto, é a isso que temos acesso. Mas, tentaremos examinar com um pouco mais de profundidade as ações de Cecília, levando em consideração o contexto histórico no qual ela estava inserida.

Tendo isso em conta, em primeira análise, é importante entender como Cecília chega a esse lugar.

4.3 Redes de solidariedade construídas nos tempos do cativo e seu impacto no pós-Abolição

¹⁹¹ BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos pagu**, n. 9, p. 91-109, 2007. p. 97.

¹⁹² EVARISTO, Conceição. A *Escrevivência e seus subtextos*. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência: a escrita de nós**. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 29-30.

A Fazenda Santa Cruz, onde Cecília passou grande parte da sua vida, foi fundada no final do século XIX por Custódio Camilo Ribeiro. Ele era irmão de Maria Baptista Teixeira e cunhado de Justino Fagundes do Nascimento que, por sua vez, era proprietário da Fazenda da Vargem, local onde o avô de Cecília, Gabriel de Lima, foi escravizado na primeira metade do século XIX. Custódio também era irmão de Padre Francisco Teixeira, herdeiro da Fazenda da Campanha e doador das terras que deram origem à comunidade do Corguinho, onde a família paterna de Cecília se estabeleceu¹⁹³.

As “coincidências” – por assim dizer – são muitas e, se estabelecem, em menor número, até os dias atuais. Lívia Monteiro, ao analisar a “geração do cativo” da Congada e Moçambique de Piedade do Rio Grande/MG, ressaltou que “o complexo de fazendas escravistas nessa região estava entrelaçado pelos laços existentes entre as famílias senhoriais e as famílias escravas”¹⁹⁴.

No que tange a Cecília, esse entrelace permaneceu no pós-Abolição e se mantém, hoje em menor grau, até os dias atuais. Porque, com o término da escravidão, os egressos do cativo e seus descendentes se fixaram em terras localizadas nos entornos dessas fazendas e continuaram a trabalhar nelas. Assim, além do trabalho, esses lugares também eram espaços de sociabilidade.

Minha mãe, Rosimeire do Carmo Trindade, sobrinha-neta da Cecília, é hoje empregada doméstica na casa de Maria José Araújo – onde eu, autora deste estudo, fui criada, e nós entretemos fortes laços afetivos com a dona do local. Maria José é uma das filhas do casal Joviano Carvalho de Araújo e Ignácio de Andrade Monteiro, outrora proprietários da Fazenda do Patrimônio que, apesar de ter sido construída após a Abolição, está integrada no complexo de fazendas escravistas da região.

Foi tendo em conta a manutenção dessas relações entre ex-senhores e libertos e, posteriormente, seus descendentes que José Murilo de Carvalho afirmou que a transição do trabalho escravo para o livre em Piedade do Rio Grande teria acontecido sem traumas.¹⁹⁵ Mas, teria, de fato, sido uma transição sem traumas? Voltaremos a este ponto no próximo capítulo.

Cecília viveu no Desbarrancado até a década de 1940 quando se casou com Martinho e se mudou para um lugarejo chamado Chapada. De acordo com Esperança, sobrinha-neta de Cecília, “a Chapada era para os lados de Santana” (Santana do Garambéu, cidade que faz

¹⁹³ Maria Eni da Silva Ribeiro em entrevista concedida a Daniele Neves, Piedade do Rio Grande/MG em 19/08/2019. CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1.

¹⁹⁴ MONTEIRO, ref. 88, p. 93.

¹⁹⁵ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 14.

divisa com Piedade do Rio Grande).¹⁹⁶ As terras pertenciam a José Custódio Ribeiro que, como mencionado, era patrão de Cecília e do Martinho. De acordo com dona Eni, última patroa de Cecília na Fazenda Santa Cruz, foi o patrão quem construiu a casa onde eles moravam.¹⁹⁷ A construção era anterior à chegada de Cecília.¹⁹⁸

Como indicado, Cecília e Martinho trabalharam juntos na Fazenda Santa Cruz. Vale reiterar que os locais de trabalho acabavam se tornando espaços de sociabilidade.

Martinho era carreiro e, de acordo com José Murilo de Carvalho, “na arte de carrear, Martinho era um mestre”.¹⁹⁹ Em um tempo em que os meios de transporte eram escassos e estradas estritamente precárias, o carreiro era figura central nas fazendas. Por muito tempo, foi ele o responsável por todo o transporte daquilo que era produzido e daquilo que era necessário para o cotidiano das pessoas. Nas palavras de Devanir Ribeiro:

O carreiro se destacava entre os demais trabalhadores da fazenda. Tinha de ter o dom, a habilidade, já que estas atividades exigiam paciência, conhecimento, dedicação e perseverança. Assim, ele era mais valorizado que os demais. O carreiro da fazenda canavial trabalhou toda a sua vida útil nessas funções, por mais de quarenta anos, de 1948 a 1989. Tornou-se quase um membro da nossa família, recebia igual ou um pouquinho mais que os demais trabalhadores. Sua recompensa nem sempre era o erário, mas o carinho e a atenção diferenciada que ele recebia de todos nós, todos eram felizes assim. Ele era neto de índios.²⁰⁰

Martinho era bem mais velho que Cecília, chegou a viver os tempos do cativo e a precedeu no serviço em Santa Cruz.²⁰¹ Ele era um grande amigo do patrão. De acordo com Ana Emília de Carvalho, seu avô José Custódio Ribeiro tinha dois grandes amigos, Martinho e Cipriano – este último era um outro trabalhador da fazenda. Os três eram muito unidos.”²⁰²

Como posto ao longo do capítulo 2, a partir da análise empreendida pela historiadora Livia Monteiro, as relações estabelecidas entre os antigos senhores estavam intrinsecamente relacionadas àquelas firmadas pelos cativos.²⁰³ Ao que tudo indica, em certa medida, isto se manteve no pós-Abolição. Cipriano era irmão de Marcelino e, portanto, tio de Cecília. Apontar essas ligações é importante para pensar nas redes nas quais Cecília esteve inscrita. Assim como, levar em consideração que essas redes, muitas vezes forjadas ainda nos tempos do cativo, foram determinantes para os caminhos trilhados pelos libertos e seus descendentes após a Abolição.

¹⁹⁶ Maria Esperança de Jesus em entrevista concedida a Daniele Neves, na comunidade do Desbarrancado, Piedade do Rio Grande/MG.

¹⁹⁷ Maria Eni da Silva Ribeiro em entrevista concedida a Daniele Neves, Piedade do Rio Grande/MG.

¹⁹⁸ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 187.

¹⁹⁹ *Ibid.* p. 15.

²⁰⁰ RIBEIRO, ref. 145, p. 114.

²⁰¹ *Ibid.*, p. 12, 15.

²⁰² Maria Selma de Carvalho em entrevista concedida a Daniele Neves, Belo Horizonte/MG em 11/03/2020.

²⁰³ MONTEIRO, ref. 88.

É muito provável que o casamento de Cecília com Martinho tenha sido arranjado por conta dessa relação. Sobre o casamento, Maria Selma contou o seguinte:

Uma coisa que o Edmundo²⁰⁴ contava, ele ria muito, e falava da veia artística da Cecília. Quando o Martinho foi pedir ela em casamento, diz que ele chegou lá, e ele era muito mais velho do que ela, bem mais velho, porque já era o segundo casamento dele. E a Cecília sempre era aquela calma, calada, conversava pouco. (...) Ai chamaram a Cecília pra saber. Naquele tempo não perguntava se queria casar. Você vai casar com fulano. Diz que a Cecília saiu correndo, falando que ia se matar. ‘Vou me matar’. Pôs a mão na cabeça. ‘Vou me matar’. ‘Vou me jogar no rio’. Ai correu, diz que tinha um corregozinho [trecho inaudível].²⁰⁵

Com certeza foi o pai de Cecília quem determinou que ela devia se casar, porque, de acordo com Esperança, Cecília se mudou do Desbarrancado após a morte da mãe que faleceu em 1944.²⁰⁶

Ao tratar de um caso que aconteceu em Paraíba do Sul em 1867, no qual o pretendente matou a mulher desejada diante da recusa a seu pedido, Hebe Mattos aponta para “a existência de regras bastante complexas a definir as opções do casamento escravo propondo uma hierarquia geracional (com os pais – e, em especial, as mães – tendo ingerência na escolha das filhas)”²⁰⁷. Também tendo em conta os tempos do cativo, Sirléia Arantes indicou que os pretendentes ao casamento perpassavam pelo crivo familiar e/ou dos proprietários.²⁰⁸

Apesar de se basear em um recorte espacial e temporal diferente daquele em que Cecília esteve inserida, a afirmação de ambas pode ser percebida na trajetória de Cecília quando Maria Selma pontua, em entrevista, que “eles chamaram Cecília para avisar que ela iria se casar com Martinho. Naquela época não se perguntava se queria. E, quando soube que ia se casar, ela saiu correndo dizendo que ia se matar”. Sabemos que, mesmo que estivesse contrariada, o casamento aconteceu.

É importante ter em conta que o casamento, antes de tudo, era um mecanismo de inserção social tanto para estabelecer quanto para manter e fortalecer redes de solidariedade horizontais e verticais. De acordo com Silvia Brügger, ao analisar os índices de legitimidade das relações conjugais na vila de São João del-Rei entre os séculos XVIII e XIX, “o casamento era, acima de tudo, um arranjo familiar calcado em interesses de ordem

²⁰⁴ Edmundo Bosco Ribeiro era tio de Maria Selma de Carvalho, foi proprietário da Fazenda Santa Cruz e último patrão de Cecília.

²⁰⁵ Maria Selma de Carvalho em entrevista concedida a Daniele Neves, Belo Horizonte/MG em 11/03/2020.

²⁰⁶ Maria Esperança de Jesus em entrevista concedida a Daniele Neves, na comunidade do Desbarrancado, Piedade do Rio Grande/MG.

²⁰⁷ CASTRO, ref. 16, p. 352.

²⁰⁸ ARANTES, ref. 15, p. 159.

socioeconômica e/ou política. Era, portanto, um projeto e uma escolha que visavam a satisfação da família”.²⁰⁹

Rodrigo Weimer, ao observar a “gente de Felisberta”, mostrou que os casamentos endógenos foram um recurso acessado para criar, manter ou fortalecer redes de solidariedade horizontais ²¹⁰ Sem contar que, como indicado por Hebe Mattos, havia a necessidade de que as mulheres tivessem bens ou proteção”.²¹¹

Ao levarmos em consideração a proximidade existente entre Marcelino, pai de Cecília, e o cativo, é possível que, ao escolher o matrimônio para a filha, ele tenha escolhido o “melhor partido” como cônjuge. Ao tratar dos casamentos em Campinas no século XIX, Robert Slenes afirmou que, ao escolherem o “melhor partido”, as mulheres jovens recém-chegadas da África escolhiam o homem com mais experiência, com maior possibilidade de conseguir favores junto à casa grande.²¹² Por mais que se tratem de períodos e contextos distintos, a julgar pelas permanências da escravidão no pós-Abolição em Piedade, é possível que esse tenha sido o cálculo feito por Marcelino.

Ainda tendo em conta o que é posto por Slenes, em análise sobre a família escrava, é possível que tenha tido influência do patrão de ambos na escolha do matrimônio. Cabe lembrar que ambos trabalhavam na Fazenda Santa Cruz. De acordo com o autor, por mais que não escolhessem os parceiros para seus cativos, os senhores não deixavam de influenciar a escolha por meio de sugestões, persuasão, pressão, aprovação ou veto dos nomes escolhidos.²¹³

Cabe reiterar que, por mais que falemos de períodos e contextos diferentes, como vem sendo discutido ao longo deste texto, houve a manutenção, em certa medida, do poder moral dos antigos senhores e seus descendentes sobre os libertos e seus descendentes.

Ao mesmo tempo em que, em certa medida, houve a manutenção do poder moral dos antigos senhores, também houve a manutenção e a reestruturação das estratégias de inserção social adotadas pela população negra com base na necessidade de se articular e tendo em conta o poder moral dos antigos senhores e, mais tarde, dos seus descendentes.

Com isso, não é surpreendente que o patrão tenha tido influência no casamento de Cecília e Martinho.

²⁰⁹ BRÜGGER, ref. 19, p. 294, 315-316.

²¹⁰ WEIMER, ref. 158.

²¹¹ CASTRO, ref. 15, p. 72.

²¹² SLENES, ref. 87, p. 91.

²¹³ *Ibid.*, p. 102.

Martinho usufruía de uma circularidade entre seus pares e seus patrões. Assim, é válido afirmar que o casamento entre Cecília e Martinho foi uma estratégia para fortalecer as redes de solidariedade nas quais estavam inscritos. Como posto, Martinho era grande amigo do patrão e também do tio de Cecília.

Quando se casaram, ele já era viúvo e tinha filhos do primeiro casamento. Mas, apenas o mais novo, Martinzinho, chegou a morar com o pai e a Cecília. Martinzinho foi “retireiro”²¹⁴ na Fazenda de Santa Cruz até se mudar para São José dos Campos/SP.

Cecília nunca teve filhos. De acordo com as narrativas, Cecília nunca teve filhos por ter se casado mais velha. Tendo em conta os casamentos sem filhos ainda nos tempos do cativo, Sirléia Arantes apontou que ter filhos ou não era uma imposição da natureza e não uma escolha. Os casamentos aconteciam tardiamente e o objetivo, em muitos casos, era o de ajuda mútua.²¹⁵ É válido considerar que seu casamento tinha como intuito fortalecer redes de solidariedade horizontais e verticais e, com isto, tenha sido feita a opção pelo celibato.

Martinho e Cecília moraram juntos na Chapada até 1952, quando ele faleceu vítima de um tombo em um dos muitos desbarrancados que desenham a paisagem da região. Com a morte do Martinho, Cecília se mudou para a sede da Fazenda Santa Cruz²¹⁶ e ficou por lá até que a idade cobrasse seu preço.²¹⁷

A amizade entre Martinho e o patrão sobreviveu até a morte. Ambos faleceram no mesmo dia, em 12 de maio de 1952. De acordo com José Murilo de Carvalho:

A relação entre Martinho e o dono da fazenda, José Custódio Ribeiro, ia além da que normalmente vincula patrão e empregado. A hierarquia da ocupação era em parte compensada pela hierarquia da idade: Martinho era 12 anos mais velho. Havia entre os dois um relacionamento de respeito mútuo e amizade. Eram compadres, o patrão era para ele ‘Sô Cumpadre’. Morreram no mesmo dia, em 12 de maio de 1952, Martinho aos 58, José Custódio aos 66. Antes de fechar os olhos em seu rancho, o velho carreiro despediu-se do patrão ausente: ‘Até logo, Sô Cumpadre!’ Encontraram-se poucas horas depois. Foram levados juntos para o cemitério em Piedade e enterrados no mesmo horário, embora em covas separadas. A cidade dos mortos manteve a hierarquia social.²¹⁸

²¹⁴ A expressão “retireiro” significa aquele trabalhador que lida com gado leiteiro. Cf. MONTEIRO, ref. 88, p. 132.

²¹⁵ ARANTES, ref. 153, p. 179 - 185.

²¹⁶ Maria Esperança de Jesus em entrevista concedida a Daniele Neves, na comunidade do Desbarrancado, Piedade do Rio Grande/MG em 19/09/2020.

²¹⁷ José Murilo de Carvalho usou essa expressão ao tratar da qualidade da memória de Cecília percebida no ato de contar histórias. Cf. CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 11.

²¹⁸ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 15.

4.4 Para além das histórias que a Cecília contava

Como já mencionado, diante da viuvez, Cecília passou a viver na casa dos patrões. As hipóteses sobre as razões da mudança de Cecília são muitas. De acordo com Esperança, com a morte do Martinho, “eles trouxeram ela para cá [Fazenda Santa Cruz] (...) [porque] acharam mais fácil cuidar dela na casa deles (...). Aí foi ficando, e as crianças [última geração com quem a Cecília teve contato], também gostando muito dela.”²¹⁹

Para Ana Lúcia Ribeiro, que é uma dessas “crianças” a quem Cecília tinha tanto apego, a mudança aconteceu naturalmente: “Quando o marido dela morreu, o marido dela era muito amigo do meu avô (...) automaticamente já foi ficando dentro de casa. Acho que aquilo aconteceu naturalmente (...) porque não tinha condição dela ficar morando naquele lugar sozinha”.²²⁰

Vale apontar que Cecília não se mudou sozinha, foi acompanhada pelo enteado Martinzinho. Ele já era retireiro na fazenda e, provavelmente, com a morte do pai se mudou com Cecília para a sede. De acordo com a dona Eni, ele dormia no que é hoje o quartinho de lenha, fazia de tudo, era bom retireiro.²²¹

Cecília, por sua vez, ficava em um quarto que a gente chamava de ‘quarto grande’. “Hoje, ele é dividido ao meio de tão grande que ele era”, contou Ana Lúcia.²²² Mais tarde, o Martinzinho se casou e passou a viver no que seria uma casa de colono, tal como o pai e Cecília anteriormente. Cecília continuou a viver na Fazenda Santa Cruz.

Quando ex-senhores garantiram a manutenção das suas relações de poder, eles continuaram, em certa medida, embebidos pelos seus deveres que remontavam ao período escravista.²²³

Isso aparece nas memórias, sobretudo, dos herdeiros dessa elite escravista por meio de exemplos de assistencialismo. A proteção dos escravizados era um dever dos senhores. Esse imaginário, decerto, sobreviveu à Abolição e, provavelmente, foi pautada nesses princípios que a dona Anita levou a Cecília e o Martinzinho para morar em Santa Cruz depois da morte de Martinho. Não há menção a isto, mas é possível que o sr. Edmundo, herdeiro da dona

²¹⁹ Maria Esperança de Jesus em entrevista concedida a Daniele Neves, na comunidade do Desbarrancado, Piedade do Rio Grande/MG em 19/09/2020.

²²⁰ Ana Lúcia da Silva Ribeiro em entrevista concedida a Daniele Neves através das plataformas Zoom e Google Meet em 03/10/2022.

²²¹ Maria Eni da Silva Ribeiro em entrevista concedida a Daniele Neves, Piedade do Rio Grande/MG em 19/09/2019.

²²² Ana Lúcia da Silva Ribeiro em entrevista concedida a Daniele Neves através das plataformas Zoom e Google Meet em 03/10/2022.

²²³ Sidney Chalhoub, ao tratar as últimas décadas da escravidão na corte, demonstrou que senhores e escravos sabiam de suas obrigações morais e da importância de não rompê-las. Cf. CHALHOUB, ref. 87, 1990.

Anita, que se tornou proprietário da fazenda e, com isto, patrão de Cecília, tenha mediado a mudança, fazendo valer o lugar de proteção que lhe cabia em um imaginário social.

Ainda tendo em conta os princípios que pautaram as relações entre senhores e escravizados nos tempos do cativeiro, esses últimos conheciam a ideologia senhorial pautada na ideia de que tudo realmente não passava de uma mera extensão da sua vontade e, nos tempos do cativeiro, fizeram uso disto para conquistar a alforria ou alcançar projetos que os aproximavam do mundo dos livres.²²⁴

Resguardadas as devidas proporções, os libertos e seus descendentes também acessaram o poder e as necessidades das elites locais para garantir o sucesso dos seus projetos. Acredito que tenha sido nesse sentido que Cecília tenha escolhido se mudar para Santa Cruz e permanecer por lá.

Como posto pelo historiador Walter Fraga, “ao longo de três séculos de domínio escravista, os libertos acumularam experiências na forma de lidar com o poder senhorial e de tirar proveito do paternalismo senhorial”.²²⁵ Essas experiências foram transmitidas ao longo de gerações e continuaram sendo aproveitadas pelos descendentes dos egressos do cativeiro ao longo de, pelo menos, todo o século XX.

Quando a mudança de Cecília aconteceu, foi a dona Anita – na época, era a proprietária da fazenda – que a levou para lá. Dona Anita era a esposa de José Custódio Ribeiro e, portanto, patroa de Cecília na época.²²⁶ Ao que tudo indica, conviveram pouco tempo sob o mesmo teto porque a patroa logo se mudou para Barbacena na companhia de uma das filhas. De acordo com Ana Emília, Cecília não a acompanhou porque gostava de Santa Cruz.²²⁷ Vale apontar que o apego ao espaço estava atrelado às relações e aos bens materiais estabelecidos a partir daquele espaço.

Sem contar que, ao que tudo indica, as relações afetivas entre Cecília e os padrões se fortaleceram a partir da dona Eni. Essa hipótese, em certa medida, foi confirmada pela Ana Lúcia:

Daniele: (...) eu tenho a sensação (...) que esse amor, essa dedicação, essa relação tão amorosa começou a partir da sua mãe e com vocês...

Ana Lúcia: Eu acho que é real (...). [Antes,] a dindinha ainda era uma pessoa muito dinâmica e tinha serviço demais, então, ela ficava mais trabalhando do que olhando

²²⁴ CHALHOUB, Sidney. Ideologia senhorial: uma leitura a contrapelo. In: _____. **Machado de Assis:** historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 12-48.

²²⁵ FRAGA, ref. 15, p. 250.

²²⁶ Maria Eni da Silva Ribeiro em entrevista concedida a Daniele Neves, Piedade do Rio Grande/MG em 19/09/2019.

²²⁷ Ana Emília de Carvalho; Maria Selma de Carvalho em entrevista concedida a Daniele Neves, Belo Horizonte/MG em 11/03/2020.

crianças (...), tinha contato maior com as crianças à noite quando ela sentava para contar histórias e nós, não... A gente ficava sempre lá perto dela (...).²²⁸

Foi como se a Cecília deixasse de ser lavadeira e se tornasse uma espécie de ama-seca que, de fato, era uma figura mais próxima aos patrões.²²⁹

4.5 Os contratos de trabalho e os sentidos conferidos à liberdade pelos libertos e seus descendentes

Cecília já não era uma mocinha quando passou a viver com os patrões e, com certeza, teve mais sorte que os exemplos citados por Itabyr que, quando deixaram de servir, foram abandonados à própria sorte. Ainda assim, sua trajetória conserva semelhanças com os casos trazidos pelo autor, afinal, Cecília também foi uma mão de obra gratuita, pois trabalhava por um prato de comida e uma enxerga na despensa.

A ausência de salário não se limitava às meninas que eram pegadas para “criar”. Foi comum em Piedade do Rio Grande que o salário fosse substituído por outras formas de remuneração. De acordo com José Murilo de Carvalho, “o salário era muitas vezes substituído por parcerias, à meia e à terça, por trocas e por serviços, como a moagem de milho”²³⁰. Essa realidade não se limitava a Piedade do Rio Grande.

É importante ter em conta que, por mais que tenha sido um costume, a ausência de salário limitava a possibilidade de circulação dos libertos. E hoje é um dos elementos que configura o trabalho análogo à escravidão. Vale o risco de ser anacrônica para convidar o leitor a olhar essas relações por este viés. O fato da ausência de salário ter sido uma prática comum não a torna menos exploratória ou violenta.

Como posto, ao elencar esses pontos, assumi o risco do anacronismo, definido entre os historiadores como a prática de olhar o passado a partir de costumes e valores da sociedade atual. Porém, tendo em conta os pontos analisados até aqui, ligados à imagem construída em torno de Cecília em que ela é representada atrelada à inércia, à passividade, à docilidade etc., somos levados a crer que essa postura foi uma resposta à realidade que se desenhava em seu entorno e limitava a sua ação.

No Recôncavo Baiano, o salário foi uma exigência dos egressos do cativo e ponto de conflito entre eles e antigos senhores, porque, de acordo com Walter Fraga, “ter dinheiro na

²²⁸ Ana Lúcia da Silva Ribeiro em entrevista concedida a Daniele Neves através das plataformas Zoom e Google Meet em 03/10/2022.

²²⁹ GRAHAM, ref. 182, 1992.

²³⁰ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 14.

algibeira poderia significar maior liberdade para escolher o que levariam para consumir na dieta do dia a dia ou para comprar passagem de trem para seguir para outra localidade”²³¹.

A partir dos valores e costumes daquela época, até meados do século XX, a ausência de salário limitava as possibilidades de circulação dos egressos do cativo e dos seus descendentes. Mas, ao que tudo indica, foi uma característica dos contratos de trabalhos no pós-Abolição. De acordo com Ana Lugão, “os contratos de trabalho estavam muito mais relacionados à possibilidade dos libertos concretizarem o seus projetos do que ao salário”²³².

Os contratos de trabalho estabelecidos entre os proprietários de terra e a população negra iam ao encontro dos projetos de liberdade forjados ainda nos tempos do cativo. Na maioria das vezes, tais projetos foram decisivos para os caminhos trilhados pelos egressos do cativo e seus descendentes no pós-Abolição.

Os contratos de parceria à meia e à terça, majoritariamente verbais na realidade em que tratamos, garantia o controle do ritmo de trabalho. Elemento caro aos libertos e seus descendentes, de acordo com a Ana Lugão.²³³ Por mais problemáticos que pudessem ser esses contratos, a partir deles, as pessoas deixavam de trabalhar para alguém. Elas estavam cultivando suas roças em terras de terceiros. Por mais que tivessem que dividir a produção com o proprietário da terra, as roças eram suas. Em conversas cotidianas, recorde de ouvir sobre onde ficava a roça que pertencia a cada um nas terras dos fazendeiros da região.

À luz do que foi dito por Ana Lugão, esses contratos de trabalho podem ser lidos como estratégia de inserção social, porque possibilitaram ao negro o controle do seu próprio ritmo de trabalho – elemento caro durante a vigência do sistema escravista e no pós-Abolição.²³⁴

Outro ponto ao qual a autora se refere, ao tratar a ideia de liberdade que norteou o comportamento dos cativos ao tornarem-se livres, era o controle dos frutos do seu trabalho. Ao meu ver, os contratos de parceria à meia ou à terça também atendem a essa finalidade, na medida em que se tem a ideia de que se trabalha para si próprio.

Não quero dizer com isso que esses contratos eram favoráveis aos negros. Ao analisar os debates sobre as formas de acesso à mão de obra após o fim da escravidão em Campos, no Rio de Janeiro, Hebe Mattos afirma que a parceria foi uma espécie de contrato pensado para fixar o trabalhador. Por mais que envolvesse concessões, essas privilegiavam o proprietário.²³⁵

²³¹ FRAGA, ref. 15, p. 222.

²³² CASTRO; RIOS, ref. 12, p. 243.

²³³ RIOS, ref. 15, p. 12.

²³⁴ *Ibid.*, p. 64-75.

²³⁵ CASTRO, ref. 15, p. 252.

No entanto, em certa medida, atendiam àquilo que a historiografia tem percebido como elementos caros aos cativos nos tempos do cativo e que guiaram a sua trajetória e seus descendentes no pós-Abolição.

A partir do que é posto por Maria Esperança de Jesus, somos levadas a crer que existiam outras formas de contrato de trabalho além da meia e da terça que, ao menos hipoteticamente, deveriam ser remuneradas.²³⁶ É possível que ainda nas primeiras décadas do século XX tenham existido lugares onde se empregavam por dia e recebiam algum tipo de pagamento. Mas, acredito que seja pouco provável que esse pagamento fosse em dinheiro.

A hipótese mais plausível é que os pagamentos fossem feitos em gêneros de subsistência ou descontados em compras feitas pelos empregados nas próprias fazendas. Mesmo que as fazendas não tivessem armazéns, os proprietários dispunham de recursos financeiros para ter uma despensa farta a qual os empregados muitas vezes recorriam no momento de carência.

Ao considerar a realidade da Fazenda Canavial que, ao meu ver, pode ser exemplo estendido a toda a região, Devanir Ribeiro apontou que, na década de 1960, a compra de um automóvel pelo seu pai facilitou a vida de todos. A facilidade do transporte permitia a compra de grandes quantidades de gêneros alimentícios de primeira necessidade que também serviam para os trabalhadores da fazenda. O autor pontua ainda que esses gêneros eram vendidos pelo mesmo preço que eram comprados.²³⁷ Mas, não menciona como eram feitos os pagamentos. Tendo em conta a pouca circulação de dinheiro na região, o mais provável é que fossem trocados por dias de serviço.

No que tange a realidade de Cecília, a precariedade do espaço também contribuiu para que o salário fosse substituído por outras formas de remuneração. Porque há uma distância de cerca de 8 km entre Desbarrancado e Piedade – parte urbana da cidade – onde ficavam as vendas que também eram poucas. Nas poucas vendas que existiam na cidade, de acordo com Devanir Ribeiro, as compras eram mediadas pela autorização do patrão. Nas palavras do autor:

Havia pouco ou nenhum dinheiro em circulação, era comum dar ao empregado uma caderneta, onde era anotado pelo comerciante tudo o que fora vendido ao portador. Ou uma ordem, uma autorização manuscrita pelo patrão, em qualquer papel. Nesta ordem, colocava-se um valor máximo que poderia o portador comprar ou deixava-se em aberto. Dependia do empregado que o patrão tinha. O comerciante conhecia o portador e o seu patrão, assim o atendia em suas necessidades.²³⁸

²³⁶ Maria Esperança de Jesus em entrevista concedida a Daniele Neves, na comunidade do Desbarrancado, Piedade do Rio Grande/MG em 19/09/2019.

²³⁷ RIBEIRO, ref. 145, p. 121.

²³⁸ *Ibid.*, p. 120.

Portanto, o acesso era difícil. Com isto, muitas vezes era mais fácil recorrer aos fazendeiros locais para acessar itens básicos de sobrevivência, porque eles tinham condição de produzir e, mesmo aquilo que não produziam, tinham condições de estocar.

Esse assistencialismo, tanto no acesso a gêneros de subsistência quanto à saúde, reforçaram o sentimento de gratidão existente entre egressos do cativeiro e seus descendentes em relação aos proprietários de terra locais.

Quando pensamos na ausência de salários relacionada à precariedade do espaço, percebemos um processo que se retroalimentava, porque, com este cenário, nas poucas idas à Piedade, muitas vezes não tinha dinheiro necessário para comprar itens nas vendas da cidade. Essa realidade era tão comum que foi sendo alterada conforme a família de Cecília começou a ter contato com o mundo lá fora.²³⁹

4.6 Afetos construídos em meio a relações de poder

Por mais que Cecília tenha tido quase a vida toda ocupada pelo ofício de lavadeira e, posteriormente, ama-seca, em nenhum momento há menção de que ela tenha tido salário. Até porque ela sequer conhecia dinheiro.²⁴⁰

Ao que tudo indica, a partir da década de 1940 – período de maior disponibilidade de fontes –, por mais que Cecília ocupasse seu tempo cuidando das crianças, isto não foi reconhecido pelos patrões como um ofício. Ela era lavadeira e, quando parou de lavar roupas, já não fazia mais nada.²⁴¹

Acredito que esta leitura tenha ocorrido porque, ao contrário das idas à fazenda para lavar roupas quando era solicitada para este fim, Cecília nunca foi incumbida de qualquer atividade depois da mudança para Santa Cruz.²⁴²

Nessa época, Cecília já morava em Santa Cruz e, com certeza, o convívio cotidiano a aproximou dos patrões e ainda mais das crianças. Como posto pela Esperança, “quando você emprega uma pessoa, você se acostuma com ela”²⁴³. Ao que tudo indica, foi assim com a Cecília. Mas, a construção do afeto não anula a hierarquia existente entre patrões e

²³⁹ Maria Esperança de Jesus em entrevista concedida a Daniele Neves, na comunidade do Desbarrancado, Piedade do Rio Grande/MG em 19/09/2019.

²⁴⁰ Maria Eni da Silva Ribeiro em entrevista concedida a Daniele Neves, Piedade do Rio Grande/MG em 19/08/2019.

²⁴¹ Ana Lúcia da Silva Ribeiro em entrevista concedida a Daniele Neves através das plataformas Zoom e Google Meet em 03/10/2022.

²⁴² Maria Eni da Silva Ribeiro em entrevista concedida a Daniele Neves, Piedade do Rio Grande/MG em 19/08/2019.

²⁴³ Maria Esperança de Jesus em entrevista concedida a Daniele Neves, na comunidade do Desbarrancado, Piedade do Rio Grande/MG em 19/09/2020.

empregados. Neste sentido, Sandra Graham sublinha que “a convivência diária e íntima, característica do serviço doméstico, acabava criando uma familiaridade que mascarava a hierarquia sob a qual a relação entre patrão e empregado foi construída”²⁴⁴.

Com isso, acredito que essas relações afetivas não tenham sido a única razão que fez com que a Cecília ficasse ali, apesar desta ser uma justificativa utilizada. No entanto, também não nego que o apego às crianças da dona Eni tenha contribuído para a sua escolha. De acordo com a autora Jurema Brites, tendo em conta as relações afetivas construídas no trabalho doméstico, “de fato, muitas vezes, o motivo para uma empregada aguentar um serviço mal pago é a dificuldade em se separar das crianças que toma conta”.²⁴⁵

Segundo Itabyr Carvalho, em seu livro de memórias sobre os “Carvalho e Ribeiro”, havia entre seus familiares “o execrável costume de pegar mocinhas para ‘criar’ para terem trabalhadores de graça. Em regime de semiescravidão, essas pobres criaturas trabalhavam de sol a sol por um prato magro de comida e uma enxerga na despensa”.²⁴⁶

O costume parece ter sido comum nas Minas Gerais, como apontou Elione Guimarães. Tendo em conta a transição do trabalho escravo para o livre em terras juiz-foranas e os escritos do memorialista Pedro Nava, a historiadora ressaltou o costume da avó do autor de criar novinhas ou mulatinhas e o fato disto ocorrer já no pós-Abolição.²⁴⁷

Ao tratar o trabalho doméstico nas fazendas da região ao longo do século XX, Devanir Ribeiro mostrou que a jornada de trabalho era árdua e pouco valorizada. As empregadas recebiam menos que os trabalhadores da lavoura e, muitas vezes, o que recebiam era destinado a ajudar seus pais.²⁴⁸ Como já mencionado, acredito que Cecília nunca tenha tido salário, pois a moeda de troca pelo seu trabalho eram itens básicos de sobrevivência que, em uma época de muita miséria, tinham muita valia. Justamente por ter em conta a precariedade da vida daqueles que trabalhavam nas fazendas da região é que o autor assinala o seguinte:

Essas empregadas se sentiam felizes e nunca reclamavam, trabalhavam alegres. Sentiam-se muito compensadas por se alimentar e dormir melhor. O mínimo conforto que as fazendas ofereciam era muito superior ao que elas tinham em suas casas.

Este privilégio de trabalhar na fazenda era para poucas e, às vezes, uma única vaga era disputada entre algumas famílias dos que trabalhavam para o patrão. Com certeza, o que contribuía para esta realidade era a farta e barata oferta de mão de obra existente na época. A lei da oferta e da procura.²⁴⁹

²⁴⁴ GRAHAM, ref. 182, p. 15-22.

²⁴⁵ BRITES, ref. 186, p. 98.

²⁴⁶ KANDRATOVICH, José Itabyr Carvalho. **Uma família mineira: retratos sem retoque**. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014. p. 156.

²⁴⁷ GUIMARÃES, ref. 106, p. 137-138.

²⁴⁸ RIBEIRO, ref. 145, p. 144-145.

²⁴⁹ *Ibid.*, p. 145.

Em sua análise sobre o trabalho doméstico no Rio de Janeiro, Sandra Graham observou que permutar responsabilidades por serviço e proteção por obediência eram as expectativas dos patrões. Para as criadas, a proteção tomava a forma das necessidades diárias: um quarto, alguma roupa, comida.²⁵⁰

Por mais que não possamos falar em salário ou em condições de trabalho no que tange a Cecília, uma vez que os valores eram outros, a fala da autora corrobora o que foi dito pela dona Eni. Indagada sobre as razões que fizeram com que Cecília não acompanhasse o enteado quando este foi embora para São José dos Campos, no período da Era Vargas, dona Eni respondeu: “ela era muito apegada, ela gostava demais dos meus filhos e eles gostavam demais dela também”.²⁵¹ O apego às crianças era a principal justificativa para a sua permanência ali.

Ainda assim, acredito que o afeto, por si só, não tenha sido a razão pela qual Cecília optou por permanecer na Fazenda Santa Cruz por toda a vida.

De acordo com a socióloga Patrícia Hill Collins, as mulheres afro-americanas, através da proximidade criada a partir do trabalho doméstico, acabavam se tornando membros honorários de suas famílias brancas.²⁵²

Por mais que existisse uma intimidade, que muitas vezes se desdobrava em relações afetivas, ainda assim, como indicado por Olivia Gomes, o lar é um espaço de reprodução das formas de dominação que se multiplicam na esfera pública. Por mais que a violência sutil dessas relações sejam percebidas, muitas vezes, elas são naturalizadas tanto por quem as comete quanto por quem recebe.

Nesse sentido, Olivia Gomes afirmou que “a coabitação tende a horizontalizar diferenças hierárquicas que distinguem relações entre afins consanguíneos e outras formas de afinidades, produzindo um tipo particular de intimidade social”.²⁵³

De acordo com Collins, “essas mulheres negras sabiam que elas jamais pertenceriam a suas ‘famílias’ brancas. Apesar de seu envolvimento, permaneciam *outsiders*”.²⁵⁴

O intuito desta discussão não é questionar a existência de laços afetivos entre Cecília e os patrões. Esses laços existiam e eram importantes e válidos. “Eles gostavam muito dela”.²⁵⁵

²⁵⁰ GRAHAM, ref. 182, p. 109.

²⁵¹ Maria Eni da Silva Ribeiro em entrevista concedida a Daniele Neves, Piedade do Rio Grande/MG.

²⁵² COLLINS, ref. 3, p. 99.

²⁵³ CUNHA, Olívia Maria Gomes. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: _____; GOMES, Flávio dos Santos. **Quase-cidadão**: histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 381.

²⁵⁴ COLLINS, ref. 3, p. 100.

²⁵⁵ Maria Esperança de Jesus em entrevista concedida a Daniele Neves, na comunidade do Desbarrancado, Piedade do Rio Grande/MG em 19/09/2020.

A existência desse afeto foi muito marcante em todas as entrevistas. Mas, esse afeto foi construído a partir de relações de poder que não deixaram de existir. Tendo isso em conta, é importante apontar que o acesso a essas relações afetivas garantiram a Cecília uma realidade mais amena, ao menos do ponto de vista material. Portanto, por mais que não tenha sido um esforço consciente, o afeto decorreu de estratégias de inserção social.

Vale pontuar, até porque essa foi uma das minhas indagações por um tempo, que Cecília até podia ter escolhido voltar para Desbarrancado. Mas, provavelmente, a precariedade da vida por lá fez com que ela escolhesse aquilo que tornava a sua realidade mais amena e, em certa medida, a permitia tornar a realidade dos seus familiares mais amena.

Do ponto de vista material, era muito mais vantajoso para Cecília viver entre os patrões do que no Desbarrancado onde as memórias são marcadas por muita miséria. “A gente não tinha” – isto em relação a itens básicos de alimentação, por exemplo – talvez seja a frase mais recorrente nas entrevistas feitas com a Esperança. Ao contrário disso, Cecília tinha livre acesso ao que era produzido e consumido entre os patrões.²⁵⁶

De acordo com a historiadora Livia Monteiro, tendo em conta a trajetória das famílias fundadoras da Congada e Moçambique de Piedade do Rio Grande, “optar por permanecer também significava uma estratégia por melhores condições de vida”.²⁵⁷ Essas escolhas não necessariamente eram um esforço consciente. Muitas vezes, as escolhas são feitas instintivamente, levando em consideração a atenção a necessidades básicas.²⁵⁸

Sem contar que existiu uma leitura de que o trabalho doméstico era menos dispendioso que o trabalho na lavoura. Cecília foi descrita pelo sobrinho João Bosco como muito inteligente e trabalhadora, mas “não era de pegar no pesado (...) eu não lembro dela trabalhando em enxada”.²⁵⁹

Com isso, por mais problemáticas que fossem as relações de trabalho, mesmo que não fossem percebidas assim por aqueles que as protagonizaram, a proximidade com os patrões permitia que os empregados domésticos acessassem tanto um capital material quanto um capital simbólico que os colocava em uma posição “melhor” que os outros.

Rodrigo Weimer indicou a proeminência do trabalho doméstico em relação ao serviço no eito ao analisar os tempos do cativo. Em suas palavras, entre as “famílias mais

²⁵⁶ Ana Lúcia da Silva Ribeiro em entrevista concedida a Daniele Neves através das plataformas Zoom e Google Meet em 03/10/2022.

²⁵⁷ MONTEIRO, ref. 88, p.132.

²⁵⁸ Thompson, ao tratar os costumes da sociedade inglesa no século XVIII, apontou que a população trabalhadora não fazia um cálculo das suas ações. As oportunidades eram aproveitadas conforme surgiam. Cf. THOMPSON, ref. 17, p. 21-22.

²⁵⁹ João Bosco Nascimento em entrevista concedida a Daniele Neves, na comunidade do Desbarrancado, Piedade do Rio Grande/MG em 19/09/2020.

prestigiosas na hierarquia interna da escravaria[,] (...) os homens dedicavam-se às lides campeiras e as mulheres, às tarefas domésticas, em vez de ir pro eito.”²⁶⁰

“Por fim ela era até madrinha de um lá”²⁶¹, lembrou João Bosco como quem diz que a proximidade rendeu a ela o título. Inclusive, na entrevista feita com Ana Lúcia, a todo tempo ela se refere à Cecília como dindinha: “a gente, eu pelo menos, tinha loucura com a dindinha e ela também com a gente. Tudo que a gente fazia era lindo. Ela tinha um cuidado com a gente, um medo da gente machucar, da mamãe zangar com a gente”.²⁶²

Aqui, cabe destacar as palavras da socióloga Patrícia Hill Collins:

Nas biografias dos brancos ricos, é frequente o relato de amor por suas “mães” negras, enquanto os relatos das trabalhadoras domésticas negras ressaltam a percepção de autoafirmação vivenciada pelas trabalhadoras ao verem o poder branco sendo desmistificado, saberem que não era o intelecto, o talento ou a humanidade de seus empregadores que justificativa o seu *status superior*; mas o racismo.²⁶³

Essas falas não ganham a esfera pública porque, por mais que exista, a proximidade não anula a hierarquia e, tendo em conta a realidade dos negros na comunidade do Cruzeiro do Rio Grande após a Abolição, tampouco exclui a dependência existente entre patrões e empregados. Como posto, a todo momento, ao longo deste trabalho, em certa medida, os antigos senhores e, mais tarde, seus descendentes conseguiram manter seu poder moral e isto incluía o respeito entre seus funcionários. Falas como a citada por Patrícia Hill Collins existem, são frequentes, mas correm à boca miúda (ou corriam).

Dona Eni chamou a Cecília para ser madrinha de consagração da Sílvia Maria, que era a sua filha mais velha, porque “ela tinha o maior cuidado comigo quando eu ficava grávida. Por isso, quando a mais velha nasceu, eu chamei ela para madrinha e a Cecília desenvolveu um apreço pela afilhada, ficava para cima e para baixo com ela, e todas as outras crianças acabaram chamando ela de dindinha também”.²⁶⁴

Com certeza a proximidade lhe rendeu o título. Porém, confesso que, em um primeiro momento, isso me causou um certo estranhamento, já que nos tempos do cativo as relações de compadrio eram acessadas, tanto pela elite quanto pelos escravizados, com intuito de estabelecer e/ou fortalecer alianças horizontais e/ou verticais, ou seja, o contrário não era

²⁶⁰ WEIMER, Rodrigo de Azevedo. A família dos ‘Inácios’: práticas de nomeação e memória da escravidão (litoral do Rio Grande do Sul, séculos XIX e XX). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 45, p. 19-41, set. 2020. p. 822.

²⁶¹ João Bosco Nascimento em entrevista concedida a Daniele Neves, na comunidade do Desbarrancado, Piedade do Rio Grande/MG em 19/09/2020.

²⁶² Ana Lúcia da Silva Ribeiro em entrevista concedida a Daniele Neves através das plataformas Zoom e Google Meet em 03/10/2022.

²⁶³ COLLINS, ref. 3, p. 99.

²⁶⁴ Maria Eni da Silva Ribeiro em entrevista concedida a Daniele Neves, Piedade do Rio Grande/MG em 19/08/2019.

usual. Além disso, Sílvia Brügger, ao tratar das relações de compadrio em São João del-Rei no século XIX, apontou que o papel social da madrinha estava atrelado ao auxílio cotidiano na criação dos filhos.²⁶⁵

Ao tratar as relações de compadrio entre cativos de pequenas propriedades, Ana Lugão observou a escolha de “(...) padrinho livre/madrinha escrava (...). Esta pode ter sido uma maneira de conciliar *status* social do padrinho com os cuidados e a solidariedade que uma madrinha escrava poderia mais facilmente prestar à criança”.²⁶⁶

Foi a esse fim que a Cecília atendeu. E vale apontar que a prática parece ter sido mais comum do que eu imaginava.

Em um trecho da sua análise, Denilson Silva recorreu aos escritos de Jorge de Almeida Neves, irmão do ex-presidente Tancredo Neves, quando afirmou que “a presença de pessoas de ascendência escrava nos lares da elite parecia essencial à estrutura das famílias mais aquinhoadas e da sociedade como um todo”.²⁶⁷ Ao discorrer sobre a presença de pessoas de ascendência escrava em sua casa, Jorge de Almeida Neves apontou que uma delas era sua madrinha: “(...) Maria Justina, já trabalhava na casa de minha avó materna e era minha madrinha”.²⁶⁸

Acredito que a escolha tenha tido um significado enorme para a Cecília porque foi uma forma de reconhecimento do cuidado que ela tinha com eles. Provavelmente, isso também contribuiu para minimizar as hierarquias sociais, ao menos no campo simbólico, até porque conferiu certa igualdade ao menos no modo em que se tratavam, como exposto na fala de dona Eni: “eu e Edmundo tratamos ela de comadre e ela também tratava a gente de compadre”.

Outro momento que pode ser lido como reconhecimento ocorreu anos mais tarde, quando Ana Lúcia teve a primeira filha e a batizou em homenagem à Cecília, como relata em entrevista: “eu falava para ela: se eu tiver uma filha, vai chamar igual à senhora”. Cecília teve o prazer de conhecer a menina que carregava o seu nome e acredito que isso também tenha tido um significado relevante para ela. Contudo, a esse respeito, ficaremos apenas com a especulação.

Cecília ficou com a dona Eni enquanto ela criou os seus filhos. Com os filhos já crescidos, dona Eni se mudou primeiro para a parte urbana da cidade de Piedade e depois para Barbacena. As crianças foram crescendo e saindo da fazenda para estudar. Neste cenário, ela

²⁶⁵ BRÜGGER, ref. 19, p. 294, 315-316.

²⁶⁶ RIOS, ref. 15, p. 58-59.

²⁶⁷ SILVA, ref. 166, p. 218.

²⁶⁸ *Ibid.*, p. 218-219.

se viu obrigada a mudar: “como é que eu ia mandar meus filhos todas para fora?”.²⁶⁹ Diante dessa mudança, em um primeiro momento, Cecília ficou no Desbarrancado junto com a Sebastiana. As memórias sobre essa época em que Cecília viveu com a irmã Sebastiana são escassas. Acredito que esse período tenha sido tão curto que não foi capaz de desvencilhar Cecília dos padrões nem no cotidiano tampouco na memória das pessoas que conviveram com ela.

Nas falas da Esperança, as visitas de Cecília aconteciam no final de semana. Sempre marcadas pela necessidade de ir embora por causa das crianças da comadre. Quando a dona Eni se mudou para Barbacena, ela continuou junto a Silvia Maria até que a idade cobrasse seu preço.²⁷⁰

Quando Silvia Maria, que era afilhada da Cecília, voltou a Santa Cruz, ela a acompanhou.²⁷¹ Foi ela quem cuidou da madrinha na velhice, decerto, em contrapartida ao cuidado recebido na infância. E, não obstante, Ana Lúcia narrou com o maior pesar não ter podido cuidar da dindinha no fim da vida.²⁷²

Levando em consideração a relação entre madrinha e afilhada, vale apontar que as relações de compadrio, de acordo com Silvia Brügger, eram uma via de mão dupla: “Tanto os padrinhos podiam beneficiar-se dos trabalhos, préstimos e da fidelidade dos afilhados, quanto estes esperam contar com o cuidado, a proteção e o reconhecimento daqueles”²⁷³. A relação de Cecília com a afilhada cumpriu esse fim, foi uma via de mão dupla.

Sem contar que “a mulher livre, ama-seca das diversas crianças de uma família, podia manter um lugar na casa mesmo muito depois que as crianças tivessem crescido, como uma velha e respeitada figura que merecia afeição e cuidado”.²⁷⁴

Com a velhice, os cuidados com a Cecília se tornaram trabalhosos demais e, por conta das demandas do dia a dia, a afilhada não conseguiu mais cuidar dela. Assim, nesse período, ela foi morar no Desbarrancado com Doia, que era filha da Sebastiana e, portanto, sobrinha de Cecília. Obviamente, ela também não deu conta. Diante da impossibilidade de cuidar da tia,

²⁶⁹ Maria Eni da Silva Ribeiro em entrevista concedida a Daniele Neves, Piedade do Rio Grande/MG em 19/08/2019.

²⁷⁰ Maria Esperança de Jesus em entrevista concedida a Daniele Neves, na comunidade do Desbarrancado, Piedade do Rio Grande/MG em 19/09/2020.

²⁷¹ Maria Eni da Silva Ribeiro em entrevista concedida a Daniele Neves, Piedade do Rio Grande/MG em 19/08/2019.

²⁷² Ana Lúcia da Silva Ribeiro em entrevista concedida a Daniele Neves através das plataformas Zoom e Google Meet em 03/10/2022.

²⁷³ BRÜGGER, ref. 90, p. 325.

²⁷⁴ GRAHAM, ref. 182, p. 61.

Doia recorreu aos antigos patrões de Cecília.²⁷⁵ Talvez não porque ela acreditasse que lhes cabia essa responsabilidade e sim porque ela reconhecia o lugar social que eles ocupavam.

Vale reiterar que, em uma sociedade pautada em princípios escravistas, cabia aos patrões a proteção das suas criadas e, como bons observadores dos costumes, cumpriram o que era esperado deles. Diante da impossibilidade de cuidar eles mesmos da Cecília, colocaram-na em um asilo.

Cecília passou os dois últimos anos da sua vida no Lar das Velhinhas em Barbacena/MG. Dona Eni comentou que a escolha foi feita porque era perto da casa em que eles moravam e eles mantinham visitas regulares a ela. Em seguida, acrescentou: “Eu ia lá toda quinta e o Edmundo e os meninos iam todo domingo”.²⁷⁶

Cecília faleceu em 10 de agosto de 1984 no Lar das Velhinhas em Barbacena e foi sepultada no antigo Cemitério da Paz, hoje desativado.²⁷⁷

²⁷⁵ Maria Eni da Silva Ribeiro em entrevista concedida a Daniele Neves, Piedade do Rio Grande/MG em 19/08/2019.

²⁷⁶ *Ibid.*

²⁷⁷ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1.

5 Teria de fato sido uma “transição sem traumas”?

A transição do trabalho escravo para o livre parece ter-se verificado sem traumas. Os ex-escravos saíram das senzalas, se nelas ainda viviam, construíram suas casas em terrenos cedidos pelos proprietários ou em terras públicas, e continuaram a trabalhar para os antigos donos, ou para fazendeiros vizinhos.²⁷⁸

5.1 “As histórias que a Cecília contava”: o pontapé inicial para a análise

A citação acima é um trecho do prefácio da obra *Histórias que a Cecília contava*, escrito pelo historiador José Murilo de Carvalho. Como posto ao longo deste trabalho, a obra foi organizada pelos irmãos Ana Emília de Carvalho, Maria Selma de Carvalho e José Murilo de Carvalho no início dos anos 2000.

A iniciativa de organizar uma obra com os contos narrados pela Cecília foi uma iniciativa de Maria Selma de Carvalho que teve a sagacidade de gravar os contos narrados por Cecília em algum momento, provavelmente, na década de 1970.²⁷⁹ De acordo com a organizadora da obra, as gravações ficaram guardadas até o início dos anos 2000 quando houve a iniciativa de organizar a obra *Histórias que Cecília contava*. Aqueles contos que não foram gravados na voz da Cecília foram recontados por sua sobrinha, Maria das Dores Alves, e contribuem para a composição da obra.

Com o auxílio dos irmãos José Murilo de Carvalho e Ana Emília de Carvalho, a obra *Histórias que Cecília contava* se tornou suporte dos contos narrados por Cecília e de um rico aporte historiográfico sobre a trajetória dela e de seus familiares desde os tempos do cativeiro até pelo menos o final do século XX.²⁸⁰ Esse aporte historiográfico é, ao lado das fontes orais, a principal fonte deste estudo e também serve para a principal problemática que me guiou até aqui.

Inicialmente, a indagação que norteava este estudo era a tentativa de compreender o porquê de Cecília ter permanecido durante quase toda a sua vida na Fazenda Santa Cruz. Respondida essa pergunta, meu questionamento se voltou para a tentativa de entender as estratégias de inserção social adotadas por Cecília em meio à realidade que se desenhou para os negros após a Abolição. Essa discussão ganhou corpo ao longo do capítulo 3 deste trabalho.

²⁷⁸ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 14.

²⁷⁹ CARVALHO, José Murilo de. Convite ao professor Dr. José Murilo de Carvalho. E-mail enviado a Daniele Michael Trindade Neves. 13 de junho de 2023. Disponível em: <[Convite ao professor Dr. José Murilo de Carvalho - danieleneves1793@gmail.com - Gmail \(google.com\)](mailto:Convite%20ao%20professor%20Dr.%20Jos%C3%A9%20Murilo%20de%20Carvalho%20-%20danieleneves1793@gmail.com)>.

²⁸⁰ *Ibid.*

Após muita resistência, por questões elencadas ao longo do capítulo 1, procurei o professor – como fez questão de ser chamado – José Murilo de Carvalho, na tentativa de tentar compreender aquilo que era entendido por ele como uma transição sem traumas. Infelizmente, o professor doutor José Murilo de Carvalho faleceu em meio ao momento em que estávamos em contato para que essa conversa pudesse acontecer.

Porém, em breve troca de e-mails, muito enriquecedora para esta pesquisa, o historiador disse que ao afirmar que houve uma transição sem traumas não desconsiderou a manutenção das relações hierárquicas. Considerou a forma como seus avôs, proprietários da Fazenda Santa Cruz, tratavam amigavelmente os trabalhadores de compadres e comadres. Nas palavras do autor, “contam que um dos trabalhadores, meio doido, xingou meu avô de tudo quanto é nome sem que houvesse reação”.²⁸¹

5.2 Movimentos de libertos e seus descendentes rumo à afirmação da liberdade

O trecho trazido pelo historiador José Murilo de Carvalho, no qual afirma que “contam que um dos trabalhadores, meio doido, xingou meu avô de tudo quanto é nome sem que houvesse reação”, pode ser entendido como um dos muitos movimentos dos libertos e seus descendentes rumo à afirmação da liberdade.

Decerto, a resposta não foi dada sem motivo. E foi marcante o suficiente para se manter viva na memória senhorial. Em outras palavras, atitudes como esta nos mostram que por mais que o poder moral dos senhores tenha encontrado mecanismos para se manter ao longo do tempo, não permaneceu inalterado.

Uma das frases ditas a mim durante as entrevistas realizadas para a composição da dissertação deixa isso muito claro. Um depoente, ao narrar uma conversa com um grande mandatário local, contou que, ao ser indagado sobre a razão de não ter ido trabalhar, respondeu que não morava de agregado e, por isso trabalhava para quem quisesse.

Optei por não citar em qual das entrevistas esse diálogo aconteceu, porque a estratégia de sobrevivência dos meus antepassados foi adotar estratégias de inserção social reconhecendo o poder moral dos antigos senhores que, em certa medida, foi conservado pelos seus descendentes ao longo do século XX. Dar nomes aos envolvidos em uma diálogo em que o enfrentamento deste poder moral é claro pode gerar algum desconforto. E não cabe a mim fazer isto.

²⁸¹ CARVALHO, ref. 270.

Ao que tudo indica, a conversa teve fim com essa resposta. As relações se mantiveram como antes. Não houve uma ruptura entre as partes a partir daquela resposta. Mas, naquele momento, houve a afirmação da liberdade por um lado e a percepção da limitação do poder sobre os corpos negros do outro.

Escolher a quem servir também era uma forma de afirmação da liberdade, o que não parece ter sido tarefa fácil para os negros mesmo após a Abolição. De acordo com Walter Fraga, “muitos conflitos foram desencadeados no momento em que antigos senhores ou seus parentes tentaram controlar ou disciplinar a conduta dos antigos cativos”.²⁸²

Ainda de acordo com o autor, tendo em conta o imediato pós-Abolição no Recôncavo Baiano:

(...) ao afirmar o *status* de livres, muitos passaram a expressar-se numa linguagem que os ex-senhores consideraram “atrevida” e “insolente”. Naqueles dias, palavras e atos facilmente ultrapassaram os limites do que os ex-senhores entendiam como etiquetas de respeito e deferência. Poucos senhores guardam daqueles momentos amargas recordações da maneira como seus antigos cativos passaram a se comportar.²⁸³

Ainda considerando o que é posto pelo historiador Walter Fraga, reações como essas nos levam a pensar no quanto permaneceram inalteradas as relações entre antigos senhores e ex-escravizados e, mais tarde, entre os descendentes de ambas as partes. Tendo em conta uma situação semelhante à mencionada por José Murilo de Carvalho, o historiador Walter Fraga, ao examinar as primeiras décadas após a Abolição no Recôncavo Baiano, sublinhou o seguinte: “o que antes poderia ensejar uma reprimenda verbal, ou alguma forma de castigo, acabou em riso de parte a parte”.²⁸⁴

No caso citado por José Murilo de Carvalho, sequer houve reação. Mas, isso não significa que o patrão tenha acolhido de bom grado a resposta insolente do empregado. Enquanto isso, a resposta do empregado, ao que tudo indica, caminhou no sentido de afirmação da sua liberdade. A necessidade de afirmar a sua liberdade, com certeza, foi uma reação a uma ação que a colocava em xeque.

De acordo com o historiador Walter Fraga, “a experiência da escravidão e as expectativas de liberdade foram decisivas para os libertos definirem os limites que julgavam condizentes com a nova condição”.²⁸⁵

Tendo em conta a condição dos libertos que optaram por continuar nas proximidades de seus antigos cativeiros, Walter Fraga apontou que, “possivelmente, um dos grandes

²⁸² FRAGA, ref. 15, p. 254.

²⁸³ *Ibid.*, p. 125.

²⁸⁴ *Ibid.*, p. 127.

²⁸⁵ *Ibid.*, p. 228.

desafios para ex-escravos que permaneceram nas propriedades foi lutar contra a continuidade de padrões de domínio praticados durante o cativeiro”.²⁸⁶

A partir do que é posto por Walter Fraga, as reações dos libertos e, mais tarde, de seus descendentes diante dos desmandos dos antigos senhores e, depois, de seus descendentes “foram maneiras de mostrar que os rumos de sua vida já não eram ditados pelos desígnios e pelas vontades dos ex-senhores”.²⁸⁷

Ao mesmo tempo em que os libertos e, mais tarde, seus descendentes caminharam do sentido de afirmar a sua liberdade, também tomaram como base os direitos costumeiros adquiridos durante os tempos do cativeiro para as escolhas dos libertos no pós-Abolição e, decerto, constituíram valores que foram transmitidos ao longo de gerações.

Terra, família, redes de solidariedade horizontais e verticais são alguns dos exemplos dos direitos costumeiros adquiridos durante os tempos do cativeiro que nortearam as escolhas dos libertos no pós-Abolição.

Por mais que em Piedade do Rio Grande não tenha acontecido uma ruptura abrupta entre os antigos senhores, libertos e seus descendentes, não devemos nos ater a crença de que as relações permaneceram inalteradas. Em consonância com o que é posto pelos historiador Walter Fraga, “a permanência nas propriedades não deve ser desligada do processo de redefinição de estratégias de luta pela ampliação de espaços próprios e das expectativas em relação à nova condição”.²⁸⁸

Os libertos que se fixaram em propriedades próximas ao seus antigos cativeiros agiram dessa forma porque conseguiram ali recursos que viabilizaram seus projetos de liberdade.

De acordo com o historiador Walter Fraga:

Os recursos materiais e simbólicos que puderam acumular ao longo da vida escrava foram importantes fatores de fixação. Por meio deles, os libertos puderam assegurar a sobrevivência e, quem sabe, alimentar esperanças de abrir outras opções dentro e fora das localidades onde viviam. Por isso, a decisão de permanecer atendeu a uma lógica diferente da que foi traçada pelos antigos senhores.²⁸⁹

A importância das redes de solidariedade estão tão presentes em nossa formação que me recordo que em 2010, quando meu pai faleceu, morávamos em Barbacena, uma cidade que fica a cerca de 80 km de Piedade do Rio Grande, onde residia toda a minha família paterna. Meu pai era o apoio da minha mãe na cidade. Logo que ele faleceu, houve um esforço coletivo da minha família materna para o retorno da minha mãe, e junto a minha irmã

²⁸⁶ *Ibid.*, p. 249.

²⁸⁷ *Ibid.*

²⁸⁸ *Ibid.*, p. 248.

²⁸⁹ *Ibid.*, p. 247-248.

e eu, para Piedade do Rio Grande. O esforço para isso era claro. Com duas filhas, que na época ainda eram pequenas, e recém viúva, minha mãe precisava de uma rede de solidariedade que há tempos vinha sendo construída e mantida em Piedade do Rio Grande.

Ao menos é isso que circula muito em meio a minha família. Aqueles que permanecem em Piedade do Rio Grande até hoje, sobretudo os mais velhos, vivenciaram o pacto paternalista, ou seja, a ideia de que é mais vantajoso permanecer por aqui, onde ainda usufruímos de extensas redes de solidariedade e de um nome que nos permite, por exemplo, comprar fiado em qualquer lugar da cidade, do que migrar e correr o risco de vivenciar privações do ponto de vista material. Cabe apontar, quando se trata de privações, que em nenhum momento há referências a grandes coisas, e sim, a condições mínimas de sobrevivência como acesso à alimentação, saúde etc.

Além da possibilidade de usufruir das extensas redes de solidariedade formadas e perpetuadas ao longo do tempo, a ordem social que se desenhou no Brasil também pode ter contribuído, acredito que até em menor grau, para a permanência dos libertos em espaços no quais podiam usufruir de redes de solidariedade e da proteção dos antigos senhores.

Ainda que não estivessem inscritos em uma cenário no qual imperavam debates sobre a Abolição, provavelmente os nascidos livres, libertos e seus descendentes tinham notícia daquilo que era debatido na Corte através dos tropeiros. Tendo isto em conta, a realidade daqueles que estavam inscritos em redes de solidariedade verticais e horizontais acabava sendo mais amena por poderem contar com o auxílio e a proteção dos mandatários locais.

Tendo em conta o pós-Abolição no Recôncavo Baiano, o historiador Walter Fraga assinala o seguinte:

(...) houve senhores que buscaram negociar condições para que os antigos escravos permanecessem nos engenhos. Ao empenhar-se em formar dependentes, buscaram manter algum controle sobre a força de trabalho emergente da escravidão. Não por acaso, os ex-senhores continuaram a cultivar a imagem de “protetores” dos antigos cativos e seus descendentes. É por isso que alguns elementos da simbologia do poder e da autoridade senhorial puderam sobreviver ao fim escravidão.²⁹⁰

Em Piedade do Rio Grande, os antigos senhores e, mais tarde, seus descendentes continuaram tendo grande ascendência moral sobre aqueles que moravam e trabalhavam em suas terras. Nas palavras do historiador Walter Fraga, “(...) no período que estamos estudando, muitos ex-senhores continuaram a representar figuras proeminentes no cotidiano dos ex-escravos e seus descendentes”.²⁹¹

²⁹⁰ FRAGA, ref. 15, p. 249.

²⁹¹ *Ibid.*, p. 250.

Entre aqueles que nasceram por volta da década de 1940, como é o caso da minha avó Esperança, ainda é comum ouvir histórias em que proprietários de terras locais representam figuras proeminentes em seu cotidiano. A esse respeito, o historiador Walter Fraga expõe o seguinte:

colocar-se na condição de “protegido” do poderoso ex-senhor poderia ser uma estratégia para movimentar-se no mundo dos brancos. A relação de dependência com o ex-senhor foi o preço que muitos pagaram para continuar a ter acesso a um pedaço de terra para sobreviver e sustentar a família.²⁹²

Cabe apontar que, após a Abolição, se multiplicavam leis de repressão à vadiagem que, de acordo com o historiador Walter Fraga, tinham como intuito “controlar e limitar a liberdade dos egressos da escravidão de escolher onde e quando trabalhar e de circular em busca de outras opções de sobrevivência”.²⁹³

Entre os fatores que contribuíram para a permanência dos libertos em áreas próximas aos antigos cativeiros, Walter Fraga destaca:

(...) depois do fim do cativo, intensificaram-se a repressão policial e o preconceito em relação aos indivíduos egressos da escravidão. Um ex-escravo distante de sua localidade de origem podia ser considerado forasteiro e, facilmente, preso como “suspeito” ou vagabundo. Havia ainda a suposição generalizada de que o liberto era um criminoso em potencial.²⁹⁴

Indo ao encontro daquilo que tem sido discutido pela historiografia sobre o tema, acredito que, juntos, os fatores mencionados foram determinantes para a escolha dos caminhos trilhados pelos libertos após a Abolição.

Sem contar que, analisando o contexto sob a luz daquilo que é posto por Hebe Mattos e levando em consideração que os tropeiros podem ter sido uma importante fonte de informação para os cativos sobre aquilo que acontecia na Corte, “os últimos cativos souberam aproveitar-se desse quadro (...) influenciando diretamente nas formas adotadas pelas novas relações de trabalho nas fazendas em que se fixaram”.²⁹⁵ Os recursos simbólicos angariados pelos escravizados foram transmitidos ao longo das gerações, chegando até Cecília e, em certa medida, sobrevivendo até os dias atuais.

Os contratos de trabalho a meia e a terça talvez sejam o principal exemplo disto. Os contratos à meia e à terça iam ao encontro dos projetos de liberdade construídos ao longo da vigência do sistema escravista e após a Abolição.²⁹⁶ Um dos anseios dos libertos era conseguir acesso à terra, uma vez que isto lhes conferia certa autonomia, até mesmo sobre o ritmo de

²⁹² FRAGA, ref. 15, p. 251.

²⁹³ *Ibid.*, p. 153.

²⁹⁴ *Ibid.*, p. 247.

²⁹⁵ CASTRO, ref. 15, p. 338.

²⁹⁶ RIOS, ref. 15.

trabalho. Os contratos de parceria à meia e à terça permitiam o acesso costumeiro à terra. Por mais que os libertos não fossem donos das terras em que plantavam, eram donos das roças, onde podiam cultivar roças de subsistência, dentro do seu ritmo de trabalho, desde que a metade ou a terça parte fosse entregue ao proprietário da terra.

Tendo em conta a realidade que se desenhou em Piedade do Rio Grande, o historiador José Murilo de Carvalho, além de afirmar que houve uma transição sem traumas, apontou que “o salário muitas vezes era substituído por contratos de parceria à meia e à terça, por trocas e por serviços, como a moagem de milho. Esse sistema sobreviveu sem alterações até 50 anos após a Abolição”.²⁹⁷ Os libertos e, mais tarde, seus descendentes chegavam a plantar roças em mais de uma propriedade.

Os familiares de Cecília fixaram residência em áreas próximas às terras dos grandes mandatários locais. Isso facilitava que circulassem prestando serviço nestas propriedades. Além das roças, onde conseguiam acesso costumeiro à terra através dos contratos de parceria à meia e à terça, também costumavam trabalhar por dia, ou por tarefa, em propriedades mais distantes ou em serviços que não estavam atrelados às suas roças. Em um primeiro momento, ao que tudo indica, a remuneração por estes serviços era dada em gêneros de subsistência, sobretudo aqueles que não eram cultivados em suas roças.

Por mais que a ausência de salário tenha sido uma prática normalizada entre os egressos do cativo, é importante ter em conta que esta prática limitava as possibilidades de circulação da população negra e, deste modo, contribuía para a construção e a manutenção de relações de dependência com os proprietários de terras locais.

Foi a partir da indagação de um parente de fora sobre o salário recebido pelo exercício dessas atividades que a remuneração parece ter sido substituída por dinheiro.

Como apontado pela historiadora Ana Lugão, esse tipo de contrato de trabalho parece ter sido comum em várias partes do sudeste após a Abolição. A partir do que é posto pela autora, somos levados a crer que existiam elementos mais caros aos egressos do cativo que o dinheiro, tal como o acesso costumeiro à terra e o controle do próprio ritmo de trabalho. Cabe apontar que o acesso à terra estava intrinsecamente ligado à formação e à manutenção de famílias tanto nos tempos do cativo quanto no pós-Abolição.

Em outras palavras, os contratos à meia e à terça, além de irem ao encontro dos anseios dos libertos, também foram responsáveis por garantir o acesso à mão de obra por parte dos antigos senhores e a estabilidade econômica da região.

²⁹⁷ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 14.

Ao mesmo tempo em que esse tipo de contrato ia ao encontro dos anseios dos libertos, garantia a manutenção do acesso à mão de obra pelos proprietários de terra. Acredito que o fato da economia da região ser orientada para a produção de gêneros voltados ao abastecimento foi decisiva para o sucesso das relações entre libertos e ex-senhores e, mais tarde, seus descendentes. Isto porque os anseios dos libertos iam ao encontro da necessidade dos antigos senhores.

A população negra carregou a construção do Brasil nas costas e, não seria diferente em Piedade do Rio Grande.

Como posto pelo historiador José Murilo de Carvalho, “desde o início até hoje, Piedade tem sido uma região de pecuária e agricultura, produtora de leite, queijo, manteiga, arroz, feijão, milho, vendidos para o mercado do Rio de Janeiro”.²⁹⁸ Decerto, um dos pontos que permitiu a manutenção do mesmo eixo econômico desde a origem até os dias atuais, leia-se início dos anos 2000, foi a possibilidade de continuar usufruindo de mão de obra com custos baixíssimos. Percebem como é um processo que se retroalimenta? A demanda dos proprietários de terras por mão de obra ia ao encontro dos projetos de liberdade gestados pelos libertos desde os tempos do cativo e transmitidos a seus pares ao longo de gerações. As peças se encaixaram como em um casamento perfeito. Mas, existem casamentos perfeitos?

5.3 Reinvenção do poder moral dos senhores após a Abolição

A liberdade ampliou o espaço de negociação dos libertos e, na medida em que ampliou o espaço de negociação dos libertos, limitou o poder moral dos senhores. Por mais que as iniciativas dos libertos e dos seus descendentes não tenham minado imediatamente o poder moral dos senhores, ao menos as limitaram ao longo da escravidão e por todo o século XX.

De acordo com Walter Fraga, “nas últimas décadas do século XIX, houve uma tendência crescente à transgressão escrava em várias regiões do país. Esses trabalhos demonstram que as iniciativas escravas foram decisivas para minar as bases do domínio escravista”.²⁹⁹

Enquanto isso, os senhores do Recôncavo vivenciaram traumas “ao serem privados dos serviços e das comodidades proporcionadas pela posse de escravos e escravas”.³⁰⁰ Em

²⁹⁸ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1, p. 14.

²⁹⁹ FRAGA, ref. 15, p. 81.

³⁰⁰ *Ibid.*, 2014.

certa medida, em Piedade do Rio Grande, os antigos senhores também vivenciaram traumas ao terem que se silenciar diante da resposta insolente de seus funcionários.

Sem contar que é possível que os antigos senhores tenham se sentido lesados quando a Abolição veio sem trazer consigo a indenização tão esperada por aqueles que se mantiveram apegados à instituição escravista até seu último suspiro.

Somado a isso, Piedade do Rio Grande não foi um chamariz para mão de obra imigrante. Ao que tudo indica, o oeste paulista foi um chamariz para mão de obra imigrante, com certeza, por ser o carro-chefe da economia brasileira na época e, ao que tudo indica, foi apenas nesta região que a entrada de imigrantes foi suficiente para substituir a mão de obra negra. Apesar de estar integrada à economia nacional a partir das atividades voltadas para o abastecimento, Piedade do Rio Grande não era uma área de produção voltada para a exportação. Por isso, não tinha proeminência política tampouco econômica para atrair imigrantes.

Desse modo, a escassez de mão de obra vinha sendo um desafio para os produtores locais desde a proibição do tráfico atlântico. A historiadora Livia Monteiro apontou para isso em um trecho da sua tese. De acordo com autora, em meio as suas pesquisas no inventário do alferes Antônio José Monteiro [proprietário da Fazenda do Ribeirão], foi localizada uma carta datada de 1876, a partir da qual a autora pode investigar pequenos rastros que indicam uma “crise” do escravismo na região.³⁰¹

Isso fez com que os antigos senhores e, mais tarde, seus descendentes dependessem dos egressos do cativeiro e, depois, dos seus descendentes como mão de obra em seus empreendimentos agrícolas.

A partir da análise do romance *Leticia*, que trata os impactos da Abolição para os antigos senhores do Recôncavo baiano, o historiador Walter Fraga mostrou “a existência de posicionamentos e estratégias diferentes entre ex-senhores quanto à forma de lidar com os ex-escravos”.³⁰² Enquanto uns se posicionaram enquanto bons senhores, outros optaram por se posicionar como maus senhores.

Em Piedade do Rio Grande, ao que tudo indica, mesmo em meio às memórias traumáticas, prevaleceram aqueles que se posicionaram como bons senhores. Aliado a outros fatores, o posicionamento parece ter sido um sucesso pelo menos ao longo de todo o século XX.

³⁰¹ MONTEIRO, ref. 88, p. 120.

³⁰² FRAGA, ref. 15, p. 132.

É importante deixar claro que essa bondade não tinha como intuito tornar a realidade dos egressos do cativo mais amena. Isto aconteceu em decorrência da iniciativa dos próprios libertos e dos seus descendentes e a partir das possibilidades que se desenharam em seu horizonte. A bondade, por assim dizer, dos antigos senhores e, mais tarde, dos seus descendentes tinha como intuito garantir a manutenção do acesso à mão de obra que serviria aos empreendimentos agrícolas dos antigos senhores.

Acredito que, enquanto em outros espaços a ruptura entre ex-senhores e libertos foi abrupta, por uma série de fatores, em Piedade do Rio Grande, essa ruptura caminhou lentamente ao longo de todo o século XX.

À primeira vista, a Abolição da escravidão não gerou grandes impactos em Piedade do Rio Grande. Decerto, é neste ponto que reside a afirmação do historiador José Murilo de Carvalho. Não há sequer indícios de que a Abolição tenha sido festejada por aqueles que ainda se encontravam na condição de cativos na região. Provavelmente, a vida seguiu sem grandes mudanças em relação àquilo com o que já se estava acostumado.

Ao aprofundarmos o olhar, conseguimos perceber que, por maiores que tenham sido as permanências, as relações estabelecidas entre ex-senhores e libertos não permaneceram inalteradas.

Acredito que o medo da falta de braços dispostos aos trabalhos em seus empreendimentos agrícolas não deixou de assombrar os ex-senhores em Piedade do Rio Grande. O medo logo deu lugar a estratégias de inserção social diante da nova conjuntura do país. Como posto, a Abolição ampliou o espaço de negociação dos libertos.

Em Piedade, uma série de fatores, discutidos ao longo dos capítulos 2 e 3, limitaram a possibilidade de escolha dos antigos senhores e dos egressos do cativo.

A concessão de lotes de terras para a produção de subsistência foi uma das alternativas adotadas por proprietários de terras no Recôncavo Baiano, onde o problema da mão de obra se fez presente nas últimas décadas da vigência do sistema escravista e após a Abolição.³⁰³ Tal alternativa também foi adotada pelos ex-senhores de Piedade do Rio Grande. Mas, isso não significa que o fizeram de bom grado. Quando analisamos os contratos de parceria à meia e à terça sob a luz do que é posto pela historiadora Hebe Mattos, percebemos que, para os senhores, isto era muito mais um mal necessário que uma escolha satisfatória.

Ao longo de séculos, proprietários de escravizados construíram e sedimentaram seu poder moral. Na época da Abolição, isso estava consolidado. Ainda assim, ex-senhores

³⁰³ FRAGA, ref. 15, p. 228-238.

tiveram que reinventar suas estratégias para garantir o domínio senhorial diante do espaço de negociação dos libertos que havia se ampliado com o fim da escravidão.

O poder moral dos antigos senhores não permaneceu inalterado. Tampouco, o lugar social ocupado pelos libertos e seus descendentes. Como vem sendo posto incessantemente ao longo deste trabalho, por mais que tenha sido um terreno de incertezas, a Abolição também foi um terreno de possibilidades³⁰⁴ que libertos e seus descendentes souberam usar para concretizar seus projetos. Os contratos à meia e à terça estabelecidos entre a população negra da região e os proprietários de terras locais são um bom exemplo disso.

Ao analisar a Fazenda Três Barras, de propriedade de Alves Brito, no norte fluminense, Hebe Mattos assinalou que “o sistema de parceria adotado em sua fazenda não o entusiasmava nem mesmo no que se refere aos colonos europeus, especialmente pela perda de influência do proprietário sobre o ritmo e as propriedades da produção”.³⁰⁵ A perda da prerrogativa sobre o controle do ritmo de trabalho e da produção, com certeza, não foi vista com bons olhos pelos antigos senhores.

Tendo em conta o norte fluminense, Hebe Mattos apontou que “não faltavam jornaleiros assalariados, mas estes saíam ainda mais caros, aos níveis de salários então vigentes, do que os meeiros e, principalmente, mais incertos”.³⁰⁶ Mas, não há indícios de grande disponibilidade de jornaleiros assalariados em Piedade do Rio Grande. Ainda assim, acredito que os proprietários de terras locais não teriam condições de manter o funcionamento de seus empreendimentos agrícolas caso tivessem que empregar mão de obra assalariada.

A proximidade existente entre senhores e cativos e, posteriormente, entre ex-senhores e libertos e, ao longo do tempo, descendentes de ambas as partes, associada à exclusão social dos corpos negros promovida pelo poder público, com certeza, contribuíram para que o poder moral dos senhores – elemento que garantiu a manutenção do sistema escravista – não fosse aniquilado com a Abolição na região de Piedade do Rio Grande.

Ainda assim, os antigos senhores e, mais tarde, seus descendentes sabiam que o espaço de negociação dos libertos havia se ampliado. Por exemplo, a necessidade dos antigos senhores em reagir não mais com castigos – alternativa possível anteriormente – e sim com risos às respostas dos ex-cativos pode ser vista como um sintoma da perda gradativa do poder moral dos senhores. Além disso, esse aspecto nos permite perceber o caráter traumático da Abolição da escravidão para os antigos senhores que passaram a ser obrigados a negociar com

³⁰⁴ WEIMER, ref. 158.

³⁰⁵ CASTRO, ref. 15, p. 302.

³⁰⁶ *Ibid.*, p. 303.

seus antigos cativos, sobretudo, para garantir acesso à mão de obra em seus empreendimentos agrícolas.

Diante desse cenário, ao mesmo tempo em que ex-cativos tiveram que adotar estratégias de inserção social em meio à nova ordem, ex-senhores precisaram buscar novas formas de garantir acesso à mão de obra mesmo estando no topo de uma sociedade pautada em relações hierárquicas.

Com a Abolição, os antigos senhores tiveram que reinventar suas estratégias para garantir a prerrogativa senhorial e levar em consideração que, a partir da Abolição, o espaço de negociação dos negros havia sido ampliado.

A Abolição tornou possível que a qualquer momento libertos e nascidos livres se negassem ao trabalho ou escolhessem trabalhar para a outro. Em um ambiente em que o acesso à mão de obra era limitado aos egressos do cativeiro, proprietários de terra tiveram que silenciar ou até mesmo sorrir diante do que, outrora, teria sido visto como indolência e, conseqüentemente, alvo de castigo.

De acordo com Walter Fraga, “não foi pequeno o embaraço experimentado por muitos senhores ao verem-se obrigados a negociar condições de trabalho livre com homens e mulheres que lhe haviam servido como cativos”.³⁰⁷ Tendo isso em conta, do ponto de vista dos antigos senhores, a Abolição da escravatura ocorreu de forma traumática”.³⁰⁸

Ao que tudo indica, ter que se reinventar pode ter sido traumático para os antigos senhores. Para as gerações posteriores pode até ser que não. Porque já encontraram um cenário em que negros tinham maior autonomia diante dos mandos e desmandos dos patrões. Mas, sobretudo, para a primeira geração de senhores que vivenciou o pós-Abolição, o processo deve ter sido demasiadamente doloroso, por assim dizer.

5.4 Teria, de fato, sido uma “transição sem traumas”?

Como vem sendo discutido ao longo deste estudo, a organização dos plantéis na região que corresponde a Piedade do Rio Grande, de fato, contribuiu para que houvesse uma proximidade entre senhores e escravizados durante o período escravista e, mais tarde, entre libertos e ex-senhores e, posteriormente, entre patrões e empregados.³⁰⁹ Essa proximidade foi essencial para a manutenção das relações entre as partes ao longo do tempo porque permitiu

³⁰⁷ FRAGA, ref. 15, p. 213.

³⁰⁸ *Ibid.*, p. 127

³⁰⁹ CARVALHO, ref. 124, p. 10.

que cada qual conhecesse os anseios do outro e fizesse uso disto para alcançar seus objetivos. Em outras palavras, essa proximidade foi um dos pilares sobre o qual foram construídas as estratégias de inserção social adotadas por ex-senhores e libertos, sobretudo, após a Abolição.

No entanto, essa proximidade e/ou permanência não é sinônimo da existência de uma relação sem traumas. Muito pelo contrário, tanto uma quanto outra são sintomas de uma sociedade adoecida pelo racismo que sujeita, cotidianamente, corpos negros a diferentes formas de dominação.

Ao contrário do que ocorreu em outros espaços em que a violência entre senhores e libertos e entre patrões e empregados ou meeiros chegou às vias de fato, em Piedade do Rio Grande, esses conflitos existiram no campo simbólico e, portanto, muitas vezes passaram despercebidos, pelo menos para o observador externo ou para quem estava no topo da hierarquia e, na maioria das vezes, era o algoz e não a vítima da violência.

Acredito que Piedade do Rio Grande oferecia poucos recursos para que os antigos cativos acessassem condições de sobrevivência sem estarem submetidos às relações de dependência com os antigos senhores. Até os dias atuais, as principais fontes de trabalho na região estão atreladas à lavoura e à criação de gado. Com certeza, isto também contribuiu para que egressos do cativo e seus descendentes optassem por permanecer próximos aos antigos cativos.

Não há indícios do desenvolvimento de atividades que pudessem absorver a mão de obra egressa do cativo na região. Ao que tudo indica, além das atividades na lavoura, o serviço doméstico nas grandes fazendas da região absorveram a mão de obra daqueles que optaram por permanecer em comunidades como o Cruzeiro do Rio Grande (ou Desbarrancado).

De acordo com o historiador Walter Fraga, ao tratar a permanência de egressos do cativo em engenhos no Recôncavo Baiano, essa permanência não ocorreu por conta da fidelidade aos ex-senhores. Segundo o autor, “para alguns, a permanência no engenho representou a possibilidade de garantir a posse de alguns bens e direitos que duramente conseguiram acumular durante a escravidão”.³¹⁰

Levando em consideração as mazelas narradas a mim pela minha família, também não considero que a parceria tenha dado bons lucros para os parceiros que nelas trabalhavam. Porque, se tivessem dado bons lucros, acredito que as memórias de miséria não seriam tão frequentes. Nas palavras do historiador Walter Fraga, “grande parte dos recursos produtivos

³¹⁰ FRAGA, ref. 15, p. 268.

continuou concentrada nas mãos dos ex-senhores e o acesso à terra se vinculava em grande medida às relações de dependência”.³¹¹

Os contratos de parceria à meia e à terça adotados em Piedade do Rio Grande vão ao encontro daquilo que a historiografia aponta como os projetos de liberdade construídos ao longo dos tempos do cativo.³¹² Ao mesmo tempo, em meio às narrativas, principalmente da minha avó Esperança e do João Bosco, percebemos que estes contratos foram firmados por conta de uma escassez de recursos, sobretudo, propriedade de terra, que impediu que os egressos do cativo e seus descendentes pudessem produzir sem o intermédio dos grandes mandatários locais.³¹³

Com isso, somos levados a crer que “os ex-escravos continuaram a trabalhar para os antigos donos, ou para fazendeiros vizinhos”³¹⁴ porque isso era um mal necessário e não porque havia uma relação harmônica ou uma ausência de traumas entre as partes.

Em outras palavras, a Abolição ampliou o espaço de negociação dos libertos. Ainda assim, foram mantidas relações hierárquicas nas quais os egressos do cativo estavam em posição de desvantagem. Por mais que estas relações não tenham permanecido inalteradas, e tenham sofrido alterações de maior porte nos últimos 40 anos, os descendentes dos seres humanos outrora escravizados ainda estão na base destas relações hierárquicas.

A transição, termo utilizado pelo historiador José Murilo de Carvalho, foi ainda mais traumática para aqueles que optaram por migrar imediatamente após a Abolição.

Ao menos do ponto de vista material, por maiores que tenham sido as mazelas daqueles que optaram por permanecer próximos aos seus antigos cativos, aqueles que protagonizaram o campesinato itinerante, com certeza, vivenciaram muito mais privações que aqueles que escolheram permanecer próximos aos seus antigos cativos.

Portanto, a manutenção das relações entre ex-senhores e egressos do cativo não é sinônimo de uma transição sem traumas e, sim, a resposta às necessidades imediatas de ambas as partes. Tanto que, conforme se desenharam novas possibilidades no horizonte de expectativas dos egressos do cativo e, principalmente, de seus descendentes, diversas ondas migratórias partiram da região de Piedade do Rio Grande.

O historiador José Murilo de Carvalho apontou para isto ao afirmar que, “(...) a partir da década de 1940, a nova geração de descendentes de escravos começou a emigrar,

³¹¹ *Ibid.*, p. 237.

³¹² CASTRO; RIOS, ref. 12.

³¹³ Maria Esperança de Jesus e João Bosco do Nascimento em entrevista concedida a Daniele Neves, na comunidade do Desbarrancado, Piedade do Rio Grande/MG em 19/09/2020.

³¹⁴ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emilia de (org.), ref. 1, p. 14.

inicialmente para Volta Redonda, atraído pela construção da Companhia Siderúrgica Nacional, depois para São Paulo”.³¹⁵

À medida que egressos do cativeiro e seus descendentes passaram a vislumbrar possibilidades de existência que não estavam atreladas ao poder moral dos senhores, gradativamente, estas relações foram sendo rompidas.

Além da criação de oportunidades de emprego criadas por Vargas e amparadas pela legislação trabalhista, que tornaram áreas como Volta Redonda atrativas, sobretudo para a segunda geração nascida após a Abolição, há também a possibilidade de que nem todos desta geração tenham conseguido acesso costumeiro à terra através dos contratos de parceria à meia e à terça.

Vale apontar que, por mais que a legislação trabalhista criada na Era Vargas não tenha se estendido aos trabalhadores rurais, tornou o espaço das cidades mais convidativo para eles. Logo, mesmo indiretamente, a criação da legislação trabalhista e o investimento na industrialização do país causaram alterações nas zonas rurais.

Ao longo do século XX, as relações entre os antigos senhores, libertos e descendentes de ambos foram se desmantelando. Acredito que isto está atrelado a uma série de fatores, especialmente, à criação de leis e políticas públicas que limitam o poder dos patrões sobre os corpos negros e visam promover a inserção social da população negra do país.

Reitero o que foi posto acima, à medida que estas relações foram sendo rompidas, podemos afirmar que o que houve não foi uma ausência de traumas, e sim, uma resposta às necessidades imediatas de cada uma das partes envolvidas na relação em meio a uma estrutura que colocou os corpos negros às margens da sociedade e, por isso, tiveram que recorrer aos referências simbólicos que conheciam para garantir sua inserção social.

Caso realmente tivessem sido marcadas pela ausência de traumas, a parte menos favorecida nestas relações não teria ido em busca de outras alternativas de sobrevivência sempre que lhe foi possível.

³¹⁵ *Ibid.*, p. 14.

6 Conclusão

Se nos atermos a um olhar superficial sobre a trajetória dos negros que permaneceram nas áreas próximas aos antigos cativeiros na comunidade do Cruzeiro do Rio Grande (ou Desbarrancado), em Piedade do Rio Grande/MG, tendemos a cair em uma armadilha que leva em consideração que as relações entre libertos, ex-senhores e, mais tarde, os descendentes de ambas as partes permaneceram inalteradas.

Tal como posto pelo historiador José Murilo de Carvalho, com a Abolição, os negros saíram das senzalas – se nelas ainda residiam – e se fixaram em terras próximas aos antigos cativeiros.

O fato dos egressos do cativeiro terem se fixado em áreas próximas aos antigos cativeiros, à primeira vista, traz a ideia de que tudo eram flores entre libertos e ex-senhores na região. No entanto, essas relações estão longe de terem sido completamente harmoniosas. Tanto os egressos do cativeiro quanto os antigos senhores, sobretudo em uma região que não foi um chamariz para a mão de obra imigrante, tiveram que se reinventar para garantir que seus anseios fossem concretizados diante da nova realidade que se desenhava à volta deles.

Os negros se pautaram em projetos de liberdade construídos ao longo dos tempos do cativeiro, como o acesso à terra, o controle do ritmo de trabalho e a manutenção das relações familiares para realizarem as escolhas dos caminhos trilhados após a Abolição. Por sua vez, os antigos senhores se apoiaram na necessidade de garantir acesso à mão de obra e de manter o lugar social que ocupavam nas tomadas de decisões após a Abolição.

Por mais que as mudanças possam ser imperceptíveis à primeira vista, ao contrário do que se pretendeu propor, as relações entre antigos senhores e ex-escravizados não permaneceram inalteradas com a Abolição.

Como podemos observar ao longo da análise da trajetória de Cecília, por mais que existissem flores, entendidas aqui como as relações afetivas estabelecidas entre Cecília e, sobretudo, as crianças a quem ela dispensou todo cuidado e atenção, os relacionamentos não deixaram de ser hierárquicos.

Acredito que, no que tange a Cecília, a hierarquia era ainda mais violenta no campo simbólico, por estar implícita em ações cotidianas. Isso pode ser visto, por exemplo, na tentativa de exercer a sua fé por meio das práticas de benzedura ou ao ser percebida apenas por conta das roupas limpas no varal.

Por mais que a manutenção de Cecília naquele espaço o tempo todo fosse atrelada às relações afetivas construídas por ela ali, quando olhadas mais a fundo, as relações afetivas foram construídas em decorrência das estratégias de inserção social adotadas por Cecília ao

longo da vida. E, apesar de terem sido fortalecidas, as relações afetivas não anularam a hierarquia existente entre Cecília e os seus patrões tampouco a exploração.

Por mais que, ao que tudo indica, fosse uma prática corriqueira, vale lembrar que Cecília, tal como tantos outros em diferentes ofícios, nunca teve salário.

Percebem como, muitas vezes, olhamos para os corpos negros apenas como uma mera extensão da sua relação com os brancos? Como já foi colocado ao longo deste estudo, não quero romper com isso, até porque muitas das fontes que temos disponíveis permitem apenas este tipo de análise.

No entanto, ao longo deste estudo, quis evidenciar que, por mais que estejam atrelados à branquitude, homens e mulheres negros têm seus próprios projetos e, muitas vezes sem perceberem, homens e mulheres brancos, proprietários de terras, serviram como ponte para concretização dos projetos de homens e mulheres negros. E, talvez por não perceberem, julgaram que estes projetos não existiam.

Tendo tudo isso em conta, cabe apontar também que a manutenção das relações entre egressos do cativeiros, ex-senhores e, mais tarde, patrões e empregados foi necessária por conta da construção da estrutura que se formou após a Abolição da escravidão e a proclamação da República. Além de não garantir formas de inserção social da população negra, tal estrutura criou leis de repressão à vadiagem, que, apesar de não fazerem menção à cor, tinham como alvo os corpos negros e, por isso, tornavam o ambiente urbano hostil para a população negra.

Passados mais de 130 anos da Abolição, pouca coisa mudou. A população negra do Brasil continua sendo o principal alvo das forças repressivas do Estado.

Além disso, o racismo também atua, muitas vezes de forma silenciosa, construindo e perpetuando um lugar de subalternidade para os corpos negros e sob o qual a branquitude se apoia. Por mais que, nas últimas décadas, tenha existido um esforço para trazer à esfera pública os debates sobre racismo e as formas de combatê-lo, os brasileiros ainda afirmam viver em uma nação onde não existe racismo e as mazelas às quais os negros são condenados são consequências das suas próprias escolhas e não de uma estrutura que atua na esfera afetiva, educacional, política, entre outras, para subalternizar corpos negros.

Em meio a esse cenário de exclusão social construído e legitimado pelo Estado em prol dos interesses da elite econômica e política nacional, bem mais do que uma convivência harmônica, ou uma transição sem traumas, a permanência de ex-escravizados e, mais tarde, de seus descendentes em áreas próximas aos antigos cativeiros representou uma estratégia de

inserção social, para concretizar seus projetos, dentro dos referenciais que já eram conhecidos, e recorrer à proteção dos mandatários locais caso fosse preciso.

A sociedade brasileira se estruturou de modo a relegar os corpos negros à condição de dependência. Porém, sobretudo nos últimos 40 anos, temos caminhado na contramão daquilo que a sociedade nos impõe. Ainda temos um longo caminho a trilhar, mas os primeiros passos foram dados.

Enfim, o que há não é uma transição sem trauma. Mas sim, a adoção de estratégias que buscam garantir que todos tenham seu lugar, até hoje não igualitário, na nova realidade.

E, como diria Cecília: “Era uma vaquinha chamada Vitória, acabou-se essa história!”³¹⁶

³¹⁶ CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.), ref. 1.

Referências

- ABREU, Martha. Diversidade cultural, reparação e direitos. *In*: LOBATO, Glauber (org.). **Educação e relações étnico-raciais**. Rio de Janeiro: CEAD; Niterói: UFF, 2015.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 15, p. 145-155, abr. 1997.
- _____; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- ARANTES, Sirleia Maria. **No rendilhado do cotidiano: a família dos libertos e seus descendentes em Minas Gerais (C. 1770 - C. 1850)**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.
- BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos pagu**. Campinas, n. 29, p. 91-109, 2007.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade (São João del-Rei – séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007.
- _____. **Venturas e desventuras do Capitão Prego e sua família: memórias de um congadeiro da região das Vertentes, Minas Gerais**. XII Encontro Regional Sudeste de História Oral, 2017.
- BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929 -1989**. Tradução: Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 49, n. 17, p. 117-132, 2003.
- KANDRATOVICH, José Itabyr Carvalho. **Uma família mineira: retratos sem retoque**. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.
- CARVALHO, José Jorge de. As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras. **Teoria e Pesquisa**, São Paulo, n. 42/43, p. 303-340, jan./jul. 2003.
- CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.). **Histórias que a Cecília contava**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. Laços de Família e direitos no final da escravidão. *In*: NOVAIS, Fernando A; ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 2 v. p. 337-384.
- _____; RIOS, Ana Maria Lugão. O pós-Abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun. 2004.

_____; _____. **Memórias do cativo**: família e cidadania no pós-Abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista. 3. ed. rev. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis**: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within**: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016.

CUNHA, Olívia Maria Gomes. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. *In*: _____. GOMES, Flávio dos Santos. **Quase-cidadão**: histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrivivência**: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

_____. **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras: riqueza e estigma social. **Tempo**, Niterói, n. 9, p. 65-92, jul. 2000.

FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, São Paulo, [s.n.], p. 223-244, 1984.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro – 1860-1910. Tradução: Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GUEDES, Roberto. A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade (Porto Feliz, SP, século XIX). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 35, p. 83-141, 2007.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-Abolição**: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora-MG, 1828-1928). São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

LORDE, Audre. As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. *In:* _____. **Irmã Outsider**. Tradução: Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 137-141.

MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da Abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: EDUSP, 1994.

MONTEIRO, Livia Nascimento. **“A Congada é do mundo e da raça negra”**: memórias da escravidão e da liberdade nas festas de Congada e Moçambique de Piedade do Rio Grande-MG (1873-2015). 2016. 265 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. *In:* _____ (org). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 15-38.

RIBEIRO, Devanir de Oliveira. **Canavial**: uma fazenda mineira. 1. ed. Piedade do Rio Grande, Minas Gerais: DME Editorial, 2022.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, Minas Gerais: Letramento, 2017.

RIOS, Ana Maria Lugão. **Família e transição**: famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

SANTOS, Elisiane; LOPES, Ludmila Reis Brito. **Não veio do céu nem das mãos de Isabel a liberdade**. Portal Geledés, 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nao-veio-do-ceu-nem-das-maos-de-isabel-a-liberdade/>. Acesso em: 10 out. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Denilson de Cássio. **O drama social da Abolição**: escravidão, liberdade, trabalho e cidadania em São João del-Rei (1871-1897). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2011.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações da família escrava – Brasil sudeste, século XIX. 2. ed. Corrigida. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

_____. As doações em testamento: o registro sistemático nos cartórios. *In:* VOGT, Carlos; FRY, Peter. **Cafundó**: A África no Brasil: linguagem e sociedade. 2. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

_____. **A economia moral da multidão inglesa do século XVIII**. Tradução: Frederico Ágoas e José Neves. Lisboa, Portugal: Antígona, 2008.

VOGT, Carlos; FRY, Peter. **Cafundó: A África no Brasil – linguagem e sociedade**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. A família dos ‘Inácios’: práticas de nomeação e memória da escravidão (litoral do Rio Grande do Sul, séculos XIX e XX). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 45, p. 19-41, set. 2020.

_____. **A gente da Felisberta**: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação. 2013. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

XAVIER, Giovana. Ciência de Mulheres Negras: um experimento de insubmissão. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1 (especial), p. 51-59, out. 2021.

_____. História Intelectual de Mulheres Negras: um novo “território existencial” historiográfico. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 349-365, 2022.

Fontes bibliográficas

CARVALHO, Maria Selma de; CARVALHO, José Murilo de; CARVALHO, Ana Emília de (org.). **Histórias que a Cecília contava**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

KANDRATOVICH, José Itabyr Carvalho. **Uma família mineira**: retratos sem retoque. 1. ed. Belo Horizonte, Minas Gerais: Fino Traço, 2014.

RIBEIRO, Devanir de Oliveira. **Canavial**: uma fazenda mineira. 1. ed. Piedade do Rio Grande, Minas Gerais: DME Editorial, 2022.

Relatos orais

Ana Lúcia da Silva Ribeiro em entrevista concedida a Daniele Neves através das plataformas Zoom e Google Meet em 03/10/2022.

João Bosco Nascimento em entrevista concedida a Daniele Neves, na comunidade do Desbarrancado, Piedade do Rio Grande/MG em 19/09/2020.

Maria Eni da Silva Ribeiro em entrevista concedida a Daniele Neves, Piedade do Rio Grande/MG.

Maria Esperança de Jesus em entrevista concedida a Daniele Neves, na comunidade do Desbarrancado, Piedade do Rio Grande/MG.

Maria Selma de Carvalho em entrevista concedida a Daniele Neves, Belo Horizonte/MG em 11/03/2020.

Documentos

Listas nominativas de 1831. Aplicação de Nossa Senhora da Piedade. Terno da vila de São João Del Rey.